



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

EDINALDO LOBATO DUARTE

**INSERÇÃO SOCIOESPACIAL E DESTINO DOS IMIGRANTES ESPANHOIS
NO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA (PA): A COLÔNIA AGRÍCOLA DE
BENJAMIN CONSTANT (1896-1920)**

Belém - Pará
2025

EDINALDO LOBATO DUARTE

**INSERÇÃO SOCIOESPACIAL E DESTINO DOS IMIGRANTES ESPANHOIS
NO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA (PA): A COLÔNIA AGRÍCOLA DE
BENJAMIN CONSTANT (1896-1920)**

Dissertação apresentada como requisito de
avaliação para obtenção do título de Mestre em
Geografia pela Universidade Federal do Pará.

Orientador: Prof. Dr. Marcio Douglas Brito Amaral

Belém - Pará
2025

EDINALDO LOBATO DUARTE

**INSERÇÃO SOCIOESPACIAL E DESTINO DOS IMIGRANTES ESPANHOIS
NO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA (PA): A COLÔNIA AGRÍCOLA DE
BENJAMIN CONSTANT (1896-1920)**

Dissertação de mestrado apresentada ao
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Federal do Pará, Campus de Belém,
como requisito para a obtenção do Título de Mestre
em Geografia.

RESULTADO: APROVADO

Belém, 22 de dezembro de 2025.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Marcio Douglas Brito Amaral (orientador)

Universidade Federal do Pará – UFPA / Campus Belém / PPGeo

Prof. Dra. Isis do Mar Marques Martins (examinador interno)

Universidade Federal do Pará – UFPA / Campus Belém / PPGeo

Prof. Dr. João Santos Nahum (examinador externo)

Universidade Federal do Pará – UFPA / Campus Belém / PPGeA

*Aos meus filhos, Felipe e Ananda, raízes da
minha existência.*

Agradecimentos

Agradecido pela possibilidade da existência, do ar e da natureza que irradiam nossas vidas todos os dias. Muito obrigado.

A meu pai, Edival (In Memoriam) e à minha mãe, Célia, pelos esforços imensuráveis para que eu tivesse a oportunidade de chegar às condições de hoje.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Márcio Douglas Brito Amaral, pela confiança e apoio nos momentos certos. Muito obrigado.

À Profa. Milena Santos Quaresma, por abrir as portas da casa da sua família para me abrigar durante as pesquisas documental e de campo, em Bragança, e a seu pai, o Prof. Benedito Sousa, também Geógrafo, pelo apoio na pesquisa de campo, assim como sua mãe, a Senhora Maria Madalena, ambos foram meu pai e mãe, me abrigaram e deram seu apoio total, fundamental para a realização dos meus objetivos! Sou imensamente grato a vocês!

Ao Senhor José Maria Quadros de Alencar, descendente de imigrantes espanhóis, família Alonso, por não medir esforços no apoio à realização da pesquisa, com informações, discussões e documentação, minha gratidão!

Ao Senhor Dario Valladares, descendente de imigrantes espanhóis, família Gardunho Martins, pelas contribuições, com documentos de seus ascendentes, informações e apoio no acesso a documentos cartorários, muito obrigado!

À Marília Emília Corrêa Viana e família, pelas grandes contribuições, sobretudo na tradução, interpretação e análise dos documentos de época pesquisados, na ajuda com a elaboração das tabelas, na pesquisa na plataforma Family Search! Minha eterna gratidão!

À família Turiel, à Profa. Emília Velloso, ao Jader Turiel e ao Sr. Dr. Paulo Turiel, pelas informações e doações de documentos de seus antepassados espanhóis.

À Direção do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, principalmente à Profa. Aline Menezes pelo apoio e orientação na escolha dos melhores caminhos para a finalização deste trabalho, o meu muito obrigado.

À Faculdade de Geografia, pelo apoio e reconhecimento da importância da meta atingida para o engrandecimento do curso de Geografia.

À Pós-Graduação em Geografia, por disponibilizar as condições possíveis para a finalização deste trabalho.

À companheira Maria, pelo apoio, pela tensão e companheirismo.

Ao Kayque, pelo apoio ao longo da construção do trabalho.

À Carmen Colares, toda minha gratidão pelo apoio nos momentos mais delicados, muito obrigado!

À Edinalda Baldez, pelo apoio na pesquisa dos documentos no Cartório do Primeiro Ofício de Bragança.

A memória olha para o passado. A nova consciência olha para o futuro. O espaço é um dado fundamental nessa descoberta. Ele é o teatro dessa novação por ser, ao mesmo tempo, futuro imediato e passado imediato, um presente ao mesmo tempo concluído e inconcluso, num processo sempre renovado" (Milton Santos).

Resumo

O final do século XIX e início do XX foi o período das migrações internacionais para a Amazônia e, especificamente, para o Estado do Pará. Favorecidas pelo contexto das transformações demográficas ocorridas na Europa em função da Revolução Industrial, milhares de pessoas vieram para o Pará, atraídas pelas políticas de incentivo à imigração forçadas pelo Estado (governos estaduais), com propagandas, criação de leis, assim como passagens e serviços gratuitos para quem se deslocasse às colônias agrícolas instaladas no nordeste paraense. A pesquisa se propõe analisar o papel dessa população de espanhóis no processo de produção do espaço da antiga colônia de Benjamin Constant, assim como procura delinear o seu destino/dispersão pelo território paraense, nacional e internacional. Dessa forma, por meio da análise de documentos de época, entrevistas e pesquisa de campo, se evidenciou as diferentes formas de inserção socioespacial dessa população, de como se inseriu socialmente e participou como sujeito na produção da vida coletiva e individual da antiga colônia e Bragança, de um modo geral. Objetiva-se contribuir com os estudos das migrações internacionais na Amazônia e no Pará e motivar o aprofundamento dos mesmos na região, necessidade imperiosa, dada a sua escassez, muito embora já existam poucos, de renomados/as pesquisadores/as no território paraense.

Palavras-chave: Migrações. Amazônia. Pará. História. Geografia

Abstract:

The late nineteenth and early twentieth centuries marked a period of international migration to the Amazon region and, more specifically, to the state of Pará. Favored by the demographic shifts occurring in Europe as a result of the Industrial Revolution, thousands of individuals migrated to Pará, drawn by immigration-incentive policies crafted by the state government, including promotional campaigns, legislation, and the provision of free transportation and services for those relocating to the agricultural colonies established in northeastern Pará. This research aims to examine the role of this Spanish population in the production of space in the former Benjamin Constant colony, as well as to trace their subsequent destinations and dispersion across Pará, Brazil, and abroad. Through the analysis of historical documents, interviews, and fieldwork, the study reveals the diverse forms of socio-spatial integration experienced by this population, demonstrating how they became socially embedded and participated as active agents in shaping both the collective and individual life of the former colony and of Bragança more broadly. The study seeks to contribute to research on international migration in the Amazon and in Pará, and to encourage further scholarly engagement with this topic in the region—an urgent necessity given the scarcity of such studies, despite the existence of a few conducted by distinguished researchers in Pará.

Keywords: Migrations. Amazon. Pará. History. Geography.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: listas de imigrantes espanhóis que desembarcaram em Belém e seguiram da Hospedaria dos Imigrantes, localizada na ilha de Caratateua (Outeiro), para a Colônia Agrícola de Benjamin Constant, no município de Bragança, do período do “boom” ao início da decadência da imigração	62
Figura 2: Padrão da lista com a relação dos imigrantes espanhóis que foram para as colônias agrícolas da Zona Bragantina no final do século XIX. As informações contidas indicam a idade, lugar de origem e profissão das pessoas.....	62
Figura 3: documento que apresenta relação nominal e numérica dos imigrantes espanhóis que embarcaram do Porto de Vigo, na comunidade autônoma da Galícia, em 1898, sob a responsabilidade de Francisco Cepeda.....	67
Figura 4: <i>Declaración Del Pasajero</i> , registro da vinda da família Mangas, em 1897, da região da Galícia; na pesquisa documental no APEP, localizou-se, também, na relação nominal e numérica, a lista de embarque para o Pará, no dia 17/11/1897	69
Figura 5: Lista de embarque do Porto de Vigo, no vapor Grangense, no dia 6/07/1898. Embarcaram 131 pessoas, com predomínio de imigrantes das Províncias de Zamora (57), Salamanca (30) e Ávila (18), da Comunidade Autônoma de Castilla e León; observa-se o predomínio de imigrantes das regiões Norte e Noroeste da Espanha	70
Figura 6: O Mapa apresenta o primeiro circuito do deslocamento dos imigrantes espanhóis para o Pará.....	0
Figura 7: primeiro documento elaborado pelo então governador Sebastião de Rego Barros, que autorizava a abertura de uma estrada para articular Belém a Bragança; no mesmo, se observa a preocupação em dinamizar o escoamento da produção pecuária dos espaços de produção para Belém	57
Figura 8: documento de saída dos imigrantes da capital, Belém, para Bragança, no Vapor “Cabral”, em março de 1897	60
Figura 9: Mapa da Estrada de Ferro de Bragança e a localização da colônias agrícolas que mais receberam imigrantes espanhóis na Zona Bragantina	63
Figura 10: Ruínas da antiga Hotelaria dos Imigrantes de Outeiro, na Ilha de Caratateua, em Belém	65
Figura 11: Carta dos imigrantes espanhóis da colônia agrícola de Benjamin Constant para o Governador do Estado, de 24/07/1896, insatisfeitos com o descumprimento dos acordos contratuais estabelecidos por lei.....	66
Figura 12: documento de registro dos imigrantes que foram para Benjamin Constant e não ficaram, em março de 1897	67
Figura 13: Mapa dos Circuitos Espaciais da Imigração Espanhola e Periodização da construção da Estrada de Ferro de Bragança.....	76
Figura 14: Quadro Demonstrativo elaborado pelo Administrador da colônia de Benjamin Constant registra a quantidade de entrada e saída dos imigrantes por idade, assim como dos que se fixaram, no ano de 1897.....	79
Figura 15: Quadro Demonstrativo de registro da movimentação de alimentos (ração) no ano de 1898. O que se pode observar é o número de pessoas, por idade e número de famílias, que deixaram de receber alimentos na sua totalidade ou parcialmente.....	80
Figura 16: Quadro Demonstrativo dos Imigrantes espanhóis que deixaram de receber ração, no ano de 1898. O que se pode observar no documento é o acréscimo de informações sobre a situação dos lotes em termos de benfeitorias e condições de infraestrutura	81
Figura 17: Quadro Demonstrativo dos serviços gerais desenvolvidos pelos colonos, em setembro de 1898. O documento registra trabalhos voltados à dotação de infraestruturas na colônia, como aterramento, abertura e limpeza de estradas	82

- Figura 18:** Travessa do 29 integra a sede de Benjamin Constant à “Parada do 29”, referência ao Km 29, atravessa os antigos lotes agrícolas de colonos espanhóis; por ela o “Trenzinho do 29”. São 7 km que eram percorridos de carroça puxadas por bois, cavalos e a pé. 84
- Figura 19:** Escola Estadual de Ensino Fundamental Germano Garcia Rodrigues, localizada na Vila do Treme, no município de Bragança. A Paisagem registra e guarda o tempo histórico da imigração espanhola na Amazônia paraense..... 88
- Figura 20:** esta placa é significativa da presença espanhola na produção do espaço social de Bragança. Na sua reconstrução o prefeito, Emílio Ramos, era filho de imigrantes espanhóis, assim como se tem dois descendentes, o filho de Germano Garcia Rodrigues, Julião G. Castanho e um da família Lhamas (Llamas), Afonso Lhamas Oliveira. Landolfo B. de Souza casado com filha de espanhóis 89
- Figura 21:** na feira livre de Bragança, a paisagem revela a relação de proximidade entre atividades agrícolas e comerciais dos imigrantes espanhóis. Na figura, uma banca de venda de farinha de descendentes de imigrantes espanhóis, da família Risuenho, uma das pioneiras na antiga colônia agrícola de Benjamin Constant, se destacou no segmento comercial do município 92
- Figura 22:** Máquina de prensar tabaco desenvolvida pelo imigrante espanhol Cirilo Colino ... 93
- Figura 23:** Fragmento da Lista de Embarque da Hotelaria dos Imigrantes de Outeiro para a colônia de Benjamin Constant, datada de 8/09/1896, com registro da família Castanho 96
- Figura 24:** Travessa com a denominação relacionada à família Castanho..... 97
- Figuras 25 e 26:** vista panorâmica da metalúrgica da família Castanho no centro da cidade e o arco na sua entrada são a materialidade de seu papel histórico na vida social e econômica de Bragança..... 98
- Figura 27:** Chácara da família Castanho, na BR 308, no município de Bragança 99
- Figura 28:** Fragmento da Lista de Embarque da Hotelaria dos Imigrantes de Outeiro, do dia 6 de outubro de 1898, com registro da família Garduño Espinaso 100
- Figura 29:** Casa Madri, antiga residência e comércio da família Risuenho, atualmente funciona um hotel. Uma Rugosidade, nas palavras de SANTOS (1996), uma forma espacial herdada do passado com uma nova função no presente. Observa-se, ainda, o estilo eclético da edificação, bem ajustado, ao período do “boom” da borracha, ainda que tardio..... 105
- Figuras 30 e 31:** A figura 30 se tem a antiga residência de André Risuenho Castanho, hoje laboratório do curso de História, da Universidade Federal do Pará, Campus de Bragança e a figura 31 é o prédio onde funcionava sua farmácia, denominada Achiles Lisboa 106
- Figura 32:** Fragmento da lista de embarque da Hotelaria dos Imigrantes de Outeiro para o núcleo de Bragança, de 7/09/1896, com registro do embarque da família Llamas da capital, Belém 108
- Figura 33:** Fragmento do fragmento da figura 31, com destaque para os integrantes da família Llamas 109
- Figura 34:** lista com três tripulantes a bordo do Vapor Cabral. O primeiro nome é do imigrante Athanasio Llamas..... 109
- Figura 35:** Antiga residência de Manoel Llamas Veiga, na oportunidade estava fechada para a realização de reformas estruturais, com o objetivo de adaptação para o funcionamento de um Museu..... 111
- Figura 36:** A residência já com as mudanças funcionais e estruturais para o funcionamento do Museu “Dilamar Castanho” 112
- Figura 37:** Como se pode observar, o acréscimo do tronco familiar Castanho. Mais ao alto se tem o brasão da família Llamas..... 113
- Figuras 38 e 39:** A figura 38, do lado esquerdo, é um registro de conta corrente do Banco Ultramarino, com saldo bancário, de junho de 1921; a figura 39 apresenta uma máquina manual de prensar tabaco, em cima de uma mala que Llamas Veiga levava dinheiro para Belém, mais

um criado mudo feito em madeira de lei. (Informações dadas por seu descendente, acervo pessoal do mesmo	114
Figura 40: Lista de Embarque da Família Turiel para a colônia de Bragança, são identificados do número 26 ao 30, como mostram as figuras. Nesta primeira, se tem o registro de Gregório M. Turiel (26) e Dominga Lorenzo Fernandez (27), Chefe e esposa, respectivamente.....	116
Figura 41: Segunda e última página da Lista de Embarque, nesta constam os 3 filhos do casal, Silvestre Martin Lorenzo (28), Juan Martin Lorenzo (29) e Bonaventura Martin Lorenzo (30). Uma coisa chama a atenção no documento, na primeira página a data registrada é o dia 6, na segunda é o dia 5	117
Figura 42: Fragmento do registro da situação dos lotes agrícolas, com nome dos espanhóis ocupantes, suas localizações e numerações, com data de janeiro de 1898. Logo no início da listagem o nome de Manoel Llamas aparece, com o seu lote de número 4, na Estrada direita do rio Tijoca, assim como o terceiro nome é de Gregório Martins Turiel, lote 6, também na Estrada direita do rio Tijoca.....	118
Figura 43: Prédio do antigo Armazém e residência do imigrante espanhol João Martins Lourenço Turiel, em 1946.....	119
Figura 44: O mesmo prédio do antigo comércio e residência de João Turiel, onde atualmente funciona a loja Liliane.....	120
Figura 45: A logomarca da “Cachaça Especial TURIEL”. O seu engarrafamento era realizado no armazém na família, assim como a sua produção	122
Figura 46: Bar Museu “ADEGA DO REI”, fica na Travessa Vigário Mota, centro, de propriedade do Sr. Jader Augusto Turiel da Silva.....	123
Figura 47: Estrada dos Monteiros, feita pelos próprios colonos, hoje seu entorno é caracterizado pela presença de imensos pastos de gado, a maioria pertencente à família Monteiro.....	125
Figura 48: Unidade de Saúde da Vila dos Monteiro	126
Figura 49: Rio Jejuí, nos fundos o antigo Engenho, hoje casa de farinha da família Monteiro. Este curso d’água foi muito importante para o escoamento da produção dos colonos no período da imigração espanhola	127
Figura 50: colonos descascando a mandioca, depois de ficar de molho por um determinado período.....	127
Figura 51: Farinha da família Monteiro, pronta para a comercialização	128
Figura 52: Fazenda de gado na estrada dos Monteiro, atividade que membros da família passaram a desenvolver.....	128
Figura 53: Presença da cultura de criação de suínos, comum entre os imigrantes espanhóis..	129
Figura 54: Túmulo de José (Manoel) Rodrigues Tameron, conhecido como “Zé Galego”. Tamerão é o abasileiramento do sobrenome, teve participação destacada na vida social de Benjamin Constant, seja na abertura de estradas, no incentivo à criação de escolas. Como se pode observar na figura, ainda é presente em Benjamin Constant, seus e suas descendentes, muitas velas foram acesas no Dia de Finados, pois se esteve dias depois do mesmo para a realização desses registros iconográficos.	130
Figura 55: Túmulo de Maria Calvo Benito e de sua filha e de “José Galego”. A figura informa a presença desse tronco familiar na vida social local na contemporaneidade, pelos restos de velas acesas no “Dia de Finados”. (Trabalho de campo, 11/2024).	132
Figura 56: A lápide é de um membro descendente da família Rodrigues Tameron/ Hernandez Peinado. A figura informa que o registro dos sobrenomes dos filhos/as dos imigrantes perpetuava a tradição da Espanha de colocar o primeiro do pai e o segundo da mãe, neste caso, Rodrigues Hernandez; os restos de velas que foram acesas no Dia de Finados é um testemunho da inserção socioespacial dessas famílias na sociedade local em Benjamin Constant e cidade de Bragança.....	132

Figura 57: Residência de Teresa Rodrigues, na Vila do Tijoca, neta da imigrante espanhola Generosa Rodrigues Tameron.....	133
Figura 58: Mercado de Bragança, construído em 1911, sua arquitetura reflete o ideário daquele “presente de então”, com influência das construções europeias, sobretudo francesas.....	137
Figura 59: Coreto da antiga Praça Marechal Deodoro, no período republicano, atualmente Praça Antônio Pereira.....	138
Figura 60: Residência da família Antunes Castanho Como se observa, a forma espacial está identificada com os sobrenomes	138
Figura 61: Residência da família de Gregório Turiel, filho de Juan Lourenço Turiel	139
Figura 62: Antiga residência de André Risuenho Castanho, filho de Julião Risuenho Grande e Gertrudes Castanho Peinado	139
Figura 63: Cartografia com o registro da imigração espanhola do final do século XIX e início do XX, na atual paisagem do espaço urbano de Bragança. Antigos comércios e residências, na atualidade exercem outras funções sociais, como espaços de instituições, lojas de departamentos, bares, restaurantes; rua e escolas de ensino Públicas com nomes de famílias de imigrantes espanhóis	141
Figura 64: documento indica as atividades feitas pelos imigrantes espanhóis, como abertura de estradas, construção de estivas, pontes, aterramento.....	142
Figura 65: antigo caminho do trem da 29 até a Estação Ferroviária de Benjamin Constant ...	142
Figura 66: Bifurcação na entrada de Benjamin Constant, à esquerda se chega na antiga estação e no Terminal de Cargas, à direita segue para o Km 29 (parada do 29), Tijoca e Vila Santo Antonio dos Monteiro.	143
Figura 67: A Estação Ferroviária de Benjamin Constant transformada. Na atualidade é uma forma espacial viúva de seu tempo, sem qualquer função social no tempo presente, apesar de inserida na chamada Rota da Estrada de Ferro de Bragança. Vive fechada, serve de moradia para morcegos, segundo relatos dos moradores locais.	144
Figura 68: Terminal de Cargas de Benjamin Constant está na mesma situação na qual se encontra a Estação na sua frente, fechado, sem qualquer uso social, uma forma viúva (SANTOS, 1996)	145
Figura 69: No sentido da chegada do trem na Estação de Benjamin Constant à direita, e o Terminal de Cargas à esquerda. Tem-se a adição do asfalto, com a devida sinalização contemporânea, que veio substituir os trilhos	145
Figura 70: Travessa do 29, por onde passava o trem, na atualidade, o que se observa é a expansão de fazendas, aos poucos os antigos colonos têm vendido as suas terras para fazendeiros que expandem as suas fazendas de gado, relataram alguns moradores, informalmente	146
Figura 71: Parada do 29, hoje composta por duas casas, ainda se encontram restos de trilhos, assim como da base de um pequeno comércio onde o trem parava.	147
Figura 72: Pedacos dos trilhos são utilizados como apoio nos fundos do quintal de uma das residências na Parada do 29	148
Figura 73: Utensílio da Estrada de Ferro, semelhante a uma prensa	148
Figura 74: Resquícios do antigo comércio, local da parada do trem, ao fundo, a estrada por onde o mesmo passava.	149
Figura 75: Casa de Farinha da família Monteiro, na Vila dos Monteiro, antes funcionava o antigo engenho da família, hoje o domínio é da produção de farinha lavada	150
Figura 76: Vila dos Monteiro, uma realidade socioespacial produto da ação de uma família de imigrantes espanhóis que se consolidou na região de Bragança	151
Figura 77: Vista da entrada da Vila dos Monteiro, a estrutura espacial da sua paisagem torna evidente que há uma hierarquia econômica na família, à esquerda uma residência com o terreno bem maior que os das outras, à direita	152

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Relação da população de Imigrantes Espanhóis na colônia agrícola de Jambu- Assú no ano de 1897	62
Tabela 2: Relação da população de Imigrantes Espanhóis na colônia agrícola de Jambu-Assú no ano de 1898	63
Tabela 3: Total de Imigrantes Espanhóis que se deslocaram da Hospedaria dos Imigrantes de Outeiro para a colônia agrícola de Benjamin Constant nos anos de 1896, 1897 e 1898.....	78
Tabela 4: Relação dos estabelecimentos rurais dos imigrantes espanhóis no município de Bragança.....	90

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. MIGRAÇÕES, ESPAÇO E TERRITÓRIO	20
2.1 OS ESTUDOS DAS MIGRAÇÕES NAS CIÊNCIAS SOCIAIS	20
2.2 AS MIGRAÇÕES E O ESPAÇO GEOGRÁFICO NA ZONA BRAGANTINA.....	37
2.3 MIGRAÇÕES E TERRITÓRIO	50
3. ESTADO E MIGRAÇÕES ESTRANGEIRAS: AS POLÍTICAS TERRITORIAIS E A DINÂMICA DAS MIGRAÇÕES ESPANHOLAS NA ZONA BRAGANTINA NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX.....	56
3.1 BRASIL E ESPANHA NO CONTEXTO DAS GRANDES MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS	56
3.2 AS POLÍTICAS DE IMIGRAÇÃO NO ESTADO DO PARÁ	60
3.3 POLÍTICAS TERRITORIAIS E A DINÂMICA DAS MIGRAÇÕES NA ZONA BRAGANTINA	63
3.3.1 O PAPEL DO ESTADO NA DINÂMICA DAS MIGRAÇÕES ESPANHOLAS....	63
3.3.2 AS COLÔNIAS AGRÍCOLAS E A CONSTRUÇÃO DA ESTRADA DE FERRO DE BRAGANÇA COMO INSTRUMENTOS DO ORDENAMENTO TERRITORIAL..	57
3.4 GESTÃO E TERRITORIALIDADE: CONFLITOS ENTRE ESTADO E IMIGRANTES ESPANHÓIS NAS COLÔNIAS AGRÍCOLAS DA ZONA BRAGANTINA	64
4. INSERÇÃO SÓCIOESPACIAL E O DESTINO DOS IMIGRANTES ESPANHÓIS NA COLÔNIA AGRÍCOLA DE BENJAMIN CONSTANT (1896-1920).....	73
4.1 SOBRE A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DE BENJAMIN CONSTANT E A IMIGRAÇÃO ESPANHOLA	73
4.2. INSERÇÃO SOCIOESPACIAL DOS IMIGRANTES ESPANHÓIS NA COLÔNIA AGRÍCOLA DE BENJAMIN CONSTANT E CIDADE DE BRAGANÇA	87
4.2.1. ATIVIDADES SOCIOECONÔMICAS DESENVOLVIDAS	87
4.2.2. AS FAMÍLIAS DE IMIGRANTES ESPANHÓIS: INSERÇÃO SOCIOESPACIAL E DESTINO/DISPERSÃO	96
4.3. IMIGRAÇÃO ESPANHOLA E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS NO ESPAÇO URBANO DE BRAGANÇA E NA ANTIGA COLÔNIA DE BENJAMIN CONSTANT	136
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
6. REFERÊNCIAS	157
ANEXOS	162

1. INTRODUÇÃO

As migrações estrangeiras do final do século XIX e início do XX da Europa para a América marcam as transformações na ordem produtiva mundial. A Revolução Industrial repercutiu na dinâmica demográfica do continente europeu, forjou um excedente de mão-de-obra originado de espaços rurais e de indústrias de mineração, uma população empobrecida que não fora absorvida nas emergentes estruturas produtivas industriais, sobretudo na Itália, Portugal e Espanha. Realidades indigestas geradas pelo processo contraditório da consolidação capitalista naquele contexto, esses bolsões de população pobre e desempregada foram alvos de políticas de emigração criadas como alternativas de solucionar a questão a partir do estímulo à busca de um destino fora de seus territórios nacionais.

Simultânea a essa condição do continente europeu a América passara pelo processo de mudança no mundo do trabalho, com o fim do trabalho escravo e advento do trabalho livre e assalariado, o que exigiu a criação e organização dos mercados de trabalho internos às economias nacionais. A necessidade de organização de um mercado de trabalho voltado às atividades agrícolas secundárias nos espaços de predomínio de monoculturas nos territórios americanos se tornou um atrativo e destino para aquela população pobre e desempregada europeia, que via nos mesmos uma alternativa na busca de melhores condições de vida, de realização dos seus sonhos.

Assim, se tem um quadro no qual a Europa e a América têm condições e necessidades conflitantes e convergentes entre si. Uma precisava resolver a questão das populações desempregadas que se avolumavam nos seus espaços urbanos e rurais e vislumbrava nas políticas de emigração uma solução viável, outra, a América, de um modo geral, nos espaços de tradição de monoculturas, antes sustentados pelo trabalho escravo, precisava organizar os seus mercados internos, de atividades agrícolas, com produção que desse suporte às atividades centrais. Via na imigração estrangeira um caminho para a formação desses mercados.

Nesse contexto, os Estados Nacionais se tornaram protagonistas, com a criação de políticas voltadas aos movimentos migratórios, ora de emigrações, no caso da Europa, ora de imigrações, em referência a América. Foi o período das “Grandes Migrações Internacionais”, no qual o continente americano recebera milhares de pessoas vindas de diversas regiões do mundo, principalmente do continente europeu. No que se refere à

América do Sul, Argentina, Peru e Brasil foram o destino de italianos, portugueses, espanhóis e, em menor escala, de alemães e japoneses.

No que se refere ao Brasil, as regiões do Centro-Sul e Amazônia foram o destino de milhares de imigrantes de diversas nacionalidades. Italianos nos espaços de economia cafeeira, alemães na região sul, assim como portugueses, italianos e espanhóis, principalmente na Amazônia Paraense, atraídos pela dinâmica da economia da borracha. Pelos estudos já realizados sobre a temática, os espanhóis foram o segundo mais numeroso segmento que se deslocou para o território paraense, sendo superados apenas pelos portugueses. No entanto, na Zona Bragantina, nas colônias agrícolas paraenses, os espanhóis foram majoritários (EMMI, 2007).

Essa densidade considerável de imigrantes espanhóis foi produto de um conjunto de fatores integrados entre si, forjados nos espaços de origem e de destino. Sua materialização se deve aos esforços simultâneos dos Estados espanhol e brasileiro. Na Espanha, uma série de variáveis contribuíram para as emigrações, como a alta de desemprego e o excedente populacional em determinadas regiões, problemas relacionados a questões de guerra, conflitos de heranças, como na região da Galícia.

Por outro lado, as políticas de estímulo à imigração agressivas do Estado brasileiro em território espanhol, consolidadas por leis que garantiam direitos a quem aderisse vir para o Brasil, foram fundamentais à sua realização. No Pará, as mesmas tiveram origem no período imperial e ganharam força no republicano, a partir da expansão da economia da borracha. A necessidade de atender a demanda de consumo de sua população que crescera substancialmente, por meio da criação de colônias agrícolas, com a utilização de mão-de-obra de imigrantes estrangeiros, resultou na presença de um grande contingente de imigrantes espanhóis que se especializaram ao longo do circuito da Estrada de Ferro de Bragança.

Esse trabalho tem como foco essa imigração espanhola, que se concentrou nas colônias agrícolas de Benjamin Constant (1894), Jambu- Assú (1895), Ferreira Pena, Santa Rosa (1898), Marapanim (1893) e outras. Foram milhares de pessoas, entre jovens e adultos, homens e mulheres, que chegaram ao Pará na busca de realização de seus projetos de vida e que deram as suas contribuições no processo de produção e organização do espaço paraense.

A considerar a expressiva quantidade de imigrantes no município de Bragança, na colônia agrícola de Benjamin Constant, feita para receber inicialmente somente essa nacionalidade, sendo a que mais recebera, tornando-a, portanto, referência à análise da

imigração espanhola do período, da sua expansão à sua decadência. No ano de 1900 a população de espanhóis lá era de 2.116, entre homens, mulheres e menores de idade (SMITH JR. 2013), em 1910 tinha 191 famílias, em um total de 1.912 pessoas (CRUZ, 1955).

Por essa condição é que se elegera essa colônia como recorte espacial desta pesquisa e o recorte temporal de 1896 a 1920 se justifica por incorporar a expansão, auge e decadência dessa imigração, assim como é o período que se definem as inserções socioespaciais e destino/dispersão dessa população de imigrantes espanhóis.

Diante do exposto, a se considerar a grande densidade do fluxo imigrantes para Benjamin Constant, uma primeira inquietação se impõe, qual o destino desses imigrantes que foram para esse espaço, no período de 1896-1920? Quais atividades socioeconômicas os imigrantes espanhóis desenvolveram no contexto analisado? Que transformações socioespaciais se deram na antiga colônia, decorrentes das ações desses imigrantes?

A necessidade dos estudos das migrações estrangeiras na Amazônia é imperiosa, apesar dos já existentes, no que se refere aos espanhóis ainda é maior, dada a condição de serem a segunda nacionalidade com maior expressividade numérica entre os estrangeiros que se deslocaram para o Pará no período analisado (ARAGÓN, 2013). No município de Bragança, a formação dos troncos familiares possui uma forte presença das famílias de imigrantes espanhóis do final do século XIX e início do XX. Apesar da existência de trabalhos sobre a temática, ainda se tem uma lacuna sobre o papel dos espanhóis no desenvolvimento econômico e social dos espaços do nordeste paraense, na produção e organização dos espaços de muitos municípios da Zona Bragantina.

Sobre o destino desses imigrantes há uma lacuna a ser preenchida, dado o volume de pessoas que chegaram ao Pará, que ficaram ou foram para outros lugares no território nacional, inclusive o retorno aos seus espaços de origem (SMITH, 2013).

O legado dos migrantes estrangeiros para a história da Amazônia ainda precisa vir à tona, a literatura ainda é escassa, e por isso se apresenta como um campo rico a ser explorado, o que revelará mais uma faceta da rica história regional. Após o final do chamado ciclo da borracha (1850-1920), os que ficaram na região compuseram o conjunto de trabalhadores, comerciantes, pequenos industriais, que deram sustento à economia regional, à medida que garantiram a formação de um mercado interno. (Idem, 2013).

Pelo exposto, se almeja analisar o papel dos imigrantes no processo de produção do espaço de Bragança, da colônia agrícola de Benjamin Constant, na virada do Século XIX para o XX. Nessa análise se torna necessário identificar o destino/dispersão das

famílias que chegaram, mas não ficaram, direcionaram suas vidas a outros lugares, o retorno ao lugar de origem, a outros espaços no território paraense ou no Brasil, assim como a países da América Latina. Se objetiva, também, verificar as atividades desenvolvidas por esses/as imigrantes na colônia e na cidade de Bragança no período, assim como as transformações socioespaciais ocorridas na colônia em decorrência das suas ações.

Como suporte teórico da pesquisa, a perspectiva do espaço socialmente produzido é o eixo norteador e as abordagens de SANTOS (1994,1995, 1996, 2006) que o definem como uma totalidade constituída por um Sistema de Objetos e um Sistema de Ações e reforçam o papel da paisagem, das formas espaciais, como documento que registra e guarda o tempo social que a produziu. Portanto, as formas espaciais produzidas no período analisado, ou fragmentos de formas desse passado remoto, são documentos válidos na interpretação aqui realizada, são pontos de partida para se reconstituir o espaço passado, o Sistema de Ações do período analisado.

Na abordagem do espaço do passado, o apoio teórico da perspectiva de ABREU (2000), que indica ser necessário analisar o passado enquanto um presente, o que significa pensa-lo a partir de si mesmo e não do presente atual, uma abordagem sincrônica deve prevalecer, assim, a reconstituição desse passado se apoia nos documentos produzidos na época, nas fontes primárias, relatórios, como também, nas fontes secundárias, a literatura produzida sobre a temática, nas entrevistas semiestruturadas com os descendentes dos imigrantes espanhóis e com informantes que ainda guardam na memória fragmentos do presente daquele tempo passado.

Na pesquisa documental realizada no Arquivo Público do Estado do Pará não se conseguiu analisar a documentação do período no qual se estabeleceu o recorte temporal da pesquisa, de 1896 a 1920, o período levantado foi de 1896 a 1900 (Ofícios, Quadros Demonstrativos da dinâmica demográfica no interior da colônia, Listas de Embarque da Hospedaria dos Imigrantes). No entanto, se preservou esse mesmo recorte, porque a pesquisa documental dos Registros de Nascimentos do Cartório da Vila Tijoca se estendeu de 1921 a 1938, com registros retroativos ao início do século XX (1905, 1915....).

Esses documentos contêm informações valiosas dos imigrantes espanhóis, são registros dos filhos e filhas, netos e netas dos mesmos, informam sobre a profissão, residência e destino dos pais e avós paternos e maternos (se estavam na colônia, voltaram para a Espanha, falecidos/as, residentes em Belém ou em outros espaços). Assim, muitas

famílias tiveram suas trajetórias, com suas mudanças, documentadas por intermédio desses registros.

A utilização da Plataforma Family Search também serviu de suporte à preservação do recorte temporal, assim como foi fundamental para revelar o destino de muitas famílias de imigrantes espanhóis que tomaram novos rumos a partir da colônia de Benjamin Constant, graus de parentesco, casamentos a partir das árvores genealógicas identificadas na mesma.

O trabalho de campo no espaço da antiga colônia de Benjamin Constant permitiu o levantamento de fragmentos do período estudado na paisagem contemporânea, formas espaciais ou partes de formas, assim como espaços de descendentes das famílias dos imigrantes. O registro iconográfico desses espaços se constituiu em um importante documento na interpretação da paisagem e do espaço, na apreensão da simultaneidade dos tempos passado e presente.

O trabalho está estruturado em três capítulos, o primeiro trata do referencial teórico, da definição dos instrumentais conceituais utilizados na pesquisa. A relação entre migrações, espaço e território é enfatizada, assim como as diferentes perspectivas que procuram dar conta dos movimentos migratórios, nas ciências sociais e nas abordagens da Geografia. Aqui se define a compreensão adotada sobre as migrações, entendida como um processo totalizador, no qual emigrações e imigrações são partes constituintes do mesmo, aproximação do entendimento de SAYAD (1998), as variáveis que as explicam envolvem fatores gestados nos espaços de origem e destino.

As migrações produzem um espaço que é qualificado (economicamente, culturalmente, politicamente), assim como adquirem feições específicas e plurais. Ao enfatizar que as migrações se constituem em um campo temático disciplinar, SAYAD demonstra as relações com a geografia, com o espaço socialmente produzido por sujeitos sociais, os imigrantes, nas relações que criam com os espaços de destino. Essa forma de abordar a temática migrações vai ao encontro das perspectivas teóricas sobre espaço, paisagem e território eleitas neste trabalho (SANTOS, 1996, 2006; ABREU, 2000; HAESBAERT, 2004).

O segundo capítulo trata das relações entre o Estado brasileiro e o espanhol, seus interesses no contexto das políticas de imigração, assim como da sua relação conflituosa com os imigrantes espanhóis, os problemas enfrentados por aquele no processo de construção da Estrada de Ferro de Bragança, cuja temporalidade se desencontrou com a das migrações estrangeiras para os núcleos coloniais. O Estado, enquanto agente produtor

do espaço da Zona Bragantina, sendo protagonista por meio das políticas de colonização, enfrentou resistência dos imigrantes espanhóis, na gestão do processo de estruturação da via férrea e das colônias, decorrente das péssimas condições de habitação, alimentação e assistência que se encontravam nas colônias. Documentos de época forjados pela administração pública e pelos espanhóis registram esses conflitos.

Procura, ainda, sistematizar essas políticas de imigração no Pará e enfatiza o papel das colônias agrícolas e da Estrada de Ferro como instrumentos de ordenamento territorial.

O terceiro capítulo se construiu a partir dos resultados da pesquisa, culmina com as respostas aos questionamentos levantados e se demonstra o alcance dos objetivos almejados neste trabalho. Apresenta as formas de inserção socioespacial dos imigrantes na colônia de Benjamin Constant e cidade de Bragança, o que evidencia os diferentes papéis desempenhados como sujeitos sociais, como agentes produtores das suas histórias, de seus espaços. Desse modo, as principais atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos mesmos foram destacadas, assim como sua mobilidade, seus destinos, já que nem todos que chegaram ficaram na colônia.

As transformações socioespaciais no espaço urbano de Bragança e no da antiga colônia de Benjamin Constant relacionadas à imigração espanhola, são apresentadas, produtos da pesquisa de campo. Nessa parte, o uso da iconografia que registra as mudanças, adições, subtrações na paisagem, reforça o recurso desta como documento, cujo conteúdo é o tempo social que deu sentido à sua existência, um fragmento espaço-temporal de um contexto que pereceu, mas que ainda é visível nas suas paisagens atuais.

2. MIGRAÇÕES, ESPAÇO E TERRITÓRIO

2.1 OS ESTUDOS DAS MIGRAÇÕES NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

As migrações são processos de mobilidade populacional que envolvem indivíduos, grupos, famílias, classes sociais que se deslocam de um determinado espaço a outro, temporariamente ou permanentemente. São movimentos que estão presentes desde tempos muito antigos na história das sociedades da Europa, da África, da Ásia e das Américas. Não são apenas deslocamentos de pessoas de um espaço físico para outro. Mas de pessoas inseridas em um espaço social, portadoras de uma história própria, portanto de uma cultura, para outro espaço também social. Dessa forma, esses deslocamentos populacionais possibilitam um encontro de realidades sociais diferentes e, mais do que isto, permitem uma conexão entre os espaços de origem/saída e os novos

espaços que recebem essas populações.

Desse modo, os dois espaços sofrem mudanças em função dessas migrações. Pode-se afirmar, portanto, que há uma estreita ligação entre migrações e espaço geográfico, e neste capítulo se procura apresentar como o tema migração tem sido trabalhado pelas ciências sociais, assim como estabelecer as bases teóricas que subsidiarão o entendimento sobre o significado das migrações, dos fatores que as possibilitam, bem como da relação entre estas, o espaço geográfico e o território, o que dará suporte à análise da imigração espanhola do final do século XIX e início do XX no Pará, e do papel que essa imigração desempenhou no processo de produção e organização do espaço da chamada Zona Bragantina, com destaque para a espacialidade dessa imigração nos núcleos agrícolas de Benjamin Constant (1894), Jambu- Açu (1895) e Santa Rosa (1898), criados naquele período.

Como já foi dito, embora as migrações estejam presentes desde tempos bem recuados na história das sociedades, as reflexões teóricas a seu respeito surgiram em um período mais recente, mais precisamente a partir das primeiras décadas do século XX, o que pode ser explicado pela intensificação das migrações da Europa para as Américas, principalmente para os Estados Unidos, como bem esclarece Sasaki,

Entretanto, no início do século XX, os sociólogos americanos foram levados a colocar a migração como um problema, dada a crescente mobilidade populacional da Europa para os países do Novo Mundo, particularmente os Estados Unidos. Essa mobilidade, decorrente do crescimento populacional e das crises econômicas naqueles países, gerou um intenso debate político nos Estados Unidos, sobretudo tendo em vista a preocupação emergente nesse país com a constituição da sociedade frente à presença de imigrantes, debate este que ainda hoje é bastante polêmico (2000, p. 3 e 4).

Anterior a esse período (início do século XX), as migrações eram estudadas de forma secundária pelos clássicos, basicamente como decorrência dos desdobramentos do capitalismo, como a industrialização, a urbanização, e a desagregação das sociedades rurais. Para Malthus, por exemplo, havia uma relação direta entre as migrações e a superpopulação. O crescimento da população era superior ao crescimento da produção de alimentos, e as migrações para o Novo Mundo se apresentavam como uma saída para a situação de miséria e pobreza decorrentes da superpopulação. Marx, crítico ferrenho das formulações malthusianas, relacionava as migrações às transformações políticas e econômicas ocorridas em diversas realidades do mundo europeu. Este autor realçou a ação do Estado como indutor das migrações, seja por meio das autorizações formais de

partida de camponeses, como também pela assistência em dinheiro às emigrações (RICHIMOND, 1988, Apud SASAKI, 2000, p. 3).

Já Marx discordava de Malthus, cuja visão ele considerava reacionária, pois apontava para a inevitabilidade e/ou naturalização da pobreza. Marx colocava a culpa do quadro de pobreza nos empreendedores capitalistas que deliberadamente abaixavam os salários para maximizar seus ganhos. Ao examinar os efeitos das mudanças econômicas e políticas na França, Irlanda e Escócia, Marx realçou a cumplicidade dos governos e dos militares na coerção de camponeses e pequenos proprietários para migração, através de movimentos de cercamentos (enclosures), autorização de partida e assistência estatal aos movimentos de emigração (p.3).

Uma contribuição a esse debate na geografia foi realizada por Damiani (2002) que ao fazer uma reflexão sobre as bases teóricas do entendimento da população no século XX resgatou o diálogo entre o pensamento malthusiano e marxista, enfatizando a atualidade dessas vertentes teóricas para a análise da realidade da dinâmica populacional contemporânea.

Para fazer esse resgate das abordagens de Malthus e Marx, Damiani (2002) parte do contexto histórico em que essas teorias foram formuladas. No caso de Malthus, a elaboração teórica se deu na Inglaterra do final do século XVIII e início do século XIX, período marcado pela introdução da máquina no processo produtivo em substituição à manufatura, o que desencadeou todo um processo de desestruturação e reestruturação do mundo do trabalho, por meio da geração de desemprego, substituição do trabalho adulto pelo trabalho de crianças e mulheres em determinadas fases do processo produtivo e mobilidade populacional. Enfim, ocorrera toda uma transformação da vida das populações naquele contexto que teve como consequência o aumento da mortalidade infantil e da pobreza.

Na interpretação de Damiani (2002), para Malthus a condição de miséria/pobreza se apresenta como um elemento positivo na medida em que reequilibra a relação entre a produção de alimentos e o crescimento populacional. Enquanto o crescimento da população se dá numa progressão geométrica, a dos alimentos segue uma progressão aritmética: *“Em outras palavras, o crescimento natural da população, que é determinado pela paixão entre os sexos, excede a capacidade da terra para produzir alimentos para o homem”* (DAMIANI, 2002, p.13). Como se observa, portanto, a miséria aparece como um motor de reequilíbrio da relação desigual entre produção de alimentos e crescimento populacional, à medida que o aumento da mortalidade, leva, a um só tempo, à redução da

população e estimula o aumento do emprego de mão de obra disponível, a abertura de novas terras ao desenvolvimento agrícola por parte de quem cultiva, o que leva novamente ao aumento da população, como num ciclo vicioso.

Outro autor que resgata o debate clássico das teorias da população para a geografia é Harvey (1981), enfatizando, sobretudo, seus fundamentos teórico-metodológicos. Para ele Malthus ao fazer uso do “empirismo lógico”, na verdade, buscava construir uma teoria científica capaz de exercer uma função ideológica, na medida em que apresentava a miséria das classes mais baixas como um processo natural o qual nenhuma ação vinda da sociedade poderia alterar. Mas também reconhecia a necessidade de redução da mesma e a sua proposta se pautava nas políticas de controle preventivos e positivos sobre as camadas sociais que viviam em condições sociais miseráveis em todos os aspectos. (p. 6)

Esse posicionamento expressa uma posição de classe de Malthus que foi negligenciada por quem já havia se debruçado em seus trabalhos. O que fica bem explícito ao se referir ao papel das classes sociais. Para ele as classes sociais pobres são responsáveis por uma maior pressão na relação entre população e recursos, são consumidores contumazes, se multiplicam intensamente porque agem por instinto, ao passo que as classes ricas são racionais, prudentes, temem a perda de sua condição social.

Malthus era, em princípio, um defensor do regime de propriedade privada, e é esta ideologia que fundamenta sua formulação do princípio da população, bem como da demanda efetiva. O regime de propriedade privada, inevitavelmente, uma distribuição desigual da renda, da riqueza, e dos meios de produção da sociedade. Malthus aceita este regime de distribuição e aceita o seu caráter de classe (HARVEY, 1981, p. 10)

No contexto político da produção de seu pensamento Malthus debatia contra as ideias de igualdade dos Socialistas Utópicos e Anarquistas. Ao elaborar um método científico que parte do pressuposto de que a miséria é natural, impede e justifica a não necessidade de se criar políticas voltadas à supressão da mesma. Fica explícito o uso ideológico da teoria de Malthus, seus argumentos fortalecem a postura das tendências políticas da época que defendiam a conservação daquela realidade existente, como os industriais e proprietários de terra.

No caso das ideias marxianas, estas foram elaboradas em outro contexto histórico, a partir de meados do século XIX, momento diferenciado do padrão de acumulação capitalista. Para Marx, a população excedente ou sobrepopulação não resulta da relação desigual entre crescimento populacional e produção de recursos, como bem demonstra

Damiani: “*A superpopulação é relativa e não está ligada diretamente ao crescimento absoluto da população, mas aos termos históricos do progresso da produção social, de como se desenvolve e reproduz o capital*” (2002, p.17). Esse excedente populacional é próprio da dinâmica do modo de produção capitalista, portanto, é socialmente produzido e não uma decorrência de um crescimento desproporcional entre população e recursos.

É importante ressaltar que as formulações de Marx marcam uma ruptura epistemológica nas teorias da história produzidas até aquele momento, à medida que negam que processos oriundos do movimento da realidade social tenham uma origem natural. Assim, inaugura uma nova teoria da história que se distancia do naturalismo dominante nas vertentes teóricas produzidas naquele período pelos clássicos, sobretudo da Economia Política, os quais aquele vai dialogar.

Para Marx o desenvolvimento da produção no capitalismo leva ao aumento do número de pessoas empregadas, mas se dá de forma desigual em relação à grandeza do crescimento daquela.

O número de trabalhadores ocupados aumenta com o desenvolvimento da produção, mas em proporção decrescente com respeito à escala de produção. Para compreender tal situação, é necessário considerar que os meios de desenvolver a produção, no capitalismo, são também os meios de exploração e dominação da classe trabalhadora (DAMIANI, 2002, p. 17).

A expansão do capital ou desenvolvimento das forças produtivas, possibilita a ampliação das atividades econômicas, dos negócios, mas, a um só tempo, incorpora no processo de acumulação técnica, ciência e novos meios de produção que incorporam mais máquinas e menos força de trabalho. O que ocasiona desemprego, porque não garante a reabsorção dos trabalhadores empregados, tampouco insere a massa de pessoas sem emprego. Dessa forma, se cria uma população excedente, uma sobrepopulação, um exército de reserva, que serve, também, como um instrumento de controle dos salários dos trabalhadores, assim como uma massa de mão de obra disponível a ser direcionada aos espaços de expansão do capital onde setores industriais necessitam de trabalho para o aumento da sua produção (DAMIANI, 2002, p.18).

Esse processo força a classe trabalhadora a se submeter a condições de trabalho sub-humanas, a exploração de seu trabalho é intensificada com o aumento da sua jornada de trabalho por realizar atividades além da função à qual fora contratado, o que impede que novos trabalhadores sejam absorvidos. Assim, uma massa de população em

condições de miséria surge. “*Portanto, além do incremento dos meios de produção, também as formas de exploração do trabalho expulsam trabalhadores do mercado, produzindo uma população miserável, excedente*” (DAMIANI, 2002, p. 19).

Como se observa, essa população miserável é própria do processo de acumulação capitalista que produz na mesma intensidade riqueza e pobreza, assim como expressa, a um só tempo, exploração, dominação, exclusão econômica, social e política.

As reflexões de Harvey (1981) também enfatizam as críticas feitas por Marx quanto ao caráter ideológico das análises de Malthus, voltadas para atender os interesses de uma aristocracia agrária, senhores de terra, herdeiros do Feudalismo, assim como das Monarquias Absolutistas. As diferenças entre Marx e Malthus se apresentam no entendimento que cada um tem sobre as relações população e recursos e isso advém das matrizes teóricas que fundamentam suas abordagens.

A abordagem de Marx sobre o tema população parte da sua Teoria da Mais-valia. Esta foi elaborada a partir das críticas que fez em relação às teorias de valor de Malthus e outros teóricos. A Mais-valia corresponde aquele tempo de trabalho que é dado de graça ao capitalista, o trabalho não pago ou sobretrabalho, que é responsável pela renda, juros e lucro. Portanto, Mais-valia é utilizada para produzir mais Mais-valia, por meio de investimentos em matérias primas, salários e meios de produção, o que gera mais acumulação de capital. (HARVEY, 1981, p. 20).

O aumento da taxa de produtividade é acompanhado do aumento da taxa salarial, o que impulsiona o crescimento quantitativo de força de trabalho. Este crescimento gerado pela acumulação de capital provoca o aumento da taxa salarial e isto reduz a Mais-valia, conseqüentemente, a acumulação. Tem-se, deste modo, a lei da produção no modo de produção capitalista fundamentada na relação entre taxa de acumulação e taxa de crescimento do salário, da força de trabalho, tendo como mediador de mudança o vetor técnico, assim como o aumento da produtividade do trabalho estimula a acumulação. Esta, expande Mais-valia que se expressa em um maior incremento de capital do que trabalho no processo produtivo. (HARVEY, 1981, p. 20).

Marx gradativamente vai demonstrar que todos esses processos relacionados entre si são próprios do capitalismo, dessa forma, criam uma lei da população específica. Conclui que toda lei de população está circunscrita a condições historicamente produzidas por um modo de produção específico, posição contrária à de Malthus e outros teóricos que concebiam a existência de uma lei da população natural e universal. A população

trabalhadora cria o seu próprio excedente, assim como capital, ou seja, os meios para o surgimento dos seus excessos relativos (HARVEY, 1981, p. 21).

A população relativa é produto da acumulação de capital e um elemento impulsionador da sua reprodução ampliada, por se constituir em mão de obra disponível às diferentes variáveis próprias da sua expansão.

Pelo exposto, o que se pode depreender é que Marx analisa a dinâmica populacional capitalista, que só pode ser compreendida sob a lógica do capital, com o objetivo de esclarecer que a pobreza é própria do processo de acumulação e que deve ser suprimida. Assim, não se tem em Marx uma teoria da população explícita, tampouco sobre as migrações.

Durkheim também analisou as migrações e acreditava que elas contribuíam para a desintegração social de algumas sociedades tradicionais no processo de mudança para um nível de organização social mais complexo. As migrações, dessa forma, seriam responsáveis pelo surgimento de diversas patologias, como a criminalidade e o suicídio. A partir da análise de como esses autores trataram as migrações, e embora suas abordagens tenham matrizes teóricas distintas, todos dão um tratamento secundário às migrações. (SASAKI, 2000, p. 3)

Assim como Malthus e Marx, Max Weber tratou as migrações relacionadas às consequências do desenvolvimento do capitalismo via industrialização. Preocupado pelo seu efeito desintegrador via na religião, sobretudo na vertente Protestante, uma variável importante no processo de acumulação de capital e regulação disciplinar. Acreditava, ainda, que as migrações eram dotadas de intencionalidades e contribuíam para a formação de novas classes sociais e grupos étnicos. (SASAKI, 2000).

Diante do exposto, o que se observa é que os autores supracitados analisaram as migrações como decorrência do desenvolvimento do capitalismo, via industrialização, urbanização, mobilidade populacional, o que denota a preocupação secundária com a temática.

As migrações deixaram de ter um tratamento secundário a partir das abordagens feitas pela Escola de Chicago, como bem esclarece Sasaki (2000). Forçados pelas condições dos Estados Unidos como principal destino das Grandes Migrações da Europa para o continente americano, como já se mencionou anteriormente, os teóricos dessa tradição estavam preocupados com a aculturação e assimilação dos imigrantes na sociedade americana. Para eles, os imigrantes vivenciavam um processo de

americanização, o que não implicava no total abandono de suas antigas tradições e valores.

Uma obra que alavancou esses estudos e teve forte influência nos ulteriores foi a de Thomas e Znanieki (1918), intitulada ‘The Polish Peasant in Europe and America’.

Esta obra é considerada importante por que, embora se tratasse de um objeto específico – os cerca de dois milhões de poloneses que migraram para a América entre 1880 e 1910 – também demonstrou como o processo de migração quebra os laços de solidariedade, particularmente o sistema familiar. Os estudos influenciaram o surgimento da sociologia urbana e da sociologia do desvio, temas retomados pela Escola de Chicago (SASAKI; ASSIS, 2000, p. 4)

Muitas considerações críticas foram feitas às abordagens da Escola de Chicago pelo fato de essa tradição tratar os processos migratórios como se os mesmos ocorressem de forma homogênea, o que não correspondia à realidade dos fluxos migratórios, que é caracterizada pela pluralidade, assim como a história demonstrava que a assimilação cultural dos imigrantes não se dava de forma plena, muitos se constituíam em grupos étnicos. (Ibidem, p.3).

A partir da segunda metade do século XX, com a reorientação dos fluxos migratórios decorrentes das transformações políticas e econômicas do pós-guerra, novos grupos de imigrantes surgiram, como os latino-americanos, o que veio a enfraquecer as perspectivas de abordagens da Escola de Chicago, o da assimilação e aculturação dos imigrantes, e fortalecer as que apontavam a formação de grupos étnicos.

As formulações de matriz marxista levantaram outras questões bem diferentes das abordadas pela Escola de Chicago. Atentas ao uso de trabalhadores temporários na Europa industrial, como França, Alemanha e Suíça, a questão de um exército de reserva de mão-de-obra criado pelo capitalismo e mobilizado para regiões de sua expansão ganhou força. Essas realidades tinham as classes trabalhadoras bem organizadas politicamente, o que forçava os empregadores a estimular as migrações de pessoas de países menos desenvolvidos para ocuparem serviços com baixa remuneração e nenhuma segurança trabalhista nos espaços receptores. (Ibidem, p. 5)

As escolas de sociologia e economia dos Estados Unidos também se debruçaram e contribuíram teoricamente sobre as migrações, com um olhar voltado à estratificação do mercado de trabalho naquelas sociedades com alto grau de industrialização. Imigrantes e outras minorias sociais, como as de natureza étnica,

mulheres, geralmente tinham espaço nas indústrias de posição secundária, sem qualquer segurança e proteção trabalhista, condição piorada porque não tinham qualificação, muitas vezes sem nenhuma documentação, o que os tornava mais vulneráveis.

Neste contexto, as redes sociais e discriminação institucional servem para excluir o migrante e colocá-los no emprego menos remunerado e temporário. Imigrantes não documentados tendem a ser particularmente mais vulneráveis a este respeito. Mulheres e minorias étnicas podem sofrer uma dupla ou tripla exploração face a discriminação dentro do mercado secundário. A análise que enfatiza a estratificação étnica e mercado de trabalho segmentado, combina características do conflito de classe e modelos de pluralismo cultural. (SASAKI; ASSIS, 2000. p. 5)

Os trabalhos relativos às migrações até então possuíam uma forte tendência economicista, se direcionaram à escala macrosociológica, para depois convergirem para estudos quantitativos, com maior ênfase no imigrante na sua individualidade e menos nas relações sociais nas quais estavam envolvidos. *“Nesse momento, a sociologia faz fronteira mais próxima à economia do que à história e psicologia social, que influenciaram muito os estudos dos funcionalistas e da própria Escola de Chicago”*. (Ibidem, p. 6)

Os estudos sobre as migrações se ampliaram nas ciências sociais, o que ocasionou o surgimento de uma diversidade de abordagens, cada uma com uma conceituação própria sobre o que são as migrações, como ocorrem e quais são os fatores que as determinam. Essa multiplicidade de estudos com perspectivas teóricas diferenciadas e autônomas entre si contribui para a ausência de certa unidade em relação ao sentido das migrações, e dificulta, também, a sistematização do processo de produção teórica sobre essa temática.

Um interessante estudo que enfatiza essas questões e que apresenta uma proposta de classificação das abordagens teóricas sobre as migrações é o de Salim (1992). Na tentativa de sistematizar a diversidade de estudos existentes, Salim (1992) propõe uma classificação que se estrutura a partir da noção de tronco teórico¹. As perspectivas teóricas podem ser classificadas a partir de três troncos: *as análises neoclássicas contemporâneas*, nas quais as preocupações centrais estão relacionadas à economia do espaço e a gestão capitalista da força-de-trabalho, as abordagens inspiradas pela leitura dialética de tradição

¹ Tronco teórico: diz respeito a um conjunto de abordagens teóricas que possuem características comuns em seus estudos sobre as migrações e que, por esse motivo, compõem um mesmo tronco teórico, "caracterizando-o como substrato comum de múltiplas subdivisões e significações, o que nos permite falar em escolas, correntes e variantes de um mesmo tronco" (SALIM, 1992: p.122)

marxista, denominadas de *histórico-estruturais*, e as da *mobilidade da força de trabalho*. (Ibidem, 1992).

De acordo com Salim (1992) os estudos de tradição *neoclássica* partem do pressuposto de que as migrações decorrem da distribuição espacial desnivelada dos chamados *fatores de produção* (terra, capital e recursos naturais) entre dois lugares. E, além de resultarem dessa condição espacial, exercem a função de restabelecer a ordem socioeconômica entre as regiões. Dessa forma, as migrações são analisadas positivamente, no sentido de que podem resolver esses desníveis regionais que se traduzem nas diferenças entre capital e trabalho.

Assim, determinados contingentes populacionais excedentes em determinados espaços são transferidos a outros com ofertas de salários e empregos bem atraentes. Essas diferenças de oportunidades, decorrentes da distribuição diferenciada dos fatores de produção, influenciam na produtividade do trabalho nos espaços e nos fluxos migratórios. Esses fluxos, por sua vez, também resultam do livre arbítrio dos indivíduos que escolhem para onde migrar depois de realizarem a análise dos custos que envolvem a mudança e a permanência de residência.

Produtos de decisões individuais, as migrações expressam uma mobilidade espacial do trabalho cujo papel é estabelecer o equilíbrio, a igualdade entre os lugares. Muito criticada pela transposição de modelos teóricos oriundos das ciências naturais na análise das migrações, principalmente da Matemática, da Física e da Estatística, a vertente neoclássica evidencia nos seus estudos os processos migratórios como dinâmicas que conectam realidades espaciais distintas.

Quanto ao tronco teórico *histórico-estrutural*, segundo Salim (1992), se sustenta teoricamente no materialismo histórico e dialético e, por esse motivo, não vislumbra as migrações como movimentos populacionais que resultam de decisões individuais, mas como dinâmicas populacionais de classes sociais vinculadas a estruturas socioeconômicas delimitadas espaço-temporalmente. São, dessa forma, processos sociais que se efetivam a partir de mudanças na estrutura de uma dada organização social em um momento historicamente determinado que criam condições e conduzem às migrações. São as relações de produção, portanto, relações entre classes sociais no desenvolvimento das sociedades capitalistas que determinam as migrações. Estas são produtos do desenvolvimento do capitalismo e atuam estrategicamente na sua reprodução.

As desigualdades regionais que motivam as migrações são, também, intensificadas por estas que atuam no processo de concentração espacial. Essa tradição

possui uma variedade muito grande de perspectivas, mas, de um modo geral, todas partem das causas estruturais, do desenvolvimento das contradições nas relações sociais de produção, gerador das desigualdades regionais e entre as classes sociais, para explicar os fluxos migratórios (Ibidem, 1992).

Ainda, continua Salim (1992), a perspectiva histórico-estrutural também possui, nas suas interpretações, uma forte dosagem economicista, de priorizar o econômico em detrimento de outras variáveis, a exemplo da dimensão cultural. Os migrantes fazem parte de determinadas classes sociais que são identificadas segundo seu papel nas relações de produção. Fazem parte da força de trabalho ativa e não ativa e são distribuídos segundo as necessidades específicas do processo de acumulação de capital em cada espaço.

Às migrações competem, portanto, a distribuição e redistribuição da força de trabalho. Os indivíduos não se deslocam de um lugar a outro por decisões que não sejam determinadas por um contexto socioeconômico geral e, geralmente, são as mudanças que ocorrem na estrutura das relações de produção nos lugares de origem dos migrantes que motivam a sua mobilidade. Diferentemente da perspectiva neoclássica, que prioriza a dimensão individual para explicar as migrações, a abordagem histórico-estrutural produz abordagens marcadas pelas generalizações.

Reduz-se as migrações e, conseqüentemente, os migrantes, à análise das classes sociais localizadas empiricamente num dado contexto geográfico, como se as classes sociais fossem homogêneas, como se não houvesse conflitos e contradições entre os membros de uma mesma classe social. A dinâmica das relações de produção assegura a exploração entre as classes sociais, que se traduz na desigual distribuição da riqueza socialmente produzida. (Ibidem, 1992)

A terceira vertente identificada por Salim (1992), a da mobilidade da força de trabalho, analisa as migrações no contexto das relações entre capital/trabalho, no processo de produção e reprodução de capital. Nesta abordagem, espaço e movimento populacional estão intimamente relacionados. A mobilidade é uma marca da força de trabalho e sua realização é possibilitada pela maneira como um dado espaço se estrutura. A mobilidade é uma estratégia de direcionar e redirecionar espacialmente a força de trabalho e garantir a (re) produção ampliada de capital.

A mobilidade se liga à produtividade e à expansão física do capital, apresentando-se como condição e consequência do desenvolvimento das forças produtivas. Por seu papel essencial no processo de acumulação, as condições em que ela se manifesta podem retratar a própria natureza do ciclo econômico, na medida em que permite o uso

extensivo ou intensivo da força de trabalho pelo capital. (SALIM, 1992, p. 128).

Dessa forma, as migrações não são movimentos populacionais espontâneos, e sim induzidos, forçados pelo processo de acumulação de capital. A mobilidade é, dessa forma, consequência e condição da acumulação capitalista. Esta produz os processos que garantem sua expansão, como a concentração, a centralização, assim como organiza um mercado de trabalho móvel, condição de sua expansão. E o espaço passa a ser o lócus privilegiado de apreensão dessa mobilidade do trabalho.

A partir desse tronco teórico um interessante estudo geográfico foi realizado por Becker (1990) sobre a expansão do capitalismo contemporâneo na “Fronteira Amazônica”. Nesse trabalho, a autora realça a íntima relação entre as migrações, o espaço geográfico e o Estado. A expansão do capitalismo submete formas não capitalistas de relações sociais à sua lógica, e a mobilidade do trabalho é condição para a sua expansão e consolidação. O Estado atua como agente indutor das migrações, assim como o espaço na organização do mercado de trabalho.

De forma conclusiva, Salim (1992) realiza uma análise crítica de cada um desses troncos teóricos e indica suas principais contribuições à análise dos movimentos migratórios, assim como revela os limites de cada um, seja de natureza teórica e/ou empírica. Outros trabalhos semelhantes ao do autor citado foram feitos, como o de Peixoto (2004) que apresenta uma outra organização sistemática das teorias criadas para explicar os movimentos migratórios, embora convergente com a apresentada por aquele autor.

A sua sistematização apresenta dois eixos de análise dos estudos sociológicos das migrações: as abordagens macro e micro-sociológicas (PEIXOTO, 2004). Cada um desses eixos possui uma pluralidade de análises que acabam por incorporar a sistematização feita por Salim (1992). Os estudos que procuram explicar as migrações a partir da determinação de fatores coletivos, embora distintos na construção teórico-metodológica, foram agrupados no eixo macro-sociológico, já os que privilegiam em sua análise fatores individuais como determinantes dos processos migratórios fazem parte do eixo micro-sociológico. Agrupam-se, por exemplo, teorias de inspiração marxista com outras de fundamentação durkheimiana.

O mais importante no estudo de Peixoto (2004) é o caráter interdisciplinar da temática migração que é ressaltado. Em sua análise do desenvolvimento histórico do tema esse autor observa que o mesmo é de interesse de vários especialistas, o que explica a

variedade de perspectivas teóricas. Assim como o seu caráter transversal. Enfatiza, ainda, que a geografia tem sido a ciência que mais atenção tem dado às migrações, e a que utiliza, na maioria de suas análises, o aporte teórico de outras ciências, o que reforça ainda mais o seu caráter interdisciplinar.

Entre as várias disciplinas, aquela que lhe tem dado mais atenção tem sido, talvez, a geografia, dados os vínculos comuns com o espaço. O facto de muitos geógrafos utilizarem regularmente contributos teóricos provenientes de outras ciências sociais reflete, talvez, a situação geral dos estudos sobre o tema. (PEIXOTO, 2004, p.3).

É fato que o tema das migrações é uma tradição na ciência geográfica. Uebel (2017) publicou um artigo no qual sistematiza as contribuições de geógrafos de diferentes matrizes teóricas que desenvolveram pesquisas sobre as migrações nos três últimos séculos oriundas, primeiramente, da Demografia, da Geopolítica, até a abordagem espacial do homem-sociedade. Ganharam força na Ciência Geográfica nos Estados Unidos, Grã-Bretanha, Alemanha, França, assim como no Brasil, Argentina e Cuba. (p. 41).

De início sistematiza os trabalhos realizados em dois eixos, um primeiro, preocupado em responder questões como os fatores causadores das migrações, seus processos e padrões, já um segundo, preocupado com as formas de incorporação dos migrantes nas realidades socioespaciais que os recebem (UEBEL, 2017, p. 41).

Os primeiros trabalhos colocam o ambiente físico como vetor central em relação às migrações, decorrência direta das formulações ratzelianas e consolidada pela tradição determinista. Essa centralidade do ambiente natural no entendimento das migrações pode ser vislumbrada na obra Antropogeografia (1882) de Federic Ratzel, na qual funda as bases de uma teoria geral das migrações, cuja continuidade pode ser verificada nos trabalhos da sua discípula norte-americana, Ellen Semple. Para esta, a busca por ambientes mais amenos, mais aprazíveis, de clima agradável, impulsionava movimentos de pessoas para lugares com ambientes diferentes dos seus lugares de origem. (UEBEL, 2017, p.42).

Outro Geógrafo que desenvolveu importantes trabalhos sobre as migrações, foi Ernest Georg Ravenstein, de origem alemã-inglesa. Da mesma forma que E. Semple, esse autor chamava a atenção para a importância do ambiente natural nos processos de mobilidade populacional. Procurou, ainda, identificar zonas climáticas agradáveis para que orientasse o processo de colonização europeia, por meio da instalação de colônias

agrícolas. Para ele, realidades com quadro climático inóspito sempre ocasionariam processos migratórios. (p. 43).

Depois da publicação dos trabalhos de E. Semple, Ravenstein apresentou suas primeiras formulações teóricas sobre as migrações. Baseado nas observações das dinâmicas das migrações internas do Reino Unido, assim como das transnacionais de mais de quinze (15) países, elaborou suas primeiras “Leis de Migrações” (1885). Mesmo tendo o eixo determinista como fio condutor nas explicações sobre as migrações internacionais, apresentou outras variáveis de natureza social como causadoras das migrações, como as econômicas.

Por essas características, como bem salienta Uebel (2017), os trabalhos de Ravenstein foram considerados por teóricos posteriores, pois muitos dos fatores das migrações não naturais apontados por ele são utilizados, em parte, para explicar a dinâmica das migrações atuais.

Ainda seguindo essa tradição que considera as influências do meio natural nos movimentos migratórios, Ellsworth Huntington (1876-1947), destacado Geógrafo determinista, discípulo de Ratzel, apoiado nas ideias de Ravenstein, desenvolveu seu trabalho a partir das suas pesquisas realizadas na região da China Oriental. Por considerar o clima como fator central para explicar as migrações nos espaços analisados, seu trabalho inaugura o que se convencionou chamar de “Migração das mudanças climáticas” (UEBEL, 2017).

Na busca de estabelecer as bases geográficas da história mundial, Huntington fez várias interpretações sobre as migrações do período da antiguidade, como a dos bárbaros para a Europa, nelas sempre fatores relacionados às mudanças climáticas explicam a mobilidade populacional.

Um Geógrafo que apresentou uma construção teórica singular na época foi Piotr Kropotkin (1842-1921), geógrafo, economista e cientista social russo. Considerava a cooperação e ajuda mútua na evolução, muito embora, também, tenha colocado a dimensão ambiental como uma varável central na explicação dos movimentos migratórios.

O que se observa é que há uma centralidade da dimensão ambiental nos trabalhos sobre migração desenvolvidos por geógrafos na virada do século XIX para o XX, independentemente das diferentes orientações epistemológicas existentes entre eles.

Uma importante contribuição aos estudos das migrações na ciência geográfica foi a do geógrafo norte-americano Wilbur Zelinsky (1921-2013), vinculado à vertente

cultural. Suas reflexões e teorias serviram de suporte para a elaboração de políticas de migração na União Europeia que, assim como o hemisfério norte, foram suas referências. Apresentou um modelo geográfico que buscava relacionar a transição de mobilidade a “regularidades e padrões” no processo de mudanças de diferentes tipos de migrações com cada fase das mudanças demográficas e econômicas. (UEBEL, 2017, p. 44-45).

Seu modelo apresenta cinco fases de mobilidade de transição fundamentadas em análises históricas generalistas sobre dinâmica social, migrações, modernização e desenvolvimento, tendo como referência as transformações que ocorreram na Europa e na América do Norte. Se sustentava sobre três pilares ou “axiomas geográficos”: *“o significado real” da padronização espacial de eventos sociais e de mobilidades, a noção de difusão espacial de inovações e modernização, bem como o princípio econômico-geográfico do mínimo esforço*”. (Ibidem, p. 44-45).

Dessa forma, as cinco fases são divididas por modelos de migrações de sociedades com níveis de desenvolvimento diferenciados, a primeira fase apresenta a “Sociedade Tradicional pré-moderna” e o padrão de comportamento das migrações, a segunda a “Sociedade de transição precoce” e seus respectivos padrões de migração, terceira a “Sociedade de transição tardia”, quarta “Sociedade Avançada” e quinta fase a “Sociedade Super-avançada”. (Ibidem, p. 46).

Os trabalhos teóricos de Zelinsky deram boas contribuições aos estudos das migrações, mas também apresentaram muitas limitações, como suas referências teóricas sobre modernização, assim como eram revisões sobre como se deram as migrações e como as perspectivas de desenvolvimento se materializaram sequencialmente em dois séculos nos países mais avançados. Sua crença de que esses padrões iriam se repetir em outras realidades perdeu força, porque a realidade, assim como a literatura, demonstra que as migrações não têm uma padronização única. Mas sua importância aos estudos das migrações é inegável, como bem demonstra UEBEL (2017):

A contribuição primordial do modelo de Zelinsky era seu caráter abrangente: a migração e a mobilidade combinadas com outros componentes de mudança demográfica, a incorporação de seis tipos de movimento humano (rural-urbano, intraurbano e interurbano, a colonização da fronteira, emigração, imigração, e circulação interna), e sua incidência variável entre as cinco fases de desenvolvimento socioeconômico. (p. 47).

Para explicar processos que ocorriam nas realidades menos desenvolvidas Zelinsky também usou como referência as argumentações dos teóricos dependentistas (Teoria da Dependência). Desse modo, a dinâmica dos processos que ocorriam nessas

realidades era determinada por decisões das estruturas de poder das realidades mais desenvolvidas. Deve ser ressaltado, ainda, que esse autor fez algumas projeções sobre a sociedade Superavançada, como as transformações nas telecomunicações, a crise do petróleo, o controle das migrações, a revolução tecnológica.

No contexto da produção geográfica sobre migrações, o geógrafo nigeriano Akin Mabonguje teve expressividade na década de 1970, com suas análises que procuraram aproximar a teoria dos Sistemas às migrações, sobretudo às migrações rurais-urbanas na parte ocidental do continente africano. Sua proposição teórica repercutiu positivamente no meio acadêmico, principalmente entre geógrafos. (Ibidem, p. 47).

A modelagem sistêmica descritiva apresentada por ele possui cinco componentes: o ambiente, dividido em quatro sessões do sistema por onde o migrante se desloca, que envolvem desde as condições econômicas, sociais a políticas públicas; o próprio migrante, que é a energia a percorrer todo o sistema, os subsistemas de controle, que estabelecem quem parte, quem fica, e quando chegam nos ambientes urbanos como ficam, como se inserem; os mecanismos de ajustes nos espaços rurais e urbanos, relacionados à dinâmica da mobilidade e, por fim, os ciclos de feedback que diziam respeito às histórias dos migrantes que retornaram a seus lugares de origem, influenciam no fluxo de imigrantes dependendo dos seus enredos.

A abordagem sistêmica é bastante utilizada nas pesquisas sobre migrações, de caráter abrangente, flexível, além de realizar uma leitura multiescalar que envolve a articulação entre redes e fluxos que vão além dos tradicionais de origem e destino. Articula, ainda, as escalas micro e macro, por entender que os sistemas menores, ou subsistemas, funcionam em redes articulados com o sistema mundial de migrações. (Ibidem, p. 49).

Um trabalho desenvolvido por Uebel (2015) sobre a imigração de pessoas da África Ocidental e do Haiti para o Rio Grande do Sul no ano de 2014, mais precisamente em Caxias do Sul, teve o suporte teórico dessa vertente sistêmica. Outras pesquisas foram feitas aos estudos dos fluxos migratórios na Europa após a segunda guerra mundial, assim como relacionados às migrações transnacionais no mundo globalizado.

Uma outra importante contribuição aos estudos das migrações foi a do geógrafo sueco Torsten Hagerstrand (1916-2004), com sua Geografia do tempo, tema no qual a Geografia Humana foi pioneira no período do final da década de 1950 e primeiros anos da década de 1980. Sua história de vida no sul da Suécia, onde acompanhou a dinâmica da mobilidade interna das pessoas, influenciou as suas formulações teóricas. Para ele, o

importante na leitura geográfica é considerar o recorte dos eventos que se dão na vida das pessoas nos seus diferentes momentos. Dessa forma, a história individual das pessoas deve ser considerada na leitura espacial das migrações. (Ibidem, 49).

Dois elementos sustentam a proposição da geografia do tempo, o percurso de vida, que diz respeito às formas de relacionamento do indivíduo em rede, que pode ser apreendido em diferentes escalas temporais (dia, semana, mês, ano ou a vida toda). *“Portanto, a importância do tempo no estudo das migrações internacionais é fundamental do ponto de vista da Ciência Geográfica, ao passo que o ato de migrar envolve não apenas escalas espaciais, mas também temporais e que se relacionam em rede”*. (Ibidem, p. 50).

O outro elemento é a representação cartográfica das migrações em formato bidimensional, com o objetivo de representar as migrações e seus fluxos intensos. É a representação do espaço e do tempo dos indivíduos em três dimensões. É o Diorama de Hagerstrand que apresenta *“a representação das redes móveis do percurso de vida dos indivíduos em três dimensões do espaço-tempo”*. (Ibidem, p. 50). A intenção é representar as migrações de uma maneira que não seja com cartografias tradicionais, planas, o que deve ser enfatizado é o seu movimento, seu dinamismo e as complexas relações em rede que se efetivam nesse processo.

Essa proposta de representação cartográfica, conhecida como Diorama de Hagerstrand, serviu de base para outros trabalhos de representação cartográfica das migrações internacionais, como o realizado por pesquisadores da Universidade de Michigan, sobre o destino dos imigrantes no mundo contemporâneo. (p.50).

Essa perspectiva da Geografia do tempo tem impactado nas pesquisas sobre as migrações e seus ciclos, com a introdução dos métodos de investigação etnográficos e da história oral. Outros autores desenvolveram seus trabalhos orientados pelo conceito de percurso de vida, com ênfase no percurso familiar/residencial e estudo/emprego, o que amplia a abordagem das escalas num mesmo percurso de vida de uma pessoa. Essa forma de abordagem pode ser aplicada a determinados grupos de imigrantes, o que já fora realizado sobre a imigração espanhola no Rio Grande do Sul. (UEBEL, 2012). A importância da análise da biografia dos migrantes se revela central, por apresentar elementos que esclarecem as motivações individuais, assim como o contexto dos espaços de origem e destino.

Pelo que se pode observar e analisar, tem sido importante as contribuições da Geografia Humana e da População aos estudos do espaço-tempo nas migrações

internacionais, que se reflete na produção de mapas que se utilizam cada vez mais do Diorama para representar o fluxo das pessoas. As novas cartografias que expressam a geografia do tempo estão presentes no mapeamento do fluxo de imigrantes clandestinos no continente europeu. (UEBEL, 2017, p.51).

Outra vertente teórica da Geografia que tem se interessado pela temática das migrações internacionais é a Geografia Cultural, “*desde os estudos dos paradigmas das mobilidades, até os estudos de Geografias Culturais das Diásporas, Geografia, Gênero e Migrações e as questões do homem-espacial e espaço-social na perspectiva do imigrante*”. (Ibidem, p., 52)

Como se pode observar, a Geografia tem dado importantes contribuições teóricas aos estudos das migrações, sobretudo internacionais, nos últimos dois séculos, como esclarece UEBEL (2017, p., 52-53):

(...) a Geografia e seus escritos dos últimos dois séculos possuem importantes contribuições teóricas e discussões paradigmáticas que fornecem aportes para os estudos atuais sobre as migrações internacionais, em especial aqueles que fogem das rotas tradicionais Sul-Norte, abarcando o caso das migrações Sul-Sul e também dos fluxos de refugiados do Norte da África e Oriente Médio para a Europa e América Latina. O diferencial das pesquisas imbui-se então da atualidade geográfica combinada com seus fundamentos mais tradicionais, característica nata da Ciência Geográfica e seus atores. Portanto, trata-se de uma ciência fundamental para a compreensão dos fluxos migratórios e suas repercussões.

Outras contribuições surgiram nesses últimos dois séculos na Geografia que não foram referendadas aqui, porque procurou-se dar atenção às proposições que causaram mais impactos aos estudos das migrações e as de Ravenstein, Zelinsky, Mabonguje e Hagerstrand obtiveram grande relevo no meio da produção geográfica.

O que não a individualiza quanto às inquietações gerais que norteiam os estudos das migrações nas ciências sociais, como as causas que as motivam, estas são de natureza individual, vinculada à história de vida dos indivíduos ou são de natureza coletiva, ligadas a processos socioeconômicos?

2.2 AS MIGRAÇÕES E O ESPAÇO GEOGRÁFICO NA ZONA BRAGANTINA

Há muitas respostas para esses questionamentos, como já foi demonstrado. Torna-se necessário delimitar o entendimento que se tem neste trabalho sobre o que são os processos migratórios, o que significam, suas motivações, assim como verificar suas relações com a produção, organização e reorganização do espaço geográfico.

A temática das migrações é domínio interdisciplinar. Economia, antropologia, sociologia, geografia, demografia, só a título de exemplo, são algumas ciências que se encontram nos estudos sobre as migrações. Como então definir os movimentos migratórios (emigração e imigração)? Klein (2000) enfatiza a relação entre os fatores de atração e repulsão dos espaços de destino e origem como elementos causadores das migrações. A situação econômica seria para esse autor um fator determinante para que certos segmentos sociais emigrassem em busca de melhores condições de vida.

Esse mesmo autor apresenta uma periodização das migrações internacionais e coloca como um dos fatores centrais das Grandes Migrações da Europa para as Américas do final do séc. XIX e início do XX as dificuldades de acesso à terra e aos alimentos que se tornaram mais caros em decorrência do aumento populacional que levava pressão aos setores agrícolas dos países europeus. Por outro lado, o continente americano se apresentava como um espaço alternativo em função da disponibilidade de terras e de trabalho, o que possibilitaria a realização do sonho de enriquecimento para os imigrantes.

Sayad (1998) apresenta uma outra proposição para a análise das migrações. Esse autor parte do princípio de que se deve analisar a sociedade na sua totalidade, sua historicidade, mas também a dinâmica das suas estruturas sociais. Dessa forma, não se pode analisar a imigração desvinculada da emigração, pois se constituem em dimensões de um mesmo processo. Todo imigrante é, antes de mais nada, um emigrante. Assim, as causas dos processos migratórios são encontradas nos lugares de origem e de destino dos migrantes e são determinadas, a um só tempo, por fatores coletivos, como também por fatores individuais, aqueles ligados à história de vida de cada emigrante/imigrante.

A partir dessa postura Sayad (1998) propõe um encaminhamento metodológico para o estudo da imigração. O que se deve identificar, primeiramente, são as condições sociais que possibilitaram a emigração nos espaços de origem dos migrantes para, em seguida, analisar as condições materiais de existência nos espaços de imigração, assim como as transformações ocorridas nesses espaços como consequências da imigração. As causas da imigração nos espaços de destino estão relacionadas a processos como a forte expansão econômica em períodos históricos específicos, o modo de organização do mercado de trabalho e o déficit demográfico.

Como se afirmou anteriormente, as migrações são movimentos populacionais que se realizam espacialmente, daí sua grande proximidade com as preocupações da geografia. São processos sociais que se efetivam sem uma padronização uniforme, já que as variáveis que as determinam estão vinculadas a relações sociais específicas de uma

estrutura histórico-social dada. Assim como as relações sociais e os contextos sociais onde se dão as transformações que ocasionam esse tipo de mobilidade populacional são plurais, as migrações também adquirem configurações particulares e diferenciadas entre si (SALIM, 1992).

A temática das migrações, esclarece Sayad (1998), é um campo de encontro de diversas disciplinas. É este mesmo autor que enfatiza sua proximidade com aquelas ciências nas quais as preocupações entre população e espaço são centrais

Por certo, a imigração é, em primeiro lugar, um deslocamento de pessoas no espaço, e antes de mais nada no espaço físico, nisto, encontra-se relacionada, prioritariamente, com as ciências que buscam conhecer a população e o espaço, ou seja, grosso modo, a demografia e a geografia, e principalmente porque esta, ao tratar da ocupação dos territórios e da distribuição da população, inclina-se a anexar aquela não é por nada que a demografia é uma questão, em parte, dos geógrafos e, em parte, dos historiadores. Mas o espaço dos deslocamentos não é apenas um espaço físico, ele é também um espaço qualificado em muitos sentidos, socialmente, economicamente, politicamente, culturalmente (sobretudo através das duas realizações culturais que são a língua e a religião) (1998, p. 15).

A concepção apresentada por Sayad (1998) indica a estreita relação entre as migrações e a dinâmica espacial, que vai além de meros deslocamentos físicos de populações, são movimentos de sujeitos sociais e, por isso mesmo, o impacto espacial por eles causados não incide em apenas uma variável da realidade, mas em várias. O que se pode denotar na reflexão do autor é a concepção de que o espaço vai além de uma extensão física, é também social, cultural, político, econômico. Este estudo sobre a inserção socioespacial e a dispersão dos imigrantes espanhóis no espaço da Zona Bragantina no final do séc. XIX e início do XX levará em consideração as posições de Sayad (1998).

A imigração espanhola aqui tratada faz parte de um processo migratório global, as grandes migrações internacionais (1880-1915), decorrentes da expansão do capitalismo. (KLEIN, 2000). A Revolução Industrial gerou na Europa, com o aprimoramento da técnica nos processos produtivos, tanto na indústria como na agricultura, um excedente populacional que não foi absorvido pelo mercado. Por outro lado, o comportamento demográfico da Europa no séc. XIX foi caracterizado pelo crescimento das taxas de natalidade e de queda nas taxas de mortalidade (transição demográfica), o que contribuiu para o crescimento da população europeia, e do aumento do excedente demográfico (EMMI, 2007).

Diante desse contexto, os Estados Nacionais passaram a estimular as emigrações, por meio de políticas de incentivo, como as viagens subsidiadas para as Américas². Estas, por sua vez, apresentavam uma realidade bem diferente da Europa. O intenso crescimento de suas economias, a disponibilidade de terras desocupadas e empregos impulsionavam os estados americanos a estabelecerem políticas de imigração para suprir as suas necessidades de força de trabalho. Somaram-se a essas mudanças outras vinculadas à dimensão espacial. A inovação técnica nos meios de transporte e comunicações aproximou a Europa das Américas e intensificou os fluxos migratórios intercontinentais.

A imigração maciça daquele período necessita de uma melhor atenção por parte das Ciências Sociais. Uma rica documentação das antigas hospedarias dos imigrantes e outras instituições ainda não foi analisada (BASSANEZI, 1995). O Brasil recebeu no final do século XIX em torno de cinco milhões de imigrantes (LEVY apud BASSANEZI, 1995). O Pará e o Amazonas apresentaram um aumento de sua população estrangeira naquele período, como bem demonstra o censo de 1920 (EMMI, 2007). Muitos desses imigrantes foram inseridos na realidade amazônica e tiveram papel destacado na vida social, cultural e política nos seus espaços de destino.

Um importante trabalho sobre a imigração estrangeira do período aqui estudado, e que já foi citado acima, é o de Emmi, (2007), sobre o papel da imigração italiana no desenvolvimento da Amazônia. Neste estudo, a autora demonstra como as famílias italianas tiveram uma participação ativa na vida econômica regional. No estado do Pará, os italianos se especializaram de forma mais concentrada nos Municípios do Baixo Amazonas, mas também ficaram na capital e foram inseridos em algumas colônias agrícolas da Zona Bragantina, como Ianetama e Anita Garibaldi. Ressalta-se que esse estudo de Emmi (2007) tem contribuído ao debate teórico sobre as migrações internacionais na Amazônia, assim como na indicação e localização de fontes documentais de época que registraram a entrada dos imigrantes estrangeiros no Pará, como o acervo da Repartição de Terras e Colonização do Pará que se encontra no Arquivo Público do Pará.

² KLEIN (2000) ressalta que no período de 1881 e 1915 trinta e um milhões de imigrantes vieram para as Américas, e o Brasil absorveu 2,9 milhões desse total, em sua maioria composta por portugueses, italianos e espanhóis e, em menor escala, de agricultores japoneses.

Nesse acervo os registros de imigrantes espanhóis são volumosos e indicam os navios que os transportaram, a data de chegada, a profissão e o lugar de origem. Essas informações apontam que a maioria dos imigrantes que vieram para o Pará no ano de 1896 possuía uma tradição de vida rural nos seus lugares de origem, muito embora essas informações possam não expressar a verdade, já que ser camponês era a condição mais importante para que a pessoa tivesse garantida os direitos dados pelo Estado brasileiro (governos estaduais) nas suas políticas de imigração, como passagens grátis, alimentação, assistência médica e, principalmente, acesso à terra. (SMITH J., 2012).

Da mesma forma, a literatura até então consultada (CRUZ, 1955, EMMI, 2008, GARCIA, 2017, LUZ; ORTIZ, 2013, SMITH JR., 2012) sobre a imigração estrangeira do período revela que a maioria desses imigrantes espanhóis se distribuíram espacialmente nos núcleos agrícolas criados ao longo do entorno da extinta Estrada de Ferro de Bragança, com destaque para os núcleos de Benjamin Constant (Bragança), Jambu-Açu (atual Igarapé Açu) e Santa Rosa (município de Vigia). (CRUZ, 1955).

Esse acervo documental tem sido objeto de pesquisas de várias áreas das Ciências Sociais. Ele revela a importância que a imigração estrangeira teve nas Políticas de Colonização e Ordenamento territorial do Pará no final do século XIX e início do XX. Mais do que isso, demonstra o papel destacado dos imigrantes espanhóis nas colônias agrícolas na Zona Bragantina, o que fica evidente pela grande quantidade de registros de saída de pessoas da Hospedaria dos Imigrantes, que ficava na ilha de Caratateua, Outeiro, em Belém, para as colônias agrícolas daquela região (antigo prédio do canil da Polícia Militar do Pará).

Para a vertente geográfica que busca estudar as realidades espaciais passadas, a chamada Geografia Histórica, muito embora se concorde aqui com a máxima de que toda Geografia é histórica (SANTOS, 2006), esse acervo documental registra a dinâmica espaço-temporal daquele contexto, o “presente de então”, não em sua plenitude, mas apresenta elementos que contribuem para a reconstrução do contexto de época em diferentes escalas espaço-temporais na sua simultaneidade (do mundo, dos Estados nacionais e dos lugares) (ABREU, 2000).

Um desses documentos encontrados no Arquivo Público do Pará (APEP), na Seção de Obras Públicas, Terras e Colonização, da Série Administradores da Hospedaria de Outeiro (1895-1896-1897-1898), caixa 36, um Ofício de oito (8) de maio de 1896 de um Administrador para que fosse feita uma investigação que identificasse o nome de um imigrante que estava distribuindo panfletos de propagandas de conteúdo Anarquista em

Belém, o que fica evidente a preocupação dos poderes constituídos com a penetração de ideias de cunho libertário, que se multiplicavam na Europa naquele contexto, a partir da chegada dos espanhóis (SMITH J., 2012).

No mesmo acervo documental fica claro que houve uma relação muito conflituosa entre as famílias espanholas e o Estado brasileiro (governos estaduais), sobretudo porque este não cumpria com o acordado nos contratos feitos, como a garantia de boa alimentação, estadia, assistência médica e outros. São volumosas as cartas direcionadas à administração das colônias com reclamações das péssimas condições às quais os imigrantes se encontravam nas colônias.

O que se quer salientar é a grande importância de documentação de época aos estudos das realidades passadas, pois guardam elementos que ajudam na reconstrução das relações sociais que se deram entre os diferentes segmentos sociais. A necessidade de contextualização desse acervo documental é imprescindível para que se possa entender o “presente de então”, ou seja, o passado quando era presente, ainda que de forma fragmentada. Da mesma forma que é necessário aprofundar nos estudos já realizados sobre o tempo e o espaço que são objeto da pesquisa para melhor compreendê-los (ABREU, 2000).

A busca para trazer à tona o que foi subtraído e não deixou registro, mas que se tem conhecimento que ocorrera, perpassa as preocupações dos estudos dos espaços do passado, um procedimento arqueológico de cartografar o ocorrido sem registro material. Mas a clareza de que o resgate das dinâmicas não se dá na sua totalidade, o que se apreende são fragmentos deixados na dimensão material, formas espaciais na Paisagem, documentos em cartórios de registros, em paróquias, assim como diários de família, passaportes, imagens de época ou acontecimentos guardados na memória dos descendentes dos imigrantes.

Esses imigrantes tiveram um papel destacado como agentes produtores do espaço da Zona Bragantina, muitos retornaram, outros ficaram e participaram da construção da vida social desses espaços. Entretanto, apesar da quantidade desse contingente, pouco se tem conhecimento de que forma esses imigrantes espanhóis que permaneceram se inseriram socialmente, tampouco sobre as atividades econômicas e sociais que se envolveram. E, ainda, o que é mais intrigante, qual o destino dessa população espanhola, que foi o segundo segmento com maior contingente de pessoas que chegou ao Pará (EMMI, 2008).

Na tentativa de dar respostas a essas questões, se impõe que se esclareça o que vem a ser Inserção socioespacial e Destino/Dispersão. Ambas se referem a um modo próprio de os imigrantes passarem a participar da vida social local como sujeitos a partir dos seus espaços de destino, no caso aqui a colônia de Benjamin Constant.

Os trabalhos realizados sobre as migrações estrangeiras no Pará (EMMI, 2008, GARCIA, 2017, SMITH J., 2012) revelam que estavam inseridas nas Políticas de colonização e ordenamento territorial do Estado. Portanto, a grande maioria dos imigrantes espanhóis que vieram ao Pará o fizeram por meio dessas políticas. Muitos ficaram e construíram suas histórias a partir de condições materiais forjadas a partir do trabalho com a terra, nos lotes agrícolas recebidos aquando de sua chegada. Ampliaram seus negócios, até chegaram a acumular capital e investiram em atividades terciárias nas cidades próximas.

No município de Bragança, onde se instalou a Colônia de Benjamin Constant, a que mais recebeu imigrante espanhol no Pará, muitas famílias tiveram essa projeção, a exemplo das famílias Castanho, Gardunho, Risuenho, Monteiro, Garcia e Rodrigues. Para além das atividades rurais houve uma projeção ao comércio, à funilaria, indústria, arte e política. Seus nomes e sobrenomes estão nomeando ruas, logradouros e escolas na cidade e nos vilarejos (GARCIA, 2017). Muitos de seus descendentes ainda participam ativamente da vida social na contemporaneidade, seja no ramo do comércio, seja na superestrutura política (cargos públicos).

As famílias que passaram a participar da vida social dessa forma supracitada, se identificam com a noção de Inserção Socioespacial, vieram por meio da política estatal, produziram, investiram e se projetaram a partir da colonização. Tiraram proveito das suas condições.

Por outro lado, houve um significativo contingente de pessoas que veio por meio da política estatal de colonização, mas não ficou, muitos retornaram aos seus lugares de origem, outros tomaram rumo a lugares até então desconhecidos. Por essa condição esses imigrantes são identificados pelo que se denominou Destino ou Dispersão, que é um modo de “inserção espontâneo”, resultado da negação à colonização dirigida pelo Estado.

Nas duas condições os imigrantes passam a participar como sujeitos no processo de produção da vida em sociedade, logo passam a ter papel ativo na produção do espaço geográfico, que é um espaço social, dinâmico, uma totalidade em constante movimento de transformação, resultado das relações sociais entre os diferentes agentes sociais.

Cabe aqui a necessidade de esclarecer que Inserção socioespacial tem proximidade com alguns conceitos construídos no percurso do debate sobre acessibilidade, desenvolvimento socioespacial, inserção social, estratégias de desenvolvimento, principalmente no ambiente das ciências sociais, como as reflexões de alguns teóricos da sociologia e da geografia sobre conflitos e tensões sociais decorrentes da dinâmica capitalista no espaço geográfico, seja na sua dimensão urbana ou rural (SANTOS, 1987, 1992, MARTINS, 1988, 2002; SOUZA, CORRÊA, 2012).

Dessa forma, nos estudos que visam entender o papel dos diferentes segmentos sociais e suas participações na vida em uma sociedade dividida por classes sociais há uma ênfase sobre as condições daqueles que estão em uma posição periférica do ponto de vista econômico, político e social, assim como das diferentes formas criadas por eles para a sua sobrevivência e reprodução social e das suas relações com o Estado, via políticas sociais. Desse debate, muitos conceitos foram criados por diferentes autores na tentativa de apreensão do papel dos segmentos sociais, como as populações que vivem nas periferias dos espaços urbano, rural, dos pequenos produtores, das sociedades indígenas, quilombolas e, também, dos imigrantes.

A noção de exclusão social esteve associada às condições de vida das classes e segmentos sociais menos favorecidos. Corrêa (2004) ao identificar os agentes produtores do espaço urbano se refere aos segmentos sociais caracterizados pelas condições desfavoráveis socioeconomicamente de grupos sociais excluídos, pela falta de acesso pleno às condições mínimas que garantam uma vida digna a eles. Estes participam do processo de produção do espaço, são agentes produtores, por meio da criação de estratégias que garantem a sua reprodução social. Se o direito à moradia, que é garantido constitucionalmente a todas as pessoas nacionais, não lhes é dado, constroem habitações em espaços oportunos, produzem as ocupações espontâneas, se não têm empregos criam mecanismos de geração de alguma renda, o que se expressa espacialmente na densa presença de ocupações espontâneas e de um circuito informal da economia urbana, seja nos pequenos, médios ou grandes centros urbanos.

Da mesma forma, só que a realidade socioespacial analisada vai além da escala do espaço urbano, Martins (1991) reflete sobre a realidade das sociedades originárias no processo político violento de conflitos agrários, vinculados à questão da propriedade da terra. Sua emancipação, assim como das suas terras, se dá sob a ótica do dominante, uma individualização pela identidade do outro, pela noção de cidadania e consolidada juridicamente. A reprodução capitalista na Amazônia atinge violentamente indígenas,

posseiros, sociedades tradicionais na sua diversidade. Assim com realça a relação entre o aumento dos conflitos e as migrações na região, movimento que acompanha toda a sua história.

Martins (1997) desenvolve ao longo de seus trabalhos uma crítica à noção de exclusão social e apresenta o conceito de Inclusão Precária ou Marginal. Para ele não existe exclusão social, o que se apresenta e relata como exclusão, como situações sociais precárias e violentas de exploração de determinados segmentos sociais, na verdade são formas de inclusão:

O que vocês estão chamando de exclusão é, na verdade, o contrário da exclusão. Vocês chamam de *exclusão* aquilo que constitui o conjunto das dificuldades, dos modos e dos problemas de uma *inclusão precária e instável, marginal*. A inclusão daqueles que estão sendo alcançados pela nova desigualdade social produzida pelas grandes transformações econômicas e para os quais não há, senão, na sociedade, lugares residuais (MARTINS, 1997, p. 26).

Desse modo, ainda que um segmento se encontre em condições de trabalho que se aproximam da escravidão, esta foi a maneira que foi possível sua inclusão social no processo de reprodução capitalista. Ainda que precárias, muitas vezes destituídas do que se compreende como dotadas da dimensão humana, o que se expõe como exclusão são os problemas de uma forma de inclusão social periférica. (Ibidem, 1997).

As reflexões sobre essa temática trazem à tona a situação marginal a que são submetidos esses segmentos sociais e suas formas de luta, de resistência, diante de uma lógica de relações sociais nada favoráveis às suas demandas. Nesse sentido, se organizam e se mobilizam na busca, primeiramente, de criar e garantir condições de se reproduzirem individual e coletivamente, buscam e lutam por espaço e isso significa que almejam o poder de decisão de seus destinos, de serem sujeitos da sua própria história.

Outro teórico que tem dado grandes contribuições ao debate sobre exclusão/inclusão social é Souza (2000, 2006, 2013), a partir da reflexão sobre as relações entre espaço e poder, logo as questões de conflitos de interesses políticos, portanto, o conceito de território e sua aplicação nas realidades metropolitanas, está no centro das suas análises, como deixa claro em um de seus escritos: “O *território*, objeto deste ensaio, é fundamentalmente um *espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder*”. (SOUZA, 2000, p. 78). Dessa forma, o território “será um *campo de forças*, uma *teia* ou *rede de relações sociais* que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um *limite*, uma *alteridade*: a diferença entre “nós” (o grupo, os membros da

coletividade ou “comunidade”, os *insiders*) e os “outros” (os de fora, os estranhos, os *outsiders*) (Ibid, 2000, p. 86).

A verificação e análise das relações sociais nos espaços das grandes metrópoles revelam dinâmicas territoriais com temporalidades próprias. Territórios da prostituição, do tráfico de drogas, dos imigrantes (nordestinos), que configuram diferentes territorialidades, ou seja, territórios com uma forma específica de relação social, tendo o espaço como elemento mediador. Territorialidade aqui, diferente da perspectiva de muitos autores que a definem como um modo de ser de um grupo social que se expressa territorialmente, “significam os tipos gerais em que podem ser classificados os territórios conforme suas propriedades, dinâmica. (Ibid, 2000, p., 99).

Para Souza, portanto, o conteúdo do território se define pelas relações entre espaço e poder e as territorialidades expressam um modo de ser do território. Com uma postura que procura ultrapassar a perspectiva tradicional majoritária da Geografia Política de território, que o reduz à escala do território estatal, suas abordagens visam apreender territorialidades em diferentes escalas espaciais, o que demonstra a diversidade de territórios com formas de organização e relações espaço-temporais próprias.

Da mesma forma que analisa o território no percurso de sua construção e aplicabilidade nas realidades das metrópoles, também o faz à noção de Desenvolvimento, preso, tradicionalmente, a determinadas ciências, como a economia, a concepção que prevalece vai ao encontro da lógica capitalista, aquele é sinônimo de crescimento econômico. Como forma de apresentar uma proposição alternativa contrária a essa perspectiva elabora o conceito de Desenvolvimento Socioespacial. (SOUZA, 2000, p.100).

Desenvolvimento Socioespacial é uma proposta alternativa à noção tradicional capitalista de desenvolvimento, se apresenta como um processo político que visa a construção de uma sociedade livre e autônoma, que seja capaz de gestar o seu território, de definir sobre o seu destino. Seu suporte é a noção de autonomia, individual e coletiva, objetiva a superação desse modelo de Democracia representativa conduzida pelo Estado que reproduz contradições e conflitos, para uma Democracia direta que permita o alcance da cidadania plena para todos(as). (SOUZA, 2013).

Possui uma conotação que almeja uma situação de superação e melhoria das condições de vida das pessoas, sua realização individual e coletiva.

A proposição de Inserção socioespacial apresentada neste trabalho procura apreender o papel de sujeitos dos/as imigrantes espanhóis/espanholas no processo de

produção do espaço da Zona Bragantina no final do Séc. XIX e início do XX. A ênfase é analisar suas participações na vida social dos espaços que se estabeleceram, reorganizaram suas vidas, das suas famílias, quais atividades se envolveram na dinâmica socioespacial, na produção do espaço individual e coletivo.

O perfil das pessoas e famílias de origem espanhola que vieram para a Zona Bragantina, apesar da documentação que se tem acessado indicar um perfil homogêneo, todas tinham uma tradição com o cultivo de terras, trabalhavam com agricultura nos seus lugares de origem, assim como as de sexo feminino eram domésticas, era bastante heterogêneo, conforme demonstram os primeiros levantamentos de campo (maio/2022; setembro/2023) realizados em Belém e Bragança (sede e Vila de Benjamin Constant), com seus descendentes. Por essa heterogeneidade, as formas de inserção socioespacial foram diversas, assim como houve famílias que se uniram para garantir a sua sobrevivência, reprodução e, muitas vezes, suas projeções econômicas e social.

Outras trabalharam sozinhas, entre os seus integrantes, se dividindo entre o cultivo da mandioca, tabaco, da aguardente e comércio, o que fica visível na organização dos seus espaços, com semelhanças que variam entre uma organização nos moldes de um Feudo e/ou gueto, a exemplo do padrão espacial da família Monteiro, em Benjamin Constant, cuja paisagem contém formas espaciais de uso exclusivo, como a Unidade de saúde denominada “Santo Antônio dos Monteiros”. (Trabalho de campo, outubro/2023).

Por essa particularidade, Inserção Socioespacial não tem similitude com o conceito de Desenvolvimento Socioespacial, assim como pode ter proximidade com o de Inclusão Precária. Aquele se funda na noção de autonomia individual e coletiva, assim como indica uma melhoria nas condições de vida de uma pessoa ou grupo, e de oposição e resistência à lógica capitalista, não é o caso da imigração espanhola, até houve famílias que melhoraram de vida, constituíram patrimônios, mas seu movimento não foi coletivo, não se teve unidade e coesão entre eles, de um modo geral foram lutas individualizadas.

Por outro, a noção de Inclusão Precária também não dá conta da dinâmica na sua totalidade, pode até ser aplicada às pessoas que criaram estratégias de sobrevivência, como os grupos sociais excluídos (CORRÊA, 1989). A Inserção Socioespacial pode se dá por meio da Inclusão Precária, assim como uma família pode ter se projetado e conquistado autonomia individual, a exemplo da família Castanho, em Bragança; ainda se deve considerar que em uma família havia/há hierarquia entre os seus membros.

O processo de produção da vida social e coletiva pressupõe a produção de espaço. (SANTOS, 1992, 1996, 2006). Essa produção é realizada pelos agentes sociais (classes sociais, grupos, indivíduos, Estado, firmas, instituições). A Inserção socioespacial procura identificar o papel desempenhado por um desses segmentos, no caso aqui imigrantes espanhóis, no processo de produção do espaço do qual fizeram/fazem parte e são sujeitos da sua produção, pode ser como um importante comerciante, um pequeno agricultor, um sucateiro, ferreiro ou pela participação na vida política.

Esse espaço tem um conteúdo material palpável, visível no horizonte do observador, que são as formas espaciais que, vistas em conjunto, compõem um mosaico de objetos criados em diferentes momentos da história de uma sociedade.

Outra dimensão ou conteúdo do espaço são as relações sociais que se realizam mediadas pelas formas espaciais. Vistas em conjunto as relações e os objetos compõem um todo cuja unidade se efetiva por sua pluralidade, combinação desigual e hierárquica (SANTOS, 2006).

Essa compreensão de espaço está presente em trabalhos de muitos geógrafos. Santos (2006) apresenta, ao longo de sua produção acadêmica, uma teoria espacial à análise da sociedade cuja concepção de espaço vai ao encontro da perspectiva adotada aqui.

O espaço geográfico é definido por Santos como:

Um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos; não entre estes especificamente, mas para as quais eles servem de intermediários. Os objetos ajudam a concretizar uma série de relações. O espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais. (1996, p. 71).

Resultado da ação coletiva dos homens, o espaço é uma totalidade constituída por duas dimensões, as relações sociais e as formas espaciais. A cada mudança nas relações sociais novas formas são criadas e as já existentes ou desaparecem ou mudam de função para atender as novas demandas sociais. Esse conjunto de formas produzidas em contextos sociais diferentes é a paisagem. Esta é “*um conjunto de formas heterogêneas, de idades diferentes, pedaços de tempos históricos representativos das diversas maneiras de produzir as coisas, de construir o espaço.*” (SANTOS, 1996, p.68).

A paisagem aparece como um documento, à medida que registra os diferentes períodos da história de uma sociedade. É um conjunto de formas-conteúdo, pois guarda as ações que o produziram. Sua interpretação é ponto de partida de uma leitura espacial

que pode levar à reconstituição de um contexto histórico, do seu nível de desenvolvimento técnico, de seu sistema de valores, assim como do arranjo de suas relações sociais, ou seja, da outra dimensão do espaço, que é o seu Sistema de Ações (SANTOS, 1996). Esse contexto pode ser passado ou presente, já que a paisagem possui formas criadas em períodos históricos diferentes.

O espaço é expressão material primeira decorrente das relações sociais, e destas com a natureza. É base de realização da vida em sociedade. Mas é, também, suporte de reprodução das relações que o produziram. Portanto, é espaço humano, por isso seu conteúdo é histórico, porque é produção histórica, é cultural, porque resulta da transformação material da natureza pelo trabalho organizado socialmente.

Essas reflexões orientam o olhar aqui adotado para o espaço que hoje compreende o antigo espaço da Zona Bragantina. Muitos municípios atuais (como São Francisco e Igarapé Açu) tiveram sua origem e história a partir dos núcleos agrícolas criados pelo Estado no entorno da Estrada de Ferro de Bragança. As marcas da presença estrangeira na paisagem atual dessas realidades devem ser reveladas aos olhos da sociedade, já que essa população fez parte do início do processo de produção desses espaços.

Formas espaciais do período da imigração estrangeira nesses espaços resistem à força do tempo presente, se rendem a este por sua reintegração à sociedade com novas funções sociais. Prédios das antigas estações, paradas obrigatórias da "Maria Fumaça" (trem), servem, hoje, para funcionar escolas, comércios e correios, estruturas de antigos engenhos e fábricas guardam o cotidiano vivido por muitos imigrantes italianos e espanhóis.

Com os imigrantes italianos e espanhóis, foi possível, ao Estado, fazer movimentar os Engenhos e as Fábricas instaladas nas colônias. Dar maior incremento à produção agrícola. Desenvolver a plantação. Aumentar a colheita. Introduzir os processos modernos da época, no amanho da terra Dar melhores bases aos núcleos, através dos conhecimentos de que se valiam os europeus para o acentuado progresso das suas propriedades (CRUZ, 1955, p.55).

Na composição da população desses espaços, muitas famílias de descendentes de imigrantes italianos e espanhóis guardam na memória o passado dos seus ascendentes, fonte oral riquíssima à pesquisa aqui desenvolvida, assim como documentos da época da imigração, como imagens, cartas, passaporte e outros. O levantamento dos nomes desses imigrantes nos documentos de época tem contribuído para o mapeamento e contato com os herdeiros dessa imigração que podem informar sobre a biografia de seus familiares, dos rumos tomados por seus familiares.

A mudança de espaço realizada por esses imigrantes redefiniu seus laços de sociabilidade. Antigas relações ficaram para trás nos seus espaços de origem e novas relações foram criadas em seus espaços de destino. Quebraram-se vínculos afetivos, econômicos, e com os espaços de vivência e, a um só tempo, outros vínculos foram estabelecidos nos e com os espaços de destino.

As relações que foram desfeitas eram imprescindíveis à reprodução desses imigrantes enquanto grupos sociais, classes, e mesmo enquanto indivíduos, o que lhes garantia sua realização individual e social. Longe de seus espaços de realização social, destituídos da capacidade de criar mecanismos para a sua reprodução, esses imigrantes foram desterritorializados. Mas, a um só tempo, nos seus espaços de destino, ao estabelecerem novas relações sociais, vivenciaram um processo de reterritorialização (HAESBAERT, 2004). Dois termos, um conceito que os origina, o de território, que se reporta a ações de domínio ou posse, assim como de pertencimento, de um Estado, indivíduo, grupo ou classe social. Um conceito que trata de poder e que, por isso mesmo, pela natureza complexa das relações que busca dar conta, é dotado de polissemia.

2.3 MIGRAÇÕES E TERRITÓRIO

O entendimento do processo de territorialização e desterritorialização exige uma reflexão em torno de um conceito, tão importante quanto o de espaço, na análise geográfica: o território.

Como a quase totalidade dos principais conceitos da geografia não foram forjados no interior dessa ciência, a noção de território advém dos debates das ciências naturais, mais precisamente da Biologia. Assim como o espaço geográfico, o termo é polissêmico.

Os trabalhos desenvolvidos por Haesbaert (2004) sobre as perspectivas teóricas existentes acerca do território identificaram dois eixos de análise: os de fundamentação materialista, e aí se incluem os estudos das ciências naturais, produzidos pela Etologia e Biologia, os que possuem uma leitura econômica do território, assim como os de base jurídico-política; e aqueles de inspiração idealista, relacionados à constituição do território a partir da subjetividade humana, dos valores simbólicos e culturais de um determinado grupo, tão importantes na reprodução da vida em sociedade.

No século XIX a noção de território foi muito utilizada na geografia, por Friedrich Ratzel, o qual estabeleceu, em sua teorização, uma relação íntima entre o Estado e o território. A concepção desenvolvida por esse autor possui uma forte carga materialista de base naturalista, bem próxima da Biogeografia, conjugada a uma dimensão jurídico-

política, do controle político do Estado sobre determinados espaços. A simbiose entre essas dimensões é a base para a construção do seu conceito de "espaço vital", que também possui uma carga econômica, pois o território se apresenta, ainda, como fonte de recursos para a reprodução da vida em sociedade. Embora as formulações desse autor articulem as variáveis econômica, natural e jurídico-política, esta, sem dúvida, foi a mais expressiva em sua produção teórica, já que esse teórico possuía uma relação direta com os projetos políticos de conquista de territórios na Europa pelo Estado alemão (MORAES, 1990).

A concepção de território de cunho naturalista dá ênfase à territorialidade animal, aos espaços que viabilizam suas necessidades de sobrevivência, como alimentos, acasalamento, assim como de defesa e proteção de sua prole (HAESBAERT, 2004). Essa concepção de território foi aplicada aos estudos das sociedades humanas e esses revelaram que determinados comportamentos relacionados à defesa e disputa por espaços são semelhantes aos dos animais. Há, nessa abordagem, uma transposição do comportamento animal para os seres humanos. Essa perspectiva ganhou corpo nos estudos de Etologia, e pouco foi aplicada aos estudos geográficos.

Uma outra perspectiva de território, ainda segundo Haesbaert (2004), tem como base a dimensão econômica que define o território como um espaço que é defendido por um grupo por oferecer recursos materiais que garantem a reprodução desse grupo. O território é fonte de recursos materiais. Aqui, muitas vezes, território e espaço são tratados indistintamente. O território é tratado como fonte de recursos que garante a reprodução material de um grupo por meio da apropriação da natureza.

Nos estudos de geografia essa tendência teórica tem expressão nas formulações de Santos (1987, 1992, 1994, 1996, 2006). Para este o território se define pelo seu uso, daí a expressão "território usado" como similar à de espaço geográfico. Este autor apresenta uma proposta que prima por uma visão totalizante do território que envolve as complexas relações entre os lugares e o mundo no processo de formação socioespacial, entre o global e o local.

O território é, por excelência, o lócus desse encontro de interesses conflitantes entre os diversos segmentos sociais pelo controle político da produção da riqueza. Controle que se dá pelo domínio local da técnica nos lugares. Há uma relação dialética, em suas formulações, entre o que ele denomina "sistema-mundo", uma ordem global, porque é temporalidade hegemônica, que se impõe sobre outro sistema, a ordem local, o que leva o mesmo a falar de desterritorialização (ordem global) e reterritorialização (ordem local).

A desterritorialização diz respeito ao processo de perda das referências (valores, cultura, bens materiais) que sustentam o modo de viver de determinados lugares em função do processo de uniformização da vida social imposto pela ordem global aos lugares. A reterritorialização diz respeito ao estabelecimento de uma nova postura dos lugares diante da nova ordem que se impõe.

A posição dos lugares no mundo depende de sua densidade técnica que define a sua função no processo produtivo global. Fica clara a perspectiva econômica na leitura que esse autor faz do território, embora seus últimos trabalhos tenham chamado a atenção para a dimensão da cultura, dos valores sociais no entendimento da desterritorialização.

A abordagem mais expressiva sobre o território é a jurídico-política, aquela que associa o território às questões de natureza política, portanto, da Geografia Política. O autor mais expressivo dessa tendência é Ratzel. Para esse autor o território seria aquele espaço apropriado e dominado politicamente por um grupo ou população. Esse controle exige uma organização política para a sua perpetuação. Dessa necessidade surge o Estado, cuja função é, de forma soberana, proteger o território.

Para Ratzel, há uma relação íntima entre os homens, o solo e o Estado. Na análise dessa relação fica evidente sua visão organicista da sociedade, entremeada com a perspectiva econômica, como já se afirmou acima. A concepção de território elaborada por esse autor estabelece uma forte ligação entre uma dimensão física e uma política (está reduzida à política estatal). Esse autor inaugura uma tradição que delimita com clareza a relação entre defesa e território, entre poder, Estado e espaço.

As abordagens de fundamentação idealista partem da apropriação subjetiva do território, da construção de significados e incorporação de valores simbólicos e afetivos que definem e fortalecem uma identidade construída pelos homens a partir das relações que estabelecem com a natureza. Essa tendência ganhou forma, primeiramente, nos debates da Antropologia, mas logo depois penetrou na geografia francesa, mais precisamente nos estudos das chamadas sociedades tradicionais. (HAESBAERT, 2004).

O território aqui não se apresenta como uma dimensão externa de uma sociedade, como um espaço apropriado por uma determinada coletividade, mas como um espaço de identidade de uma coletividade. A noção externa de possuir o território é substituída pela noção de pertencer a ele (o território). São atribuídos significados culturais ao território, e por esse motivo, criam-se elos afetivos com o espaço de realização da vida. Há, nesse sentido, uma apropriação mental do território que expressa os mais importantes valores de um grupo social. O território espelha a identidade de uma cultura. Seu valor transcende

sua materialidade, é imaterial, porque é construção do imaginário social. Nessa abordagem a territorialidade

É o conceito utilizado para enfatizar as questões de ordem simbólico-cultural. Territorialidade, além da acepção genérica ou sentido lato, onde é vista como a simples "qualidade de ser território," é muitas vezes concebida em um sentido estrito como a dimensão simbólica do território. Ao falar-se em territorialidade estar-se-ia dando ênfase ao caráter simbólico, ainda que ele não seja o elemento dominante e muito menos esgote as características do território. (HAESBAERT, 2004, p. 74)

Desse modo, se pode falar de identidade territorial, que se manifesta a partir das relações estabelecidas entre um segmento social e a natureza. A apreensão dessa identidade não pode ser feita pela ênfase de apenas uma dessas dimensões da realidade, pois se corre o risco de reduzir a riqueza dos processos e relações que se manifestam territorialmente e que são, a um só tempo, de natureza econômica, política e cultural.

Nesse sentido, uma proposta que visa superar a possibilidade de redução da análise social via território a partir da priorização de apenas uma dessas dimensões (a natural, a econômica, a política ou a cultural) é aquela que reconhece na análise territorial a integração dessas dimensões.

Diferentemente das outras ciências que priorizam, nas suas interpretações, apenas uma dessas dimensões do real, como a Antropologia enfatiza a dimensão simbólico-cultural, à Geografia caberia, no estudo espacial das sociedades, demonstrar a integração dessas dimensões que se manifestam territorialmente.

Não caberia então à Geografia, por privilegiar o olhar sobre a espacialidade humana, uma visão "integradora" de território capaz de evidenciar a riqueza ou a condensação de dimensões sociais que o espaço manifesta? (HAESBAERT, 2004, p. 75)

Dessa forma, o "território só poderia ser concebido através de uma perspectiva integradora entre as diferentes dimensões sociais (e da sociedade com a própria natureza)" (idem, 75).

O que se ressalta, ainda, que independente da dimensão que venha a ser privilegiada, todas têm em comum a manifestação de relações de poder de um grupo ou de uma classe social sobre um determinado espaço, o que lhes garante a gestão e o controle sobre aquele, seja pela dimensão econômica, política ou cultural. Aliás, nas relações concretas dos homens entre si com a natureza, essas dimensões se apresentam articuladas.

A aplicação de uma abordagem do território integradora exige pensar o espaço enquanto totalidade, matriz primeira das manifestações (econômicas, políticas e culturais) e experiências humanas na sua relação com a natureza. Como bem esclarece Haesbaert:

Fica evidente neste ponto a necessidade de uma visão de território a partir da concepção de espaço como um híbrido-híbrido entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e "idealidade", numa complexa interação tempo-espaço, como nos induzem a pensar geógrafos como Jean Gottman e Milton Santos, na indissociação entre movimento e (relativa) estabilidade-recebam estes os nomes de fixos e fluxos, circulação e "iconografias", ou o que melhor nos aprouver. Tendo como pano de fundo essa noção "híbrida" (e, portanto, múltipla, nunca indiferenciada) de espaço geográfico, o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural. (2004, p.79).

Essas considerações teóricas sobre o espaço geográfico, o território e seus processos, como a desterritorialização, a territorialização e a reterritorialização, se apresentam como instrumentos eficazes ao estudo dos processos migratórios. No que diz respeito ao estudo da imigração espanhola essas considerações servirão como suporte teórico da pesquisa.

Como já fora salientado anteriormente os processos migratórios não possuem um padrão único, não se materializam de uma mesma forma na realidade social, pelo fato de que cada movimento migratório está circunscrito a um contexto socioespacial bem localizado. Por esse motivo, os fatores motivadores das migrações são múltiplos. Nesse sentido, as condições sociais dos migrantes têm relação direta com os processos por eles vivenciados durante seu trajeto, assim como os vivenciados nos seus espaços de destino. Os migrantes, portanto, também, não possuem um só perfil. É preciso localizar os migrantes no tempo e no espaço, pois nem toda migração leva à perda de identidade, à desterritorialização (econômica, política, cultural).

As migrações que são preocupações desse estudo possuem a particularidade de estarem articuladas ao contexto das Grandes Migrações que se deram do continente europeu ao americano no final do século XIX e início do XX, e a esse contexto o perfil dos imigrantes está associado a uma população desfavorecida socialmente nos seus espaços de origem, que não foi absorvida pelo novo mercado de trabalho decorrente da reestruturação produtiva sofrida pelo capitalismo naquele período.

Eram camponeses que não tiveram oportunidades de acesso à terra, eram artesãos, agricultores, camponeses, donas de casa, em sua grande maioria, como bem demonstram as documentações de época até então pesquisada. Isso não significa que esse tenha sido o

perfil da totalidade dos imigrantes estrangeiros que se deslocaram para as Américas, como evidência, por exemplo, o trabalho de EMMI (2007) sobre a imigração italiana para a Amazônia naquele período.

Esses imigrantes vinham com a expectativa de melhorar as suas condições de vida nada satisfatórias nos seus espaços de origem, e essa expectativa aumentava pelo fato de que, naquele contexto, as Américas apresentavam um quadro favorável no que diz respeito à disponibilidade de acesso à terra e trabalho.

Assim, se pode afirmar que muitos Estados Nacionais apresentavam, no interior de seus territórios, espaços da imigração e, posteriormente, territórios da imigração. A região cafeeira do sudeste do Brasil, assim como o Sul e o Norte desse mesmo Estado receberam contingentes de estrangeiros que foram absorvidos no mercado de trabalho desses espaços e os estudos produzidos até então sobre essa imigração apontam a sua importância na vida social, econômica, política e cultural desses espaços/territórios de imigração.

A imigração estrangeira para o espaço da Zona Bragantina no estado do Pará possui uma particularidade. Essa imigração coincide com o início da formação desse espaço, ou seja, essa realidade, a **Zona Bragantina**³, é produto desse contexto, e os imigrantes que lá se estabeleceram foram sujeitos que escreveram as primeiras páginas dessa história, que fincaram as primeiras bases na produção desse espaço.

Desterritorializados na condição de emigrantes, porque destituídos de seus lugares e das paisagens que fizeram parte de suas experiências nos seus espaços de origem, essas pessoas foram aos poucos criando novos laços de sociabilidade como imigrantes, novas redes de relações, e por que não dizer, foram se reterritorializando, produzindo, aos poucos, novas territorialidades.

Se deve atentar, como adverte Haesbaert, que assim como as migrações se dão de múltiplas formas e por causas variadas, por estarem relacionadas a contextos diferenciados entre si, por este motivo os migrantes não possuem um perfil homogêneo, a não ser abstratamente, os processos de desterritorialização também são diversificados. As condições sociais dos migrantes têm relação direta com os processos de desterritorialização por eles vivenciados. Um migrante que goza de condições sociais e

³ Por Zona Bragantina a compreensão que se tem neste trabalho incorpora os espaços que foram forjados a partir da construção da Estrada de Ferro de Bragança e das colônias agrícolas, no final do século XIX e início do XX. (definição da autoria).

econômicas favoráveis com certeza não passará por situações de desterritorialização semelhantes as vividas por um migrante pobre.

Desterritorialização, para os ricos, pode ser confundida com uma multiterritorialidade segura, mergulhada na flexibilidade e em experiências múltiplas de uma mobilidade "opcional" (a "topoligamia" ou o "casamento" com vários lugares a que se refere Beck, 1999). Enquanto isto, para os mais pobres, a desterritorialização é uma multi ou, no limite, a-territorialidade insegura, em que a mobilidade é compulsória (quando lhes é dada como opção), resultado da total falta de (...) alternativas, de "flexibilidade", em "experiências múltiplas" imprevisíveis em busca da simples sobrevivência física cotidiana (HAESBAERT, 2004, p. 250-251).

No caso das migrações espanholas, objeto de preocupação deste estudo, a referência é a um tipo de imigração compulsória, induzida pelos Estados através das políticas de subsídios que caracterizaram aquele contexto. E são essas migrações que serão analisadas no próximo capítulo no âmbito das Políticas Territoriais do Estado na Zona Bragantina.

3. ESTADO E MIGRAÇÕES ESTRANGEIRAS: AS POLÍTICAS TERRITORIAIS E A DINÂMICA DAS MIGRAÇÕES ESPANHOLAS NA ZONA BRAGANTINA NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX

3.1 BRASIL E ESPANHA NO CONTEXTO DAS GRANDES MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS

Este capítulo trata das políticas territoriais de colonização do Estado que tiveram como um de seus eixos as migrações espanholas no processo de produção do espaço e do território paraense, especificamente da Zona Bragantina. Na busca de compreender como se deu a inserção socioespacial dos imigrantes nos seus espaços de destino, a participação dos mesmos como sujeitos no processo de produção da vida em sociedade, a análise da dinâmica territorial das migrações deve considerar a relação entre as políticas territoriais implementadas pelos Estados Nacionais naquele contexto, assim como a relativa autonomia dos imigrantes em suas ações.

Deve considerar, também, que essas políticas territoriais acompanhavam as transformações ocorridas pelo padrão de acumulação capitalista, sobretudo pela Revolução Industrial que afetou intensamente o mundo do trabalho.

Analisar as relações entre o Estado e o processo de produção do espaço exige que se entenda o papel do Estado Nacional no desenvolvimento do capitalismo no século XIX. Este, para se espacializar na escala planetária, terá naquele, o Estado-Nação, o instrumento dessa realização. (CASTRO, 2013; MORAES, 2005, 2009). O novo desenho

territorial aflorou nesse período, antigas colônias se transformaram em unidades territoriais com poder centralizado cujo papel era forjar as condições materiais e imateriais à instituição da racionalidade capitalista nos emergentes territórios nacionais.

“No campo político, o nascimento do Estado moderno definiu o marco da centralidade territorial e institucional do poder político. Esta é certamente a instituição política mais importante da modernidade, responsável pela delimitação do território para o exercício do mando e da obediência, segundo normas e leis estabelecidas e reconhecidas como legítimas, sendo possível legalmente a coerção física em caso de desobediência” (CASTRO, 2013, p. 111).

O Estado Nacional brasileiro é produto desse período e participou na produção e reorganização de seu espaço e território, na disseminação dos valores patrióticos, pelo controle e gestão das instituições, como escolas, universidades e espaços de criação de leis, assim como protagonizou a colonização de espaços por meio de políticas territoriais que propiciaram a abertura de estradas, a reestruturação do padrão fundiário, a criação de núcleos agrícolas, de infraestruturas (portos, energia elétrica, linhas de trens) que viabilizaram uma maior integração dos lugares à dinâmica do mundo naquele momento histórico.

A gestão e o controle da dinâmica demográfica, historicamente, também foram variáveis presentes nas políticas estatais, pois a elas está relacionada a formação de um mercado de trabalho, questão a ser resolvida ao longo do processo de formação do território nacional, desde o período colonial, com o uso da mão de obra indígena e negra escravizada do continente africano, assim como de imigrantes estrangeiros, mais densos no século XIX (EMMI, 2008; SMITH JÚNIOR, 2012).

A incorporação do território nacional à lógica do Capitalismo do final do século XIX teve como problema a questão da demanda de mão de obra para o desenvolvimento das atividades agrícolas, do cultivo da terra, sobretudo a partir da mudança nas relações de produção, com o fim da escravidão e introdução do trabalho assalariado. O Estado operacionalizou a colonização com a imigração sendo o eixo do povoamento e criação de um mercado de trabalho, ora voltado ao atendimento das atividades econômicas de exportação, ora preenchendo as necessidades de economias que supriam o mercado interno.

Nas políticas territoriais dos Estados Nacionais da América do Sul houve uma orientação geral de que o imigrante deveria ter uma tradição cultural relacionada às atividades agrícolas, ao cultivo da terra, para que pudesse, assim, trazer e aplicar nos seus

espaços de destino esse conhecimento, como também uma intenção de branquear a população se apresentava como um critério norteador (EMMI, 2008).

Foi dessa forma que naquele período foram inseridos imigrantes italianos no Sudeste, na economia cafeeira, alemães no Sul e na Amazônia brasileira, optou-se pela utilização dos nacionais, no caso os nordestinos, para trabalhar nos seringais, na exploração do látex, muito embora no que se referiu à mão de obra para desenvolver agricultura a preferência foram, majoritariamente, os europeus, como os portugueses, espanhóis e italianos.

As relações entre a América e a Europa se estreitaram no que se refere às migrações, na medida em que aquela passou a ser o destino de imigrantes de várias nacionalidades europeias. Argentina, Cuba e Brasil, por exemplo, passaram a receber pessoas de várias nacionalidades que vinham com o objetivo de melhoria de vida, já que em seus espaços de origem as condições não lhes davam essa possibilidade (EMMI, 2008).

A Revolução Industrial gerou um excedente de mão de obra no continente europeu, uma massa populacional geralmente oriunda de espaços de tradição camponesa, como a Galícia, a noroeste da Espanha, por outro lado, na América, a estruturação das realidades socioespaciais se tornou atrativa para a absorção dessa mão de obra. A América se tornou um destino que resolvia, a um só tempo, problemas relacionados às políticas territoriais dos Estados Nacionais europeus e os emergentes Estados americanos. Uma convergência de interesses que envolvia a relação entre Estado e território, entre espaço e poder na escala das relações internacionais.

A Espanha, nesse contexto, enfrentava vários problemas de natureza sócio econômica decorrentes das mudanças globais. A modernização das atividades rurais, por meio da mecanização no processo produtivo, em uma realidade fundiária na qual predominava o latifúndio, levou à dispensa da mão de obra camponesa, o que desembocou no êxodo rural e, conseqüentemente, no aumento de uma população pobre e desempregada nos centros urbanos. (SMITH JÚNIOR, 2012).

Nesses centros urbanos, o surgimento das indústrias exigia uma mão de obra especializada para trabalhar em diversos ramos (sistemas portuários, construção civil e outros) e isso ocasionou uma busca da população em se adequar a essa nova realidade, mas uma minoria conseguiu tal feito. Dessa forma, a quantidade de pessoas desempregadas aumentou. Este excedente de mão de obra era o conteúdo da paisagem

urbana, sem qualificação, sem escolaridade, conseqüentemente, sem capacidade de competir na emergente realidade do mundo do trabalho criada pela Revolução Industrial.

Essa mão de obra excedente influenciou no comportamento das taxas de natalidade e mortalidade, no caso desta uma redução e naquela um significativo aumento. Assim, as tensões sociais afloraram com maior intensidade, os espaços de pobreza se proliferaram na paisagem das cidades, sem qualquer perspectiva de mudança, a busca de superação dessa realidade passou a ser vislumbrada em outros territórios nacionais por essa população.

A instabilidade política foi um outro agravante, em meados do século XIX duas tendências políticas acirraram a disputa pelo poder, uma de tradição conservadora, os Carlistas, vinculados a Carlos Maria Isidro, contra os Cristinos, de tradição liberal, partidários de Isabel II. Conflitos e guerras se intensificaram, com a vitória dos liberais, a saída para fugir do alistamento militar, para muitos, foi a emigração (GATTAZ, 1996).

Ainda havia a questão da tradição sobre a divisão de heranças, em algumas regiões da Espanha, como a Galícia, somente o filho primogênito herdava os bens deixados por seus pais após falecerem, o que, muitas vezes, deixava o restante dos filhos em situação de miséria, tendo como alternativa para superar essa condição de abandono a emigração para outros países.

O que se observa é a existência de um conjunto de variáveis forjado pela realidade material da Espanha que justifica a intensa emigração daquele período:

.... os espanhóis tinham muitas razões para migrar diante da magnitude do fenômeno, havia uma especulação das mais diferentes razões para explicar a emigração espanhola, que em alguns momentos se explicava pelas más colheitas, secas, inundações, guerras coloniais, direito hereditário da propriedade, superpopulação, miséria, empobrecimento da população, desmoralização da população e até mesmo o espírito aventureiro dos espanhóis (SMITH JÚNIOR, 2012, 31).

O Estado espanhol passou a ter na emigração uma alternativa para a resolução desses problemas. Dessa forma, a Espanha se tornou, no período das Grandes Migrações Internacionais, um país de emigração, exportador de mão de obra barata, já que a grande maioria das pessoas não possuía qualificação.

Por outro lado, na América, a chegada de imigrantes vai ao encontro das políticas de ordenamento territorial dos Estados, das suas políticas de colonização. O Estado brasileiro implementou várias políticas de ordenamento territorial nas quais colonização e imigração se apresentaram como eixos centrais. A região Sudeste foi a que

primeiramente recebeu essas políticas para atender as necessidades de mão de obra nas fazendas de café, muito embora fosse uma necessidade geral em todo continente.

Enquanto existisse nas Américas, uma grande carência de pessoas tanto para povoar o vasto território brasileiro como para servir de mão de obra no trabalho para agricultura, principalmente em grandes plantações de café, existiria também a esperança de muitos imigrantes estrangeiros em encontrar trabalho e uma vida melhor (Idem, p., 32).

Pelo exposto, o que se observa é uma convergência de interesses, de um lado a Espanha possuía um excedente de mão de obra, com vários problemas, condições ou fatores que indicaram a emigração como alternativa de resolução para o Estado; assim como a necessidade de povoamento de seu território e força de trabalho nas atividades agrícolas no Brasil colocaram a imigração estrangeira como um dos pilares mais importantes nas políticas de colonização efetivadas pelo Estado.

Contingentes significativo de pessoas, famílias, jovens e adultos vieram de seus lugares de origem conduzidos por políticas locais e se espacializaram por quase todo território nacional, atraídos pelas propagandas do Estado e por uma política imigratória subvencionada, que incluía os custos das viagens, passagens, alimentação, hospedaria e, o mais importante, o acesso à terra.

Essa política começou a ser implementada em São Paulo, a partir da segunda metade do século XIX, em 1884 (lei do transporte gratuito), ampliada em 1890 (BASSANEZI, 1995), muito embora desde o início do século já tivesse sido criado mecanismos de acesso à terra para estrangeiros que lá residissem. Essas medidas influenciaram no olhar positivo que os estrangeiros construíram do Brasil, uma realidade cheia de oportunidades que satisfariam as suas necessidades.

3.2 AS POLÍTICAS DE IMIGRAÇÃO NO ESTADO DO PARÁ

Na produção do espaço paraense e amazônico a formação de um mercado de trabalho local teve a imigração dirigida/subvencionada, regional e estrangeira, como um dos eixos centrais nas políticas territoriais do Estado desde o período colonial. MANESCHY, (1995) enfatiza o esforço do Estado Português para trazer famílias açorianas que foram distribuídas em Macapá, São Miguel do Guamá, Ourém, Tentugal e Bragança, na metade do século XVIII. Fica evidente a preocupação com a criação de um mercado de trabalho que pudesse atender as atividades econômicas voltadas ao mercado externo e outro que atendesse às necessidades econômicas internas.

Assim, a criação de uma mão de obra voltada ao atendimento de atividades econômicas que supriam a demanda de consumo interno, como a produção de farinha e outros produtos vindos da pequena produção agrícola, teve a imigração estrangeira uma, sobretudo na dinâmica territorial do Nordeste Paraense que, aos poucos, se consolidou na divisão regional do trabalho no Pará, como fornecedor de gêneros alimentícios (Idem, 1995).

Na Amazônia, o Estado do Pará protagonizou políticas territoriais nas quais as migrações tiveram um papel destacado. No período aqui estudado o espaço da Zona Bragantina foi objeto de uma política territorial que se materializou com a construção da Estrada de Ferro de Bragança e a criação das colônias agrícolas, os Burgos agrícolas, assim como por uma política de incentivo à imigração estrangeira, tendo predominado a imigração espanhola.

A opção pelos imigrantes estrangeiros se deve à ideia de consolidação de uma mão de obra especializada no cultivo com a terra, de tradição camponesa, que pudesse trazer consigo essa bagagem cultural e transformar o que viria a ser o espaço da Zona Bragantina em um celeiro agrícola.

A partir das pesquisas realizadas por meio de revisão de literatura e documentos de época que se encontram no Arquivo Público do Pará (Declaração de Passageiro, Lista de embarcados para a Hospedaria de Belém com identificação do navio, Lista de imigrantes da Hospedaria de Outeiro para as Colônias agrícolas, ofícios), como também por entrevistas realizadas com descendentes de imigrantes espanhóis que vieram para a Colônia Agrícola de Benjamin Constant, como as famílias Risuenho, Castanho, Monteiro, Alonso, Rodrigues, Tameron e Turiel, já se pode delinear a dinâmica territorial das migrações espanholas na Zona Bragantina.

Figura 1: listas de imigrantes espanhóis que desembarcaram em Belém e seguiram da Hospedaria dos Imigrantes, localizada na ilha de Caratateua (Outeiro), para a Colônia Agrícola de Benjamin Constant, no município de Bragança, do período do “boom” ao início da decadência da imigração



Fonte: Arquivo Público do Estado do Pará, Seção: Obras Públicas, Fundo: Repartição de Obras Públicas Terras e Colonização, Série: Colonização (Núcleos), pasta, Ano: 1896-1900, Caixa: 06.

Figura 2: Padrão da lista com a relação dos imigrantes espanhóis que foram para as colônias agrícolas da Zona Bragantina no final do século XIX. As informações contidas indicam a idade, lugar de origem e profissão das pessoas

Relação dos imigrantes que se dirigiram para a Colônia Agrícola de Benjamin Constant em Bragança, em 28 de Junho de 1896.

N.º	NOMES	IDADE		Parceiros	Origem	Profissão	Observação
		Idade de 1896	Idade de 1900				
1	Manuel Soares Torres	41		Chefe	Canadá	hastador	
2	Teófilo Soares Torres	37		Chefe	"	"	
3	Teófilo Soares Torres		1	Filho	"	"	
4	Teófilo Soares Torres		1	"	"	"	
5	Juliana Soares Torres			"	"	"	
6	Francisco Soares de A. Torres	37		Briga	"	"	
7	Rosa Soares	38		Chefe	Galapagos	hastador	
8	Manuel Amândio Soares		1	Chefe	"	"	
9	João Amândio Soares		3	Filho	"	"	
10	Agostinho Amândio Soares			"	"	"	
11	Terêncio Amândio Soares		5	"	"	"	
12	Antônio Amândio Soares	41		Chefe	"	hastador	
13	Antônio Amândio Soares	44		Chefe	"	"	
14	João Amândio Soares	37		Filho	"	"	
15	Antônio Amândio Soares	34		"	"	"	
16	Antônio Amândio Soares	34		"	"	"	
17	Carolina Amândio Soares	23		Chefe	"	hastador	
18	Carolina Amândio Soares	22		Chefe	"	"	
19	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
20	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
21	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
22	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
23	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
24	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
25	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
26	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
27	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
28	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
29	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
30	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
31	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
32	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
33	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
34	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
35	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
36	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
37	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
38	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
39	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
40	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
41	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
42	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
43	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
44	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
45	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
46	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
47	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
48	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
49	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
50	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
51	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
52	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
53	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
54	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
55	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
56	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
57	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
58	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
59	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
60	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
61	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
62	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
63	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
64	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
65	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
66	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
67	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
68	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
69	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
70	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
71	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
72	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
73	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
74	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
75	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
76	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
77	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
78	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
79	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
80	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
81	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
82	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
83	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
84	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
85	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
86	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
87	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
88	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
89	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
90	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
91	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
92	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
93	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
94	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
95	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
96	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
97	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
98	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
99	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	
100	Teófilo Amândio Soares	21		Filho	"	"	

Fonte: Arquivo Público do Estado do Pará, Seção: Obras Públicas, Fundo: Repartição de Obras Públicas Terras e Colonização, Série: Colonização (Núcleos), pasta, Ano: 1896-1900, Caixa: 06.

Esses documentos de época são testemunhos da ação do Estado como sujeito central no processo de reorganização e reordenamento territorial do espaço paraense e, por que não, do espaço amazônico. Pelo fato de ser a porta de entrada para a região amazônica, foi o espaço paraense que primeiro sofreu as mudanças necessárias para inserir a Amazônia no processo de produção das emergentes indústrias de pneumática e da guerra, como fornecedora do insumo básico, o látex.

A organização do mercado de trabalho realizada pelo Estado procurou atender, a um só tempo, como já se disse anteriormente, a principal atividade que era voltada para o mercado externo, o extrativismo do látex, assim como aquelas atividades que supriam o mercado interno, como a produção de farinha e tabaco. A imigração se apresentou em dois eixos: uma inter-regional, de nordestinos, foi direcionada para os seringais que se espacializavam ao longo do curso dos rios e, outra, a de estrangeiros, subvencionada e espontânea, direcionada aos espaços agrícolas criados para a sua recepção.

Esta última fez parte da política de colonização e povoamento do Estado do Pará em realidades com potencial de se desenvolver a agricultura e garantir um mercado interno que pudesse produzir de acordo com a nova demanda de consumo de alimentos decorrente do crescimento da população, forjado pela dinâmica da exploração do látex. Colonização e imigração passaram a constituir variáveis indissociáveis nas políticas territoriais implementadas no final do século XIX e XX, objeto de análise do próximo capítulo.

3.3 POLÍTICAS TERRITORIAIS E A DINÂMICA DAS MIGRAÇÕES NA ZONA BRAGANTINA

3.3.1 O PAPEL DO ESTADO NA DINÂMICA DAS MIGRAÇÕES ESPANHOLAS

Durante período de 1850 a 1920 o espaço amazônico sofreu intensas mudanças para que se pudesse explorar a matéria prima básica para o desenvolvimento industrial nos principais centros do capitalismo mundial. Até aquele momento a sua realidade não possuía suporte para exercer com eficiência essa função no circuito espacial da produção na escala planetária. As cidades não tinham infraestrutura, energia elétrica, os sistemas portuários eram precários, tampouco havia sistema bancário. Assim, se desencadeou um

intenso processo de modernização nos espaços que compuseram o circuito do látex, com exceção dos espaços dos seringais no interior da imensa floresta.

O crescimento da população foi vertiginoso no período, o que exigiu a necessidade de equilibrar com a produção de alimentos. Do ano de 1882 a 1900 a população do Pará cresceu de 274.883 para 445.356 habitantes (WEINSTEIN, 1993, p. 44). A necessidade de otimizar a produção de gêneros alimentícios era uma urgência, uma situação que, na verdade, é bem anterior e se reporta ao período posterior ao movimento da Cabanagem (1835-1840), pois a economia paraense ficou devastada (SALLES, 1992).

Historicamente, o principal segmento da economia regional foi o extrativismo, cuja dinâmica estava vinculada à economia mundial, o que era produzido pelas atividades agropecuárias era articulado ao mercado interno. Essa tradição forjou na Amazônia um mercado de trabalho de grande mobilidade, seminômade, já que não se produzia, mas se coletava o que a natureza oferecia. Essa condição, de não fixidez, atraía as pessoas para esse setor, o que esvaziava a mão de obra nos espaços de cultivo agrícola, propriedades das elites agrárias. (LOUREIRO, 2019).

O final da Cabanagem intensificou esse processo, muitas pessoas ligadas a esse movimento se deslocaram das cidades para o interior do continente, receosas de sofrerem represarias do poder contra revolucionário. Foram se espacializando nos vales das planícies de inundação das diversas bacias hidrográficas, nas regiões das ilhas, na parte ocidental do Arquipélago marajoara, onde encontraram extensos seringais e passaram a desenvolver a coleta do látex como estratégia de sobrevivência.

O afrouxamento dos controles sociais e políticos que caracterizou os anos de guerra civil acelerou a formação de uma população rural semi-autônoma-tendência que já havia começado no século XVIII. Os escravos negros abandonavam em grupos as fazendas agrícolas e de pecuária, muitos dos quais indo formar comunidades de fugitivos, conhecidas como quilombos, nas regiões mais longínquas do interior. Analogamente, muitos trabalhadores índios semi-escravos abandonavam as zonas de agricultura tornando-se agricultores de subsistência ou “nômades”, destruindo desse modo os últimos vestígios do sistema colonial. Assim, uma importante consequência da Revolta da Cabanagem (sic) foi a expansão de uma população cabocla que havia rompido a maior parte de seus vínculos ou obrigações para com a elite branca (WEINSTEIN, 1993, p. 59).

É compreensível, portanto, que o Pará já na década de 1840 fosse o principal produtor e exportador de látex da região, pois

Além disso, nem todos os rebeldes e fugitivos se fixaram em uma rotina de estrita subsistência. As seringueiras nas terras devolutas também eram de livre acesso a quem as desejasse e, com a alta dos preços da borracha na década de 1840, muitos caboclos e ex-escravos começaram a dedicar parte de seu tempo à extração (Idem, 1993, p. 60).

Essa situação se tornou mais crítica no período do grande “*boom*” da exploração do látex para os setores agropecuários gestados pelas elites agrárias. Para o Estado, era imprescindível criar um espaço de produção agrícola que garantisse, a um só tempo, uma produção que atendesse a crescente demanda de consumo interno e que tivesse integrada à capital, Belém, por meio de uma localização de fácil acessibilidade, o que facilitaria a redistribuição dos seus produtos ao restante do território paraense.

Pela experiência, os segmentos de populações tradicionais, como caboclos e quilombolas, não estavam inseridos nesse projeto, tampouco os nordestinos, direcionados aos seringais. Os estrangeiros foram a opção, com preferência pelos espanhóis. Uma das preocupações era garantir a fixação das pessoas nos seus espaços de destino e a criação de infraestruturas e melhorias resolveriam essa questão.

Com o objetivo de superar essa crise, o Estado, representado pelos governos estaduais, elaborou de forma sistemática uma política territorial de colonização e povoamento tendo a imigração estrangeira como o suporte desse empreendimento. Essa política se estruturou da seguinte forma: a elaboração de instrumentos jurídicos que pudessem justificar e legitimar os investimentos com a imigração estrangeira, que se iniciou ainda na primeira metade do século XIX; uma intensa propaganda, com a produção de material que foi divulgado na Espanha, apresentava uma imagem de paraíso do Pará, o financiamento e a condução do processo de deslocamento dos imigrantes até os espaços de destino, que também foram criados (colônias agrícolas), e um controle contínuo dos mesmos, assim como a criação de infraestruturas (Estrada de Ferro de Bragança, estradas de chão).

No Pará, as primeiras tentativas de colonização por meio das migrações estrangeiras se efetivaram ainda no período imperial, com a criação de mecanismos jurídicos que dessem suporte à sua realização. Na criação da Assembleia Legislativa, no ano de 1838, a temática colonização e imigração apareceu como questão a ser resolvida, mas foi em 1953 que foi criada, pelo Governo da Província, a Resolução de número 266, de 15/12/1853, primeiro instrumento jurídico que garantia a introdução de imigrantes no território paraense, com o uso de dinheiro público (EMMI, 2008).

Mas foi somente no último quartel do século XIX que foi criada a Lei 223, de 30/06/1894, a mesma criou uma série de condições aos imigrantes que asseguravam e estimulavam a vinda para o Pará, como a cobertura dos custos da viagem (passagem, alimentação, hospedagem e auxílio em dinheiro). Também estabeleceu a preferência por imigrantes portugueses e espanhóis, com preferência a jovens e sadios (CRUZ, 1955).

É importante enfatizar que, a um só tempo, as tentativas de colonização com nacionais e estrangeiros foram realizadas por diferentes governadores⁴, como também amadureceu a ideia de se criar novas infraestruturas que garantissem uma maior integração entre as cidades, como bem esclarece o texto que segue:

Sabendo que os imigrantes viriam para trabalhar na agricultura do Estado, havia a preocupação por parte dos presidentes de província que esses imigrantes não fossem simplesmente “jogados” nos núcleos coloniais e lá fossem esquecidos. Havia necessidade de criar uma nova infraestrutura que ligasse as cidades do interior da província à capital, já que havia certo receio de deixar os imigrantes completamente isolados. Havia a distância entre as cidades e a dificuldade de locomoção poderia gerar uma expectativa negativa nesses imigrantes recém-chegados (SMITH J., 2012, p. 64).

O que se pode observar é a gradativa relevância que a imigração estrangeira adquire nos documentos oficiais do Estado, nos relatórios de diferentes presidentes da Província, do período imperial até o início do período republicano. Assim como havia a preocupação de garantir a fixação dos colonos à terra, às atividades agrícolas. E a criação de novas infraestruturas, melhoramento dos lugares, eram mecanismos que asseguravam esse objetivo. A autorização da construção da Estrada de Ferro de Bragança se insere nesse intervalo de tempo.

Foram nos períodos dos governos estaduais republicanos de Lauro Sodré (1891-1897), Paes de Carvalho (1897-1899) e Augusto Montenegro (1901-1909) que o projeto político da imigração estrangeira do Estado se materializou, se expandiu e desacelerou. Quando se criou o suporte jurídico que o legitimasse à sua materialização.⁵

⁴ Rego Barros, em 1855, introduziu imigrantes portugueses, espanhóis (Galícia) e alemães para suprir a necessidade de mão de obra na construção civil, a partir de contrato com a Companhia de Navegação Comércio da Amazônia; houve, também, a experiência frustrada da Colônia Nossa Senhora do Ó, localizada nas ilhas das Onças, em função de problemas de natureza socioambiental (SMITH J., 2012).

⁵ Além da Lei 223, Lauro Sodré criou a Lei 330, em 1896, que objetivava introduzir 100 mil imigrantes estrangeiros em 10 anos, com cobertura total do Estado com os gastos das viagens e permanência no Pará, a exigência é que fossem agricultores ou que viessem trabalhar em alguma atividade industrial; vários contratos com agenciadores se efetivaram, continuados na gestão de Paes de Carvalho que estimulou a imigração com a doação de terras (25 ha.) e suporte técnico às pessoas que desenvolvesse atividades agrícolas. (SMITH JR., 2012).

A criação da Lei 223, assim como de outras, incentivou a organização da imigração estrangeira, como também houve a elaboração de farta documentação de propagandas com o objetivo de atrair pessoas a virem ao Pará. O Estado elaborou o Guia do Imigrante, com informações sobre as características social e natural do Pará, que foi escrito no idioma espanhol e divulgado na região da Ibéria (CRUZ,1995); o livro “EL PARÁ”, lançado na Espanha, escrito por Francisco Cepeda (agenciador de imigrantes espanhóis, com escritório instalado em Gibraltar), em 1895, a ideia era apresentar a imagem de paraíso do território paraense, um retorno ao mito do “El Dorado”.

A partir de todos esses mecanismos forjados e utilizados em território espanhol, houve um grande fluxo de pessoas de diferentes idades que atravessaram o oceano Atlântico com destino ao território paraense. Pela documentação pesquisada, ainda que em condições precárias, assim como por outros trabalhos produzidos sobre a temática (EMMI, 2008, GARCIA, 2017, LUZ & ORTIZ, 2013, SMITH JR., 2012), o período do grande “boom” da imigração espanhola para a Zona Bragantina foi de 1896 a 1900, com expressividade para as colônias agrícolas de Benjamin Constant (1894), Santa Rosa (1898) e Jambuassu (1895).

A figura abaixo é uma lista numérica e nominal de imigrantes embarcados no Porto de Vigo, em 1898, sob a responsabilidade de Francisco Cepeda, que teve atuação central na elaboração de material de propaganda sobre o “paraíso” Pará, no agenciamento e travessia do oceano Atlântico até o território paraense.

Figura 3: documento que apresenta relação nominal e numérica dos imigrantes espanhóis que embarcaram do Porto de Vigo, na comunidade autônoma da Galícia, em 1898, sob a responsabilidade de Francisco Cepeda



Fonte: Arquivo Público do Estado do Pará, Seção: Obras Públicas, Fundo: Repartição de Obras Públicas Terras e Colonização, Série: Imigração (Espanhóis), Anos: 1897, 1898, 1899, Caixa; 29 (Relação Nominal e Numérica dos Imigrantes).

O circuito das migrações estrangeiras para a Bragantina teve a imigração espanhola como a mais intensa numericamente e o início desse processo estabeleceu um acordo entre os poderes estaduais e representantes do Estado espanhol, expressado pela produção de documentos, contratos, passaportes, declarações e Ofícios.

A figura abaixo é uma Declaración de Pasajero, produzida no idioma espanhol, pelo Consulado brasileiro, assinada pelo representante da família de emigrantes, como pelo Vice Cônsul do Brasil, emitida no Porto de Vigo, Província de Pontevedra em novembro de 1897. É um documento que registra a ação do Estado brasileiro no território espanhol, a responsabilização diante do Estado espanhol com seus nacionais, a ratificação dos direitos garantidos pela Lei 223, de 01/1894, assim como, a contrapartida, o compromisso de apresentação às autoridades brasileiras na Hospedaria dos Imigrantes, na capital paraense.

Figura 4: *Declaración Del Pasajero*, registro da vinda da família Mangas, em 1897, da região da Galícia; na pesquisa documental no APEP, localizou-se, também, na relação nominal e numérica, a lista de embarque para o Pará, no dia 17/11/1897

AMAZONIA
EMIGRANTES ESPAÑOLES DE EUROPA Y LAS ANTILLAS
REPUBLICA DEL BRASIL

PASAJES COMPLETAMENTE GRATIS
PAGADOS POR EL TESORO DEL ESTADO DEL PARÁ

Por *Urbano Mangas Mediero*, salido de Vigo el *13* de *Noviembre* de 1897

DECLARACIÓN DEL PASAJERO
Número de arreo *15* Pasajero n.º *6542*

Declaro ante el Vice-Consulado de los E. U. del Brasil en Vigo, que, desistiendo a fijar mi residencia en el Estado del Pará y a participar de las bonifinas previstas en la Ley 225, del 30 de Junio de 1894, según la concesión de Don Francisco García, no he pagado cantidad alguna por mi pasaje y el de mi familia, en 1.ª clase del vapor que nos conduce al Pará, ni hemos hecho gasto alguno de cualquier naturaleza y bajo ningún pretexto para tener derecho a los dichos pasajes.

Declaro que me presentaré con mi familia al Inspector de Colonización del Pará en la Hospedería de Emigración de Belém, inmediatamente después de la llegada del vapor.

Declaro, en fin, que escribiré a mis parientes y amigos informándoles del trato dado en el vapor, de cómo fuimos recibidos en Belém y de la forma en que se cumple la citada Ley.

Dado en Vigo a *13* de *Noviembre* de 1897

Urbano Mangas Mediero

CUADRO DE LA FAMILIA

NOMBRE Y APELLIDOS	RELACION	Edad	Sexo	Profesión
<i>Urbano Mangas Mediero</i>	<i>Padre</i>	<i>35</i>	<i>M</i>	<i>Labrador</i>
<i>Urbano Mangas Mediero</i>	<i>Padre</i>	<i>35</i>	<i>M</i>	<i>Labrador</i>
<i>Urbano Mangas Mediero</i>	<i>Padre</i>	<i>35</i>	<i>M</i>	<i>Labrador</i>
<i>Urbano Mangas Mediero</i>	<i>Padre</i>	<i>35</i>	<i>M</i>	<i>Labrador</i>
<i>Urbano Mangas Mediero</i>	<i>Padre</i>	<i>35</i>	<i>M</i>	<i>Labrador</i>

Fez a declaração perante este Vice-Consulado dos Estados Unidos do Brasil em
Vigo *13* de *Novembro* de 1897

O Vice-Consul.
José Antonio de Faria

Fonte: Arquivo Público do Estado do Pará, Seção: Obras Públicas, Fundo: Repartição de Obras Públicas Terras e Colonização, Série: Imigração (Espanhóis), Anos: 1897, 1898, 1899, Caixa: 29 (Relação Nominal e Numérica dos Imigrantes).

Essa família identificada no documento acima, teve como destino a colônia agrícola de Jambuassu (atual Igarapé Açu). A autoria conseguiu manter contato com duas pessoas descendentes (netas) do Sr. Urbano Mangas Mediero (Medeiro), hoje uma reside na Holanda e outra em Niterói, no estado do Rio de Janeiro; as mesmas confirmaram que seus avós residiram e finalizaram suas vidas no atual município de Igarapé Açu.

A responsabilidade por essa primeira etapa, como determinava a Lei 223 de 1894, o deslocamento das pessoas do território espanhol até o Brasil e seus espaços de destino

na Bragantina, era dos Governos estaduais do Pará, muito embora o processo todo tenha sido feito por empresas particulares, a começar pelo embarque nos portos espanhóis até a Hotelaria dos Imigrantes na ilha de Caratateua (Outeiro), em Belém, para a quarentena, passado esse período eram direcionadas às Colônias Agrícolas. Os custos com alimentação, passagens, cobertura de saúde, estadia, dinheiro, também ficavam sob a responsabilidade dos poderes estaduais (GARCIA, 2017).

A documentação existente sobre o processo das migrações estrangeiras no Pará indica um leque de relações que se dava em escalas diferentes, envolvendo os poderes constituídos dos Estados da Espanha e Brasil, este representado pelos governadores da época, entre esses e indivíduos, geralmente empresários, como também com os imigrantes. Por meio das Listas de embarque, passagens, passaportes, assim como da revisão de literatura sobre o tema, se conseguiu elaborar uma cartografia sobre a primeira etapa do circuito da imigração espanhola, o deslocamento da Espanha para o território paraense.

O que se depreendeu é o predomínio de imigrantes oriundos do norte e noroeste da Espanha que vieram para o Pará, das comunidades autônomas da Galícia e León e Castilla, das Províncias de Ourense, Pontevedra, Lugo, Salamanca e Zamora, como se observa no fragmento documental abaixo:

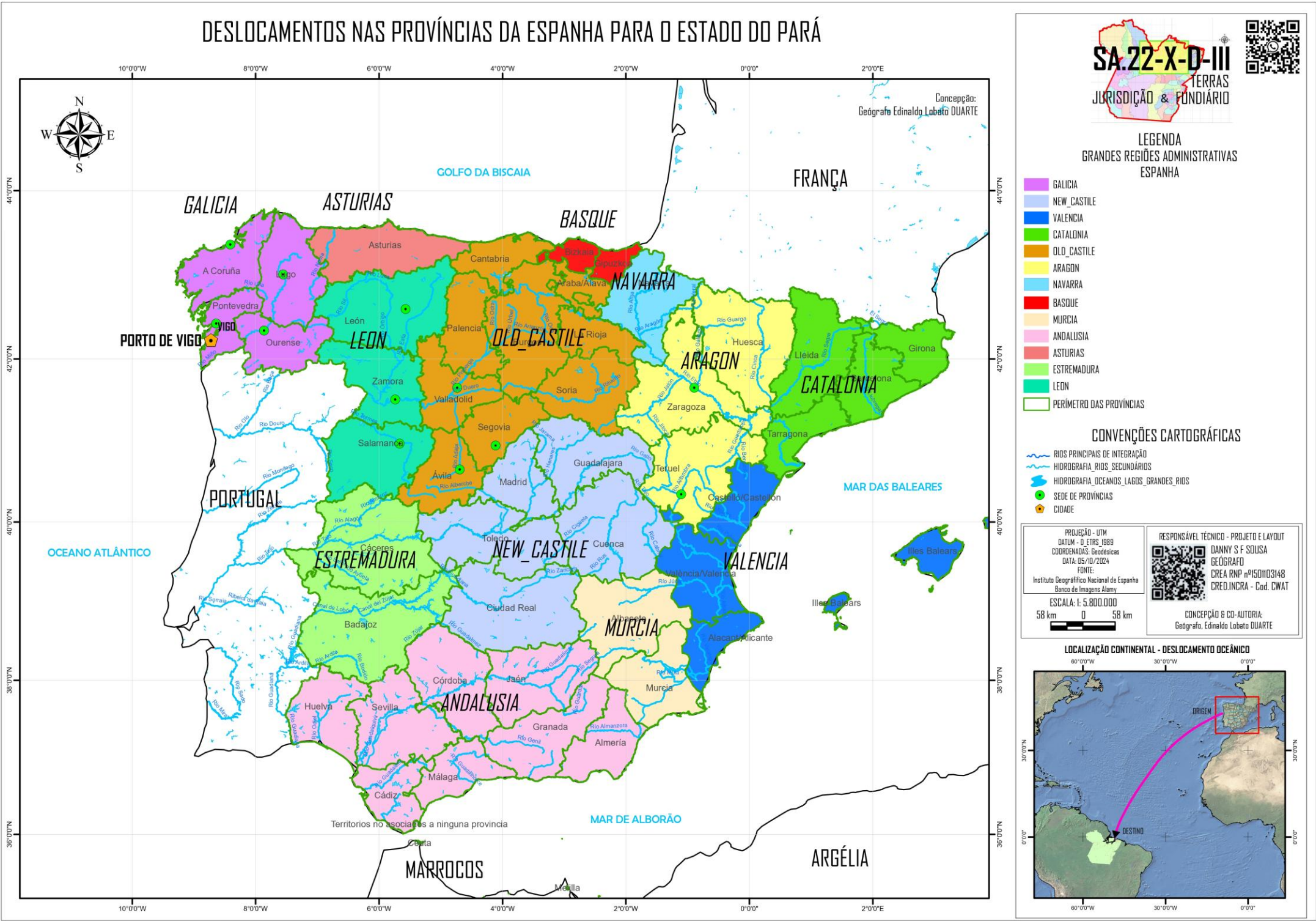
Figura 5: Lista de embarque do Porto de Vigo, no vapor Grangense, no dia 6/07/1898. Embarcaram 131 pessoas, com predomínio de imigrantes das Províncias de Zamora (57), Salamanca (30) e Ávila (18), da Comunidade Autônoma de Castilla e León; observa-se o predomínio de imigrantes das regiões Norte e Noroeste da Espanha

provincias	
Astoria	78
Coruña	9
Lugo	2
Leon	5
Pontevedra	6
Salamanca	10
Zaragoza	2
Valladolid	1
Camora	57
Zaragoza	1
es embarcados.	121
de Junio de 1898	
El encargado del embarque,	

Fonte: Arquivo Público do Estado do Pará, Seção: Obras Públicas, Fundo: Repartição de Obras Públicas Terras e Colonização, Série: Imigração (Espanhóis), Anos: 1897, 1898, 1899, Caixa; 29 (Relação Nominal e Numérica dos Imigrantes).

O Porto de Vigo, localizado na região da Galícia, Província de Pontevedra, foi o local por onde saíram milhares de espanhóis, atravessaram o Atlântico, na busca de uma vida melhor. Esse primeiro momento, registrado pela figura 4, é o primeiro circuito espacial da Política Territorial do Estado, com finalização na Hospedaria dos Imigrantes, na ilha de Caratateua, em Belém.

Figura 6: O Mapa apresenta o primeiro circuito do deslocamento dos imigrantes espanhóis para o Pará



Fonte: (autor, 2024).

3.3.2 AS COLÔNIAS AGRÍCOLAS E A CONSTRUÇÃO DA ESTRADA DE FERRO DE BRAGANÇA COMO INSTRUMENTOS DO ORDENAMENTO TERRITORIAL

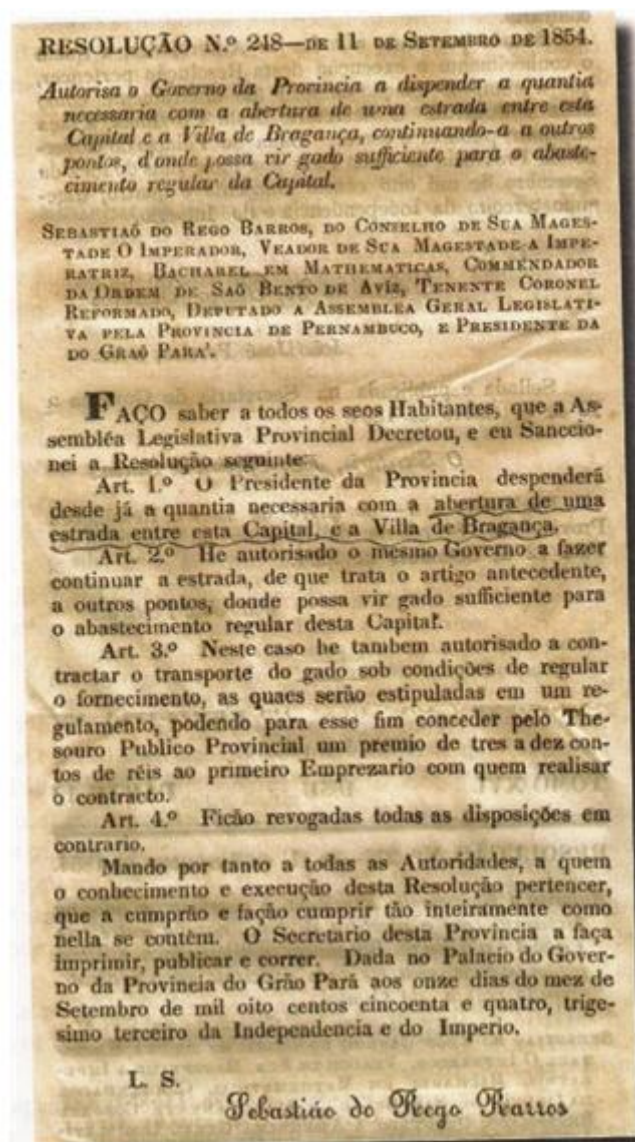
O Ordenamento Territorial realizado pelo Estado na Bragantina teve na construção da Estrada de Ferro de Bragança, criação das Colônias Agrícolas e na política de incentivo à imigração estrangeira os principais eixos condutores da ocupação e colonização da região. A ligação terrestre entre Belém e Bragança se consolidaria pela criação dos Burgos Agrícolas ao longo do curso da ferrovia, estruturação de lotes de terras com vinte e cinco hectares (250x 1.000) e sua distribuição às famílias de imigrantes delimitava a tendência da prioridade à produção familiar.

Uma das exigências para que as pessoas pudessem ser arregimentadas para migrarem era que fossem “lavradores”, profissão que predomina nos documentos de embarque de pessoas nos navios em portos espanhóis da época que se encontram no Arquivo Público do Pará. (pesquisa em 2024 pela autoria, rodapé).

Como já se disse anteriormente, a necessidade de se criar um espaço agrícola que pudesse dinamizar e atender o mercado interno (produção e consumo) era o objetivo dos poderes locais. Uma realidade que transformasse a condição de dependência no consumo de carne vermelha que a capital, Belém, possuía em relação à pecuária do Marajó e Baixo Amazonas. Já se tinha conhecimento da criação de gados na região dos campos, na Vila de Bragança e arredores (OLIVEIRA, 2008).

Essa preocupação por parte do Governo local ficou registrada na Resolução de número 218, de onze de setembro de mil oitocentos e cinquenta e quatro (11/09/1854), a qual autoriza o uso de dinheiro público para construir uma estrada que ligasse Belém à Vila de Bragança, assim como a outras localidades, com o objetivo de estimular o escoamento de gado dos campos bragantinos para Belém, como se observa na figura 5 a íntegra desse documento:

Figura 7: primeiro documento elaborado pelo então governador Sebastião de Rego Barros, que autorizava a abertura de uma estrada para articular Belém a Bragança; no mesmo, se observa a preocupação em dinamizar o escoamento da produção pecuária dos espaços de produção para Belém



Fonte: OLIVEIRA (2008, p.59).

Para além das intencionalidades dos Governos estaduais, esse documento é o primeiro que vai desembocar na construção de uma estrada de ferro, assim como de colônias agrícolas que se especializaram ao longo de seu entorno, povoadas por milhares de imigrantes, nacionais e estrangeiros, no final do século XIX e início do XX.

O papel desempenhado pelo Estado evidencia a sua estreita relação com o espaço, o território e a lógica de acumulação de capital do momento. A dotação da infraestrutura ferroviária, energia elétrica, assim como o protagonismo na política de estímulo à imigração (estrangeira e nacional) direcionou a ocupação territorial mais ao interior do continente e permitiu uma maior articulação entre a Zona do Salgado e a capital. Intensificou-se a circulação de pessoas e mercadorias entre Salgado, Bragantina e Belém.

As famílias de imigrantes espanhóis foram peças fundamentais para o Estado. Unidos de toda a bagagem de conhecimentos relativos ao cultivo da terra,

pressupunham as autoridades da época, nelas foi depositada uma boa parcela de responsabilidade de criar e consolidar a bragantina como uma Zona Agrícola, um celeiro que pudesse dar suporte em termos de abastecimento alimentar à capital e sua hinterlândia e, a um só tempo, receber os serviços que aquela oferecia.

Os investimentos públicos realizados para viabilizar a vinda dessas famílias não foram poucos. Propagandas divulgadas por representantes dos governos paraenses na Ibéria desenhavam uma realidade similar a um paraíso, um lugar que preenchia todas as necessidades básicas de vida ausentes nas realidades dessas pessoas, a instalação de uma empresa de agenciamento em Gibraltar sob a responsabilidade do Sr. Francisco Cepeda para quem quisesse vir para o Pará evidencia o papel central exercido pelo Estado na dinâmica das migrações espanholas.

As relações entre o Estado brasileiro, representado pelos poderes estaduais, e o Estado espanhol foram amistosas, primeiramente. Para o Estado espanhol as emigrações de famílias espanholas para o Pará eram imprescindíveis, sobretudo porque resolviam o problema de uma massa populacional empobrecida de regiões de tradição camponesa e de atividades minerais que não foi absorvida como mão de obra pela produção industrial, como também pelo suporte oferecido pelo Estado brasileiro a essas famílias desde a saída do território espanhol, percurso da viagem e destino final em território paraense.

A Estrada de Ferro de Bragança (EFB) demorou vinte e cinco (25) anos para chegar até o município de Bragança e, nesse intervalo de tempo, as colônias agrícolas foram sendo criadas e os imigrantes espanhóis iam sendo direcionados a elas, gradativamente. É importante realçar que o eixo central da economia regional era o extrativismo do látex, a preocupação em consolidar um espaço de produção agrícola estava relacionada aquela atividade, pois iria garantir a Belém exercer a sua centralidade como capital regional, na circulação e redistribuição dos produtos oriundos dos espaços agrícolas para o abastecimento de outros lugares que davam suporte aos seringais espacializados ao longo dos cursos dos rios.

O ordenamento territorial realizado no Pará, portanto, foi projetado para se atingir essa integração com os espaços de exploração do látex e Belém exerceu sua primazia como “nó” de conexão. A construção da Estrada de Ferro de Bragança, como a instalação de colônias agrícolas no seu entorno ao longo de seu percurso ganharam vida com a imigração subvencionada e espontânea de estrangeiros e, foram, em um primeiro momento, os instrumentos que garantiram a formação de um espaço agroindustrial que expandiu a espacialidade do seu circuito produtivo para além dos limites estaduais.

Foram criadas, primeiramente, as colônias com maior proximidade da capital, Belém, logo, mais a oeste, Benevides (1875), Apeu (1883), Araripe (1888), Marapanim (1893) e Castanhal (1894), assim como a colônia na extremidade mais oriental, logo após a projeção do final da linha da E.F.B., a colônia agrícola de Benjamin Constant (1894), a vinte e seis quilômetros de Bragança.

Em seguida, na parte mais central, Jambuassu (1895), Santa Rita do Caranã (1895), Granja Américo (1897), Santa Rosa, José de Alencar, Ferreira Pena, Anita Garibaldi e Inhangapi, em 1898 e, por fim, Ianetama (1899); a terceira e última etapa, no período de 1901 a 1914, na qual a ocupação se efetivou no perímetro entre Jambuassu e Benjamin Constant, onde foram criados os núcleos de Maracanã, Capanema, São Luís e Anhangá (atual município de São Francisco), (PENTEADO, 1967).

Nesse período da construção da Estrada de Ferro de Bragança e criação das colônias agrícolas, se observa que nem sempre a imigração espanhola teve a mesma temporalidade, principalmente quando se destinava a colônias mais distantes, a exemplo da colônia de Benjamin Constant, cuja origem é de 1894. Os primeiros imigrantes espanhóis chegaram por lá em 1896, bem anterior à chegada dos trilhos em Bragança, no ano de 1908, o que não impediu que essa colônia recebesse a maior quantidade desses imigrantes, dentre as colônias paraenses⁶.

Os imigrantes iam para Benjamin Constant pelo mar, embarcavam em navios na ilha de Caratateua (Outeiro), pelo furo do Maguari ou Porto de Belém, seguiam para Bragança pela Costa Atlântica até a foz do rio Caeté, entravam e desembarcavam na sua margem direita, onde hoje está localizada a ponte de Sapucaia, movimento diferenciado em relação às outras colônias agrícolas, como indica a documentação abaixo.

Figura 8: documento de saída dos imigrantes da capital, Belém, para Bragança, no Vapor “Cabral”, em março de 1897

⁶ Em 1900 Benjamin Constant recebeu 2.116 imigrantes, entre adultos, mulheres e crianças Fonte: Arquivo Público do Estado do Pará, Seção: Obras Públicas, Fundo: Inspetoria de Terras e Colonização, Série: Ofícios, Ano:1900, Caixa: 16.; em 1910 sua população possuía 1.912 espanhóis. Fonte: CRUZ (1955).

Seguiram mais da Capital. P. Bragança no vapor Cabral em 23 de Maio de 1897.

Número de ordem	NOMES	IDADES				Parentesco	Origem	Profissão	Observação
		Maiores de 12 annos	De 7 a 12 annos	De 3 a 12 annos	Menores de 3 annos				
1	Attanasio Llamas								
2	Manoel Llamas								
3	dois filhos								
4									

Repartição de Obras Públicas, 2 de Maio de 1897
O amável
João de Deus

Fonte: Arquivo Público do Estado do Pará, Seção: Obras Públicas, Fundo: Repartição de Obras Públicas Terras e Colonização, Série: Colonização (Núcleos), pasta, Ano: 1896-1900, Caixa: 06.

O que se observa é que há uma pessoa, de nome Attanasio Llamas, na lista de embarque, o que demonstra a grande circulação de imigrantes entre Belém e Bragança e vice e versa, já que há registro documental de que essa mesma pessoa chegou em 1896, de Zamora, com mais dois filhos, entre eles Manoel Llamas, na época com 15 anos, que seria um comerciante destacado em Bragança, proprietário de um comércio, “Flor da Espanha”, onde eram comercializados tabaco, açúcar, álcool e outras mercadorias

Os documentos de saída de imigrantes da Hotelaria de Outeiro registram o circuito de deslocamento pelo litoral, com a indicação dos nomes dos navios e a saída de Belém, assim como imigrantes que embarcavam no Porto de Belém.

As outras colônias que receberam mais imigrantes espanhóis foram as de Santa Rosa, no município de Vigia de Nazaré e Jambu Açu (atual Igarapé Açu). Pela localização diferenciada entre elas, estas com maior proximidade de Belém, assim como a construção da Estrada de Ferro se deu no tempo do fluxo migratório espanhol pra lá, a mobilidade populacional era mais fácil do que em Benjamin Constant, mais distante e isolada, o que pode explicar a variação intensa no volume das migrações, a exemplo da população de Santa Rosa que, de 1900 a 1902, reduziu a quantidade de imigrantes espanhóis lá residentes de maneira surpreendente (PENTEADO, 1967).

A colônia de Jambu Açú recebeu 2.620 imigrantes espanhóis em 1897 e 4.882, em 1898, ou seja, em dois anos foram 7.502 imigrantes (pesquisa documental da autoria), muito embora no recenseamento das colônias agrícolas realizado no ano de 1900 a quantidade era de 647, num total de 134 famílias (MUNIZ, 1916). No biênio 1897- 1898 Jambu-Assú foi a colônia que mais recebera imigrantes espanhóis.

Tabela 1: Relação da população de Imigrantes Espanhóis na colônia agrícola de Jambu-Assú no ano de 1897

Mês	Ano	Adultos/Menores	Total
Janeiro	1897	314	2620
Agosto	1897	150	
Setembro	1897	154	
Outubro	1897	181	
Novembro	1897	240	
Dezembro	1897	333	

Fonte: Arquivo Público do Estado do Pará, Seção: Obras Públicas, Fundo: Repartição de Obras Públicas Terras e Colonização, Série: Colonização (Núcleos), Anos; 1896-1899, Caixa: 08. Elaborado pelo autor.

Tabela 2: Relação da população de Imigrantes Espanhóis na colônia agrícola de Jambu-Assú no ano de 1898

Mês	Ano	Adultos/Menores	Total
Fevereiro	1898	717	4882
Março	1898	723	
Maio	1898	730	
Junho	1898	712	
Julho	1898	682	
Agosto	1898	606	
Setembro	1898	712	

Fonte: Arquivo Público do Estado do Pará, Seção: Obras Públicas, Fundo: Repartição de Obras Públicas Terras e Colonização, Série: Colonização (Núcleos), Anos; 1896-1899, Caixa: 08. Elaborado pelo autor.

Uma redução populacional considerada que necessita de uma maior atenção, de pesquisa nos documentos da época, nos atestados de óbitos dos cartórios do atual município de Igarapé Açu, criado em 1906, já que a colônia de Jambu Açu possuía uma boa infraestrutura, com 5 engenhos e 44 fornos de farinha, desenvolveu o cultivo do milho, feijão, assim como cana de açúcar, o que permitiu a produção de aguardente. (CRUZ, 1955).

Era, portanto, uma colônia com boa produtividade, promissora, com custos elevados dos cofres públicos, e de fácil acessibilidade à capital, Belém, já que a Estrada de Ferro chegara no mesmo período da sua criação.

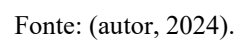
O que se pode depreender é que a construção da Estrada de Ferro de Bragança redefiniu a dinâmica espacial ao produzir uma nova realidade territorial (Zona Bragantina) que expandiu a integração entre lugares que até então viviam atrelados aos cursos dos rios, surgiram novos a partir da criação das colônias agrícolas, o Estado criou as condições ao desenvolvimento da agricultura, do cultivo do tabaco, da produção de açúcar, farinha, aguardente, por meio da criação dos meios e das condições de produção, como engenhos, fornos, instrumentos de trabalho nos emergentes espaços agrícolas.

A partir das pesquisas documentais sobre a imigração espanhola, bem como sobre as cartografias existentes da Estrada de Ferro de Bragança, e pesquisa de campo realizada na qual se fez todo o seu trajeto, se elaborou uma nova cartografia com o circuito da ferrovia e a espacialidade das colônias agrícolas que mais receberam imigrantes espanhóis, as de Santa Rosa, Jambu Açu (Jambu-assú) e Benjamin Constant.

Na mesma cartografia, os limites municipais da época foram considerados, assim como a disposição espacial das Cartas das referidas colônias, além da incorporação do trecho de Benjamin Constant até a *Parada do 29*, um percurso de 7 km.

Foi um empreendimento que demorou 25 anos para ser concluído até a cidade de Bragança, em 1908, na ocasião incorporou-se à administração da linha férrea, a via férrea de Benjamin Constant, com construção iniciada em 1900, mas concluída somente em 1909, quando passou a funcionar. Na década de 1930, o Interventor Magalhães Barata (1930-1935) autorizou a extensão da linha até a “Parada do 29”, a 7 km de Benjamin Constant.

Nos dias atuais, ainda há vestígios na paisagem da Estrada de Ferro quando se faz esse percurso, ruínas , antigas estações, pedaços dos trilhos, estradas que guardam a sinuosidade suave das curvas dos trilhos por onde o trem passou.



3.4 GESTÃO E TERRITORIALIDADE: CONFLITOS ENTRE ESTADO E IMIGRANTES ESPANHÓIS NAS COLÔNIAS AGRÍCOLAS DA ZONA BRAGANTINA

A partir do ano de 1896 começaram a chegar as primeiras famílias de imigrantes espanhóis no território paraense. Eram 6 famílias, sendo 29 pessoas na sua totalidade entre adultos, homens e mulheres, assim como jovens e crianças, todos originários de Salamanca. Embarcaram no porto de Vigo no navio “Vapor Paraense” e vieram direto para a Hospedaria Estadual de Belém, em Outeiro, na ilha de Caratateua. (Arquivo Público do Pará; Fundo Inspetoria de Terras e Colonização; Série Ofícios; Ano 1896; Caixa: (Lista de passageiros); (Pasta 01).

Depois dessas primeiras famílias os espanhóis foram maioria entre os imigrantes estrangeiros na Zona Bragantina. Chegavam de várias regiões, como Galícia, a noroeste da Espanha, Castela, Pontevedra, Zamora, Orense e outros. De Belém foram deslocados para as colônias agrícolas tendo predominado nas Colônias Santa Rosa (624 pessoas, total de 104 famílias em 1900), Ferreira Pena (34 famílias, total de 145 colonos, em 1900), Jambuassu (135 famílias e 647 colonos) Marapanim (68 famílias e 405 colonos, em 1900) e Benjamin Constant (191 famílias e 956 colonos, em 1900). (SMITH JR., 2012).

Os documentos produzidos na Hotelaria dos Imigrantes de Outeiro e nas colônias agrícolas revelam relações e processos espaciais, registram a natureza das ações do Estado na criação de meios que possibilitaram, naquele momento histórico, reorganizar o espaço paraense para a expansão de atividades que dessem suporte à dinâmica vivida pela expansão da exploração do látex. Mas também trazem à tona os problemas e tensões ocorridos entre os sujeitos sociais nesse processo.

Pela grande quantidade de imigrantes espanhóis, assim como pela velocidade de seu fluxo com destino às colônias agrícolas, os problemas afloraram, sobretudo relacionados ao desencontro entre a chegada dos imigrantes e a estruturação dos espaços para recebê-los, o que dificultou, entre outras causas, o descumprimento das cláusulas contratuais estabelecidas pela Lei 223, pelo Estado. O que se observa, a partir da análise de documentos, que simultâneo ao movimento de imigrantes, foram sendo realizadas várias obras de infraestruturas nos emergentes espaços do circuito da imigração.

De forma efetiva, a política de imigração do Estado foi eficaz na criação de mecanismos que atraíram os imigrantes espanhóis de seu território de origem para o Pará, mas não teve a mesma eficácia em território estadual. A construção de uma “veia jugular”

(Estrada de Ferro de Bragança), que integrasse Belém à sua parte mais oriental, Bragança, povoar e criar condições de produção não somente econômicas, mas sociais, já que o objetivo era garantir a permanência das pessoas nos lugares⁷, com segmentos sociais de outras nacionalidades, foi um processo marcado pelo desencontro entre o projetado e o realizado.

A Hotelaria dos Imigrantes é uma evidência desse desencontro, foi adquirida em 1895, era uma antiga olaria, a Olaria de Outeiro, localizada próxima do furo do rio Maguari, divisor natural entre a ilha de Caratateua e a parte continental, onde se localiza Belém, foi necessário fazer adaptações para a sua nova função, comprar material de trabalho, o que coincidiu com a vinda dos primeiros imigrantes; os espaços das colônias agrícolas também não estavam preparados de acordo com o projetado nos compromissos assumidos pelo Estado.

Figura 10: Ruínas da antiga Hotelaria dos Imigrantes de Outeiro, na Ilha de Caratateua, em Belém



(Pesquisa de campo, 2025).

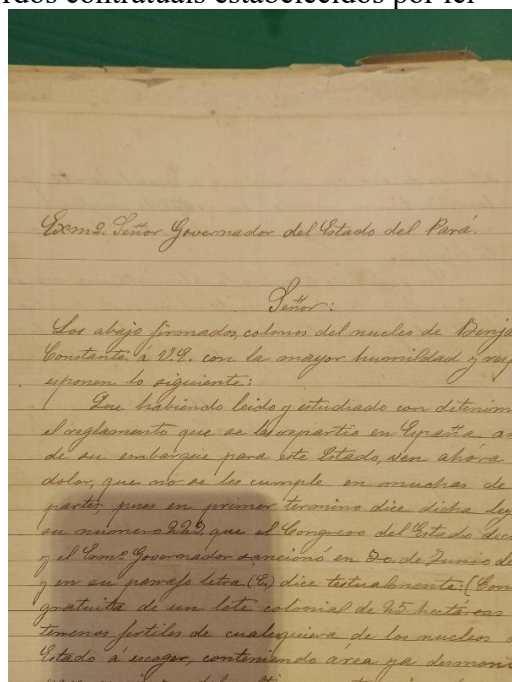
As tensões e conflitos entre o Estado e os imigrantes logo afloraram em função do descumprimento das obrigações assumidas por aqueles. As famílias quando chegavam

⁷ Essa preocupação de fixação fica expressa em ações de governadores, como a doação definitiva da terra, com o compromisso de desenvolver atividades agrícolas, prática que se observa desde o final do Império, nos relatórios provinciais.

nas colônias ficavam em um barracão para depois serem alocadas nos lotes que lhes eram doados, cada lote tinha uma habitação e se tem informações que as condições de habitabilidade e higiene eram precárias, assim como a alimentação dada muitas vezes estava fora de validade, pois demorava bastante até chegar em suas mesas. Havia, também, um descontentamento geral em relação ao tratamento que recebiam dos funcionários de algumas colônias.

Os primeiros documentos produzidos pelos imigrantes em território nacional essas insatisfações estavam explícitas, como nos Ofícios e Cartas direcionados aos poderes estaduais. Um documento produzido por colonos da Colônia Benjamin Constant, de 1896, é bem enfático quanto aos maus tratos sofridos pelos funcionários. As reclamações se estendem às promessas feitas ainda em território espanhol no ato de recebimento das passagens e não cumpridas, como o recebimento de terras férteis para o desenvolvimento da agricultura e implementos agrícolas.

Figura 11: Carta dos imigrantes espanhóis da colônia agrícola de Benjamin Constant para o Governador do Estado, de 24/07/1896, insatisfeitos com o descumprimento dos acordos contratuais estabelecidos por lei



Fonte: Arquivo Público do Estado do Pará, Seção: Obras Públicas, Fundo: Repartição de Obras Públicas Terras e Colonização, Série: Colonização (Núcleos), pasta, Ano: 1896-1900, Caixa: 06.

Esse contexto de conflitos era prejudicial porque estimulava o abandono das colônias agrícolas. Foi o que ocorreu com um grupo de imigrantes que em março de 1897 foi para Benjamin Constant, mas não ficou. Eram 18 pessoas entre adultos e crianças

vindos de uma única região da Espanha, Zamora. Da mesma forma, o Núcleo de Marapanim que contabilizou 68 famílias espanholas constituídas de 405 pessoas e em 1902 se registraram apenas 99 pessoas (GARCIA, 2017).

Figura 12: documento de registro dos imigrantes que foram para Benjamin Constant e não ficaram, em março de 1897

Nº	Nome	Idade	Sexo	Profissão	Origem	Observações
1	Juan Nolas Barroso	42		Clap	Zamora	
2	Isabel Bartolomé	36		Esposa		
3	Francisco Nolas Bartolomé	15		Filho		
4	Francisco Nolas Bartolomé	12		"		
5	Francisco Nolas Bartolomé	10		"		
6	Isabel Nolas Bartolomé	7		"		
7	Manuel Nolas Bartolomé		3	"		
8	Isabel Nolas Bartolomé		1	"		
9	Manuel Nolas Barroso	44		Clap		
10	Angel Nolas Barroso	21		Filho		
11	Angel Nolas Barroso	19		"		
12	Juan Nolas Barroso		9	"		
13	Isabel Nolas Barroso	35		Só		
14	Francisco Nolas Barroso	25		"		
15	Francisco Nolas Barroso	21		"		
16	Francisco Nolas Barroso	20		Clap		
17	Francisco Nolas Barroso	20		Esposa		
18	Francisco Nolas Barroso	59		Mãe		

Fonte: Arquivo Público do Estado do Pará, Seção: Obras Públicas, Fundo: Repartição de Obras Públicas Terras e Colonização, Série: Colonização (Núcleos), pasta, Ano: 1896-1900, Caixa: 06.

O que ocorrera com essas pessoas? Para onde foram já que não ficaram nas colônias? A identificação dessa dispersão em Benjamin Constant é de interesse desta pesquisa, pois revelará o processo de territorialização dos imigrantes por outros caminhos alternativos à agricultura, ao cultivo da terra. É um movimento que se define como Inserção Socioespacial Dispersa, já que vieram com um destino definido e mudaram esse trajeto, tanto socialmente como territorialmente.

Essa situação ocorrera, também, em Apeu, com imigrantes portugueses açorianos que se recusaram a ficar, 21 famílias, 108 pessoas, também decorrente das condições precárias da colônia (MUNIZ Apud GARCIA, 2017).

O processo de construção da Estrada de Ferro de Bragança foi marcado por muitas dificuldades na sua execução, muitos problemas, a começar pela lentidão na instalação dos trilhos, decorrentes da demora para entregarem os materiais necessários, assim como pelo seu descarrilamento constante, a mobilidade da mão de obra que

trabalhava na sua construção para os seringais e os altos custos para os cofres públicos. Essa situação era constantemente evidenciada pelos jornais de época e por documentos do próprio poder público, desde o período imperial até o republicano (LACERDA, 2018).

Um trabalho realizado por LACERDA, (2018), sobre o período da construção da Estrada de Ferro de Bragança (1883-1908), com o objetivo de apreensão dos diferentes significados que foi dado a ela, foram analisados diversos documentos produzidos sobre o referido processo, como os documentos públicos (falas de presidentes da Província, Relatórios, mensagens dos presidentes da Província, de governadores no período republicano), assim como de jornais da época que trataram sobre o tema.

Para o Estado, a construção da Estrada de Ferro era sinônimo de progresso, mas também de povoamento, de desenvolvimento econômico, o que se completava com a imigração e a instalação das colônias agrícolas. Foi o que os documentos oficiais demonstraram, do período imperial ao republicano: *Nesse contexto, as estradas de ferro representaram um meio para o desenvolvimento econômico, mas ao mesmo tempo, um elo para a ocupação de terras, para o crescimento econômico* (LACERDA, 2018, p. 8).

Esses mesmos documentos registraram o quanto a imigração de nacionais e estrangeiros era fundamental para o povoamento do entorno da ferrovia e desenvolvimento da agricultura. Já os jornais da época apontavam os problemas que tornavam a ferrovia como meio de transporte precário, de péssima qualidade, assim como os conflitos de interesses entre os sujeitos sociais envolvidos na produção inicial do espaço da Zona Bragantina, de Belém a Jambu-Assú (Igarapé Açu).

No percurso da sua expansão, a estrada de ferro levou consigo a expansão do extrativismo da madeira, atividade mais atraente do que o cultivo da terra, principalmente para os imigrantes que, como já foi dito, muitas vezes eram alocados nas colônias em condições de insalubridade, como bem esclarece o texto de LACERDA, (2018. p. 10):

...dentre as prioridades e obras para o orçamento estadual do ano de 1900, estava a da construção da Estrada de Ferro de Bragança, que àquela altura caminhava de forma lenta faltando ainda cerca de oito anos para a sua conclusão. Ao mesmo tempo, no governo de Paes de Carvalho, não serão incomuns os conflitos com moradores das margens da estrada de ferro, decorrentes do extrativismo de madeira realizado pelos imigrantes que viviam em núcleos coloniais. Isso decorria do fato de que Paes de Carvalho, grande incentivador da agricultura, reclamava constantemente do desvio dos colonos dos trabalhos na lavoura para dedicarem-se ao extrativismo de madeira na zona da ferrovia.

De maneira mais explícita, a autora especifica que:

À medida que cresceu o povoamento nas margens da Estrada de Ferro de Bragança, ocorreu também a extração de madeira como uma lucrativa fonte de renda. Em 1898, no governo de Paes de Carvalho, o jornal Folha do Norte, acusava os imigrantes espanhóis de derrubarem matas para retirada de madeiras, transformando-se de “agricultores em exploradores e negociantes de madeira” (Folha do Norte. 03/09/1898, p. 1) (Idem, 2018, p. 10).

Contraditoriamente, um dos maiores compradores de madeira era o próprio Estado, já que havia precisão de lenha para gerar energia para a locomotiva andar. Ainda, a maior parte das mercadorias que eram transportadas pelo trem, no início da sua construção, eram madeiras vindas do entorno da ferrovia (Idem, 2018).

Essa situação marcou a construção da Estrada de Ferro de Bragança, houve um processo imenso de desmatamento que ocasionou danos irreversíveis à região. Uma atividade que surgiu com os primeiros trilhos instalados, ainda no período Imperial, no qual o povoamento era pouco expressivo, mas se intensificou na República, com a imigração subvencionada de nacionais e estrangeiros para as colônias agrícolas, o que levou o Estado a criar mecanismos de controle territorial para interromper sua continuidade, mas que acirraram os conflitos:

No contexto republicano, a extração de madeira ainda era muito intensa, o que fez com que em 1900 o governo estadual proibisse, conforme noticiou o jornal Folha do Norte o “embarque de madeira nos quilômetros n 85, 87, 89 e 91”, para “evitar que os colonos se ocupassem “quase que exclusivamente” do extrativismo de madeira, gerando conflitos variados com os imigrantes espanhóis que viviam às margens da ferrovia (Folha do Norte, 20/08/1900, p. 2) (Idem, 2018, p. 11).

A preocupação com o extrativismo madeireiro e suas consequências na dinâmica da vida cotidiana da ferrovia e seu entorno foi expressiva, ora porque acirrou os conflitos de interesses entre os sujeitos sociais envolvidos na trama, ora porque alterava o próprio funcionamento dos trens, em termos de horários e espaço de armazenamento, bem como pelo expressivo desmatamento da região, com se observa no texto abaixo:

Pode-se dizer que o extrativismo da madeira, decorrente da própria instalação da ferrovia foi uma das contradições do processo de instalação desse serviço público no Pará. De fato, a própria administração da ferrovia comprava lenha dos colonos para serem utilizadas nos trens. Assim, em 1903, o governador Augusto Montenegro declarava: “A lenha é um dos maiores males de que sofre a Estrada de Ferro”. Isto porque, segundo o governador “por causa dela” não

existia “horários certos” para os trens, além de que a “necessidade de transportá-la de longas distâncias obriga o emprego de grande parte do material rodante com visível desfalque da receita da estrada”. Ao lado disso, o governador apontava um outro problema: “sendo a estrada o principal consumidor de lenha, o Estado, pela força das circunstâncias, tornou-se o primeiro dos responsáveis pela feroz devastação de nossas matas (Idem, 2018, p. 11).

A extração de madeira era um pólo de atração demográfica naquele período, no qual se abriram estradas de chão que articulavam a região do Salgado à emergente Zona Bragantina, a exemplo da que liga Castanhal a Curuçá, em 1899, marcada por uma intensa exploração de madeira que atraiu muitos imigrantes para a recém criada colônia agrícola de Santa Rosa (1898) (PENTEADO, 1969). Por ser uma atividade de grande mobilidade, impulsionava o deslocamento de pessoas de um lugar a outro na Zona Bragantina.

Esses problemas impactavam nos rendimentos da ferrovia, que era incapaz de sustentar a si mesma. Mas essas questões não impediram que milhares de imigrantes nacionais e estrangeiros fluíssem pelos trilhos da ferrovia e fincassem vida, suor e trabalho no cultivo da terra, no movimento do comércio dos pequenos lugares do interior paraense. Mesmo com danos aos cofres públicos, com os problemas apresentados, a estrada de Ferro cumpriu a sua missão, contribuiu com o povoamento e criação de um espaço agroextrativista que se consolidou historicamente.

O Estado elaborou de forma sistemática a sua política territorial de colonização com a imigração estrangeira na Zona Bragantina, procurou gestar por meio da criação de uma estrutura institucional na qual esse tema passou a ter um tratamento específico, como aponta a documentação elaborada à época e que se encontra no Arquivo Público do Pará⁸.

A construção da Estrada de Ferro e a colonização no seu eixo de expansão era um projeto político, uma política territorial que buscava criar condições de produção de um espaço econômico alternativo ao extrativismo do látex, mas que tivesse integração com este.

O que justifica a imigração estrangeira ser objeto de gestão e controle do Fundo de Repartição e Obras Públicas Terras e Colonização, que possuía uma Seção denominada

⁸Documentos como Ofícios, memorandos, listas de imigrantes, de material adquirido, relatórios, prestação de contas sobre material para reforma de prédios, de entrada e saída de imigrantes nas colônias, custos com alimentação, registros da comunicação entre os administradores das colônias agrícolas, da Hotelaria dos Imigrantes, com o Diretor da Repartição de Obras Públicas. Fonte: Arquivo Público do Estado do Pará, Seção Obras Públicas, Fundos: Repartição e Obras Públicas Terras e Colonização, Série: Ofícios, Anos: 1893, 1897, 1898, caixa: 32 (Benjamin Constant, Castanhal, Jambu-Açu, José de Alencar, Marapanim).

“Seção Imigração”. Administrada por um Diretor, esse Fundo estava subordinado à Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, responsável pela gestão das terras públicas, da agricultura, do comércio, assim como das obras públicas do Pará.

Como decorrência dessa política, imigrantes se territorializaram nas Colônias Agrícolas, cultivaram em seus lotes de terra o milho, o tabaco, a cana, produziram aguardente nos Engenhos, e por esses motivos tiveram melhorias nas suas condições de vida, muitas vezes diversificaram as suas atividades, constituíram família, mudaram de lugar e de atividades, como a família Risuenho Castanho que se originou em Benjamin Constant, depois se deslocou para Bragança e passou a viver do comércio e outras atividades. Os filhos e filhas tiveram destinos diferentes, uns ficaram em Bragança, outros permaneceram em Benjamin Constant, como também teve quem foi para o Maranhão e Belém. (Entrevista realizada em Belém na residência da família Risuenho, em 05/05/2023).

Os membros dessas famílias passaram a construir suas vidas no contexto da cultura local, incorporando a bagagem cultural que trouxeram consigo. Plantaram, colheram, casaram entre si e com brasileiros. Desenvolveram o comércio, a indústria, outros participaram da vida em sociedade como políticos, artistas. Alguns têm os seus nomes emprestados às ruas, praças. Os Gardunho, Turiel, Garcia, Lhamas, Risuenho, Castanho, Rodrigues e outros/as.

A documentação analisada da colônia agrícola de Benjamin Constant, recorte espacial desta pesquisa, no município de Bragança, assim como as primeiras entrevistas realizadas com famílias descendentes de imigrantes espanhóis que chegaram no final do século XIX em Benjamin Constant, indicam esse primeiro cenário preliminar conflituoso entre Estado e imigrantes espanhóis que foram evidenciados acima.

Esse acervo é denso e se encontra espalhado em cartórios, Arquivos, diários de família em Belém, Bragança, Distritos de Tijoca e Benjamin Constant. Da mesma forma as pessoas descendentes de imigrantes espanhóis até agora contatadas a origem familiar é de lá. Ainda há muito o que se investigar, mas a dinâmica territorial das migrações expõe os conflitos que envolvem os interesses dos Estados Nacionais, no caso aqui Brasil e Espanha, assim como entre o Estado e os imigrantes espanhóis.

Impõe, também, a necessidade de localizar o destino de várias famílias que sem uma explicação clara sumiram, como as pessoas de origem espanhola que se tornaram invisíveis no Núcleo Agrícola de Benjamin Constant, colônia essa que recebeu a maior

quantidade de imigrantes espanhóis por sua extensão e possuir maior quantidades de lotes de terras a serem distribuídos.

Já se vislumbra que as inserções socioespaciais se deram vinculadas diretamente ao projeto de colonização dirigida pelo Governo estadual, pelo cultivo da terra. A partir desse projeto os imigrantes foram diversificando as suas atividades, muitas vezes ampliando-as ao setor terciário, como o comércio em Bragança. Outras inserções se deram desvinculadas do projeto de colonização dirigida.

Muitas pessoas que vieram por meio da política de colonização dirigida, mas por vários motivos que ainda precisam ser investigados, não ficaram nas colônias agrícolas, essa quantidade não foi insignificante. Os casamentos também estimularam mudanças, com pessoas da mesma nacionalidade ou com brasileiros, sobretudo nordestinos. As mudanças de residência de um lugar para outro e de ramo de negócios eram comuns.

O que já fica explícito é que essas pessoas vieram de muito longe, abandonaram seus territórios originários e se territorializaram nas terras amazônicas e, muito embora tenham chegado vinculadas a um projeto de colonização dirigido, de um espaço projetado, mudaram o roteiro da história, foram sujeitos e contribuíram com a produção do espaço e do território da Bragantina.

Sofreram a dor e o silêncio do isolamento em terras do outro, das doenças e mortes. Mas também viram suas famílias crescerem, plantaram, fabricaram, venderam, uns foram políticos, outros artistas, professores/as. Até hoje seus descendentes estão espalhados pelo território paraense, principalmente no Nordeste Paraense (Bragantina e Salgado) e Grande Belém. Professores, professoras, políticos e outras atividades que demonstram o importante papel dos espanhóis na produção da vida social do Pará.

Esse destino projetado nas planilhas do Estado, mas alterado pela força dos sujeitos que reescreveram essa história e chegaram a espaços nunca vistos, pela rota dos trilhos do trem ou, no caso específico dos imigrantes de Benjamin Constant, pelos *trilhos* das águas fluviomarinhas.

A partir do inusitado foram se internalizando, fazendo história, produzindo espaço, abriram estradas, construíram famílias e as ampliaram, muitos voltaram a Espanha ou foram para outros destinos, próximos e distantes, alguns ficaram e terminaram sua participação na vida em sociedade no lugar. É o que se analisará no próximo capítulo.

4. INSERÇÃO SÓCIOESPACIAL E O DESTINO DOS IMIGRANTES ESPANHÓIS NA COLÔNIA AGRÍCOLA DE BENJAMIN CONSTANT (1896-1920)

Este capítulo é o resultado da pesquisa. É a síntese e simbiose da análise da literatura revisada sobre o assunto, da análise documental (Arquivo Público do Estado do Pará e Primeiro Cartório de Ofícios de Bragança), dos levantamentos de campo e entrevistas realizadas. Como a análise trata do espaço-tempo passados, do “presente de então”, a fidelidade maior dessa interpretação é com os documentos analisados, por se considerar que os mesmos captam o momento histórico vivido com maior proximidade da realidade objetiva.

Mas, como todo trabalho, é uma interpretação da autoria que se apoia em uma base teórica de natureza geográfica, ou melhor, de base histórico-geográfica, portanto, este é o seu limite.

4.1 SOBRE A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DE BENJAMIN CONSTANT E A IMIGRAÇÃO ESPANHOLA

A colônia de Benjamin Constant foi criada no ano de 1894, situada na extremidade mais oriental do Nordeste paraense, entre as bacias dos rios Tijoca e Urumajó, foi a maior de todas, com seus 116 km de extensão divididos em 559 lotes de 25 ha, assim como a mais isolada das colônias da Bragantina. Na observação da sua Planta projetada no trabalho de Penteado (1967), está registrado o ordenamento fundiário, com os lotes espacializados entre os rios Tijoca e Urumajó, atravessados por outros cursos d'água, com aproveitamento das potencialidades ambientais existentes. Destinada a produzir farinha, arroz, algodão, tabaco, assim como cachaça e açúcar. Estes últimos itens foram estimulados pela construção de dois engenhos, um chamado de Paes de Carvalho e outro Lauro Sodré, que funcionavam com energia a vapor, assim como pela presença de engenhocas que funcionavam com tração animal (LUZ & ORTIZ, 2013).

Pelo exposto, os sujeitos sociais que produziram o espaço de Benjamin Constant foram, primeiramente, o Estado, ator central da projeção da Planta à sua materialização, da implementação dos meios e das condições que possibilitaram o enraizamento de relações sociais e econômicas que enfrentaram, para se consolidar, o difícil acesso, dada a sua localização, isolada. Como já se disse anteriormente, até 1908 o fluxo de pessoas e mercadorias se dava por uma rota flúvio marinha, ano que a Estrada de Ferro chegou em Bragança.

Como já se afirmara, esse descompasso entre a criação das colônias agrícolas e a construção da Estrada de Ferro de Bragança foi uma questão que impactou sobre o projeto de colonização da Bragantina e a imigração estrangeira. Essa situação ficou evidente desde a criação da primeira colônia agrícola, a de Benevides, em 1875. Dessa data até o término do primeiro trecho entre Belém e a referida colônia, em 1883, o fluxo de pessoas e mercadorias se dava pelas águas com destino a Marituba e depois a cavalo (CRUZ, 1955).

O caminho ligando esse primeiro núcleo colonial a Belém, tinha de extensão 30 quilômetros, percorridos a pé ou a cavalo. Não oferecia, pela dificuldade do transporte, base para uma colonização imediata. Estrada estreita e erizada de obstáculos, não atraía o colono, nem estimulava, de pronto, a iniciativa particular (Idem, 1995, p. 3).

Para resolver essa questão, o transporte fluvial foi a alternativa, como esclarece o texto abaixo:

Na falta de mais fácil comunicação terrestre com Belém, onde eram consumidos os gêneros produzidos na colônia, foi estabelecido o sistema de transporte fluvial, pelo rio de Benfica, através do Pinheiro, duas vezes por semana. Os vapores “BELÉM” e “ELEFANTE”, aquele de 35 toneladas e 30 cavalos de força (sic), com acomodação para 150 passageiros, e este (sic) de 20 toneladas e 18 cavalos de força (sic), com acomodações para 50 passageiros, faziam regularmente, oito vezes (sic) por mês, a ligação entre Belém e a colônia de Benevides, através do pôrto (sic) de Benfica. Era responsável por essa linha a “EMPRESA DE NAVEGAÇÃO A VAPOR PARA O PINHEIRO” (Idem, 1995, p. 14).

Do mesmo modo, ou melhor, com dificuldades maiores, ocorrera em relação à colônia de Benjamin Constant, muito embora não se verifique nos trabalhos já produzidos sobre a imigração espanhola, sempre a referência de integração é a linha férrea, é o trem (GARCIA, 2017; SMITH JR., 2012). Não se tem a intenção de afirmar que a ferrovia não tenha desenvolvido esse papel integrador, mas isso depende do recorte espaço-temporal de análise adotado na pesquisa proposta.

Um trabalho interessante que realça bem as dificuldades de acesso à colônia e o uso dos cursos d'água no início e ao longo do processo de produção do seu espaço é o de LUZ & ORTIZ (2013):

O transporte do núcleo para Bragança sempre foi difícil, a princípio pelos rios, depois pela ferrovia, a partir de 1909 pela ferrovia, que já no início da década de 1930 apresentava problemas causados pela falta de manutenção,

principalmente a ponte metálica sobre o rio Caeté, que fica intransitável pelas composições, sendo o transporte feito por “baldeação” com risco de acidentes que podiam levar a (sic) e a (sic) perda de produtos, este problema só foi solucionado em 1950 com a construção da nova ponte de cimento armado (p.57).

Os documentos produzidos pelo Estado que foram verificados, os de saída de imigrantes espanhóis para Bragança, assim como Ofícios e outros, da Hospedaria dos Imigrantes de Outeiro, comprovam que na expansão e decadência da imigração espanhola (1896-1900), o percurso era por via mar e rio, de Belém a Bragança, conforme documentação já demonstrada no capítulo anterior, que data de 1896 e 1897.

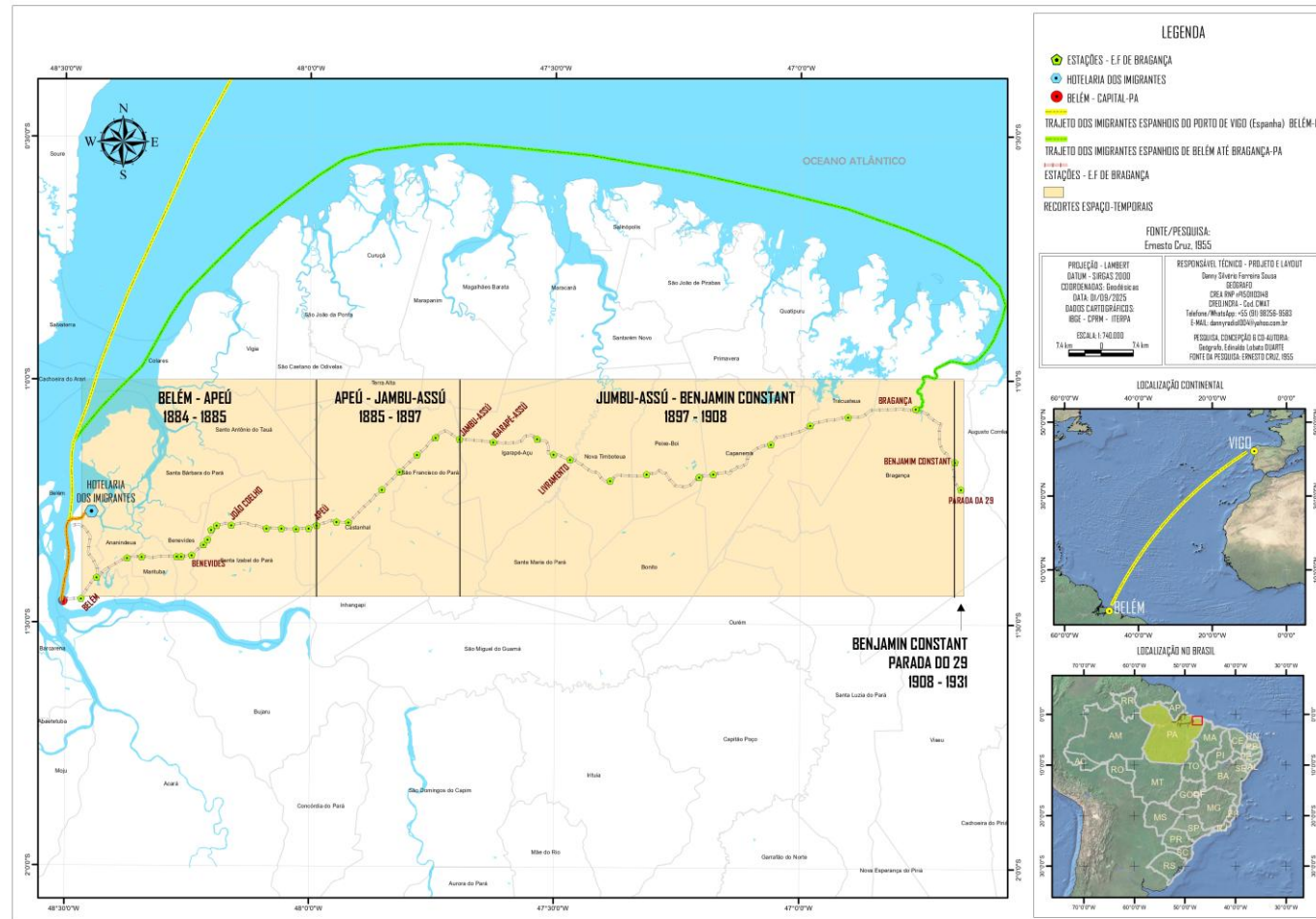
Esse trajeto foi intenso, dado o grande volume de circulação de imigrantes nacionais e estrangeiros que se deslocaram para Benjamin Constant, assim como de mercadorias de toda ordem que permitiram a estruturação da vida social e econômica do lugar. E para dar suporte a todo esse processo foram criadas as condições materiais mínimas à sua realização continuada.

O que foi observado nos documentos da época sobre o referido percurso é que se utilizavam de embarcações a vapor maiores para a realização do mesmo de Belém até o destino final, Bragança, assim como de balsas para levar materiais de construção, alimentos e escoar a produção agrícola da colônia.⁹

A partir de trabalhos realizados sobre a construção da Estrada de Ferro de Bragança, que se realizou em um período de vinte e cinco anos(25), e da constatação de que o circuito da imigração espanhola para Benjamin Constant na sua expansão e mesmo decadência, se realizava pelo eixo flúvio-marinho, se fez um mapa com esses dois circuitos, com uma periodização das etapas de construção da Estrada de Ferro de Bragança, o que demonstra, a um só tempo, o desencontro temporal entre essas duas dinâmicas, imigração espanhola para Bragança e construção da linha férrea, como também a integração entre essas mesmas dinâmicas em relação a outras colônias, como Apeu e Jambu Assu:

⁹ A circulação de pessoas era muito intensa, principalmente de imigrantes que chegavam, assim como de imigrantes que vinham para a capital resolver problemas e retornavam para a colônia, como se evidenciou no capítulo anterior um integrante da família Lhamas que estava seguindo de Belém para Bragança um ano depois de ter chegado ao Pará. Assim como um descendente da família Turiel informara que seu pai dissera que os produtos da colônia que eram exportados para fora do Pará, como o tabaco, iam para Belém de balsas e/ou grandes navios (pesquisa de campo realizada pela autoria, em 11/2025).

Figura 13: Mapa dos Circuitos Espaciais da Imigração Espanhola e Periodização da construção da Estrada de Ferro de Bragança



Fonte: (autor, 2024).

Os imigrantes espanhóis se constituíram como mão-de-obra para o Estado organizar o espaço da colônia, torná-la produtiva. Para efetivar esse objetivo, a gestão e o controle da dinâmica demográfica dos imigrantes foram rigorosos no interior das colônias agrícolas, de um modo geral.

A documentação produzida em Benjamin Constant, das comunicações entre os seus administradores e o Fundo de Repartição e Obras Públicas, órgão do governo estadual, revela a preocupação em exercer o controle da entrada e saída de pessoas, dos índices de natalidade e mortalidade, da distribuição de alimentação, dos lotes agrícolas que se tornaram produtivos, mas revela, também, que os mecanismos criados para a permanência das pessoas na colônia, como a doação de terras, de alimentação, instrumentos de trabalho, como ferramentas, casas de farinha, engenhos a vapor, não foram suficientes para garantir a permanência da maioria dos imigrantes na colônia definitivamente.

Os registros de imigrantes espanhóis que foram para lá no período de 1896 a 1900 demonstram a densidade do fluxo de pessoas de origem nacional e estrangeira. A análise das primeiras listas de embarque de espanhóis que saíram da Hospedaria dos Imigrantes de Outeiro para Benjamin Constant, apesar das suas péssimas condições de conservação, assim como pela falta de listas que preencham os doze meses de um ano, apontam para o grande fluxo de pessoas que foram para aquela localidade. Segue abaixo a transcrição feita nas listas de embarque nos três primeiros anos, 1896, 1897 e 1898.

Tabela 3: Total de Imigrantes Espanhóis que se deslocaram da Hospedaria dos Imigrantes de Outeiro para a colônia agrícola de Benjamin Constant nos anos de 1896, 1897 e 1898.

	1896	1897	1898
Janeiro	X	5	85 * + 3 **
Fevereiro	X	X	X
Março	20 *	4 + 91	84
Abril	X	X	118
Maio	77	2 *	X
Junho	37	5 + 1 *	25 + 148
Julho	40 **	X	X
Agosto	X	X	X
Setembro	67	X	X
Outubro	44 + 111 ***	X	49 + 114 *** + 119
Novembro	6 + 107 + 260 ****	1	85 ****
Dezembro	113 ***** + 260 *****	22	127 *****
TOTAL	1.142	131	957

Fonte: Elaborado pelo autor e Maria Emília Corrêa Viana. Fonte: Arquivo Público do Estado do Pará, Seção: Obras Públicas, Fundo: Repartição de Obras Públicas Terras e Colonização, Série: Colonização (Núcleos), pasta, Ano: 1896-1900, Caixa: 06

No ano de 1896, o número de pessoas foi de mil, cento e quarenta e dois, levantados de listas de oito meses do ano, sendo uma não estava completa. Mais do que isso, essas listas registram que o movimento migratório para o Pará foi denso, muitos ficavam em Belém ou se deslocaram para outros lugares, ocorrera nascimento no Vapor ou na Hospedaria dos Imigrantes, outros circulavam entre a capital e a colônia, o que se estendeu às outras colônias, já que as passagens eram gratuitas aos imigrantes, assim como chefes retornavam a Espanha para buscar a sua família.¹⁰

No ano seguinte, em 1897, apenas 131, levantados de metade das listas anual. Em 1898 foi registrado o embarque de 957 imigrantes de sete meses do ano. Como se pode

¹⁰ **1896:** *na lista constam 24, só embarcaram 20 pessoas; **na lista constam 46, só embarcaram 40; ***na lista constam 119, só embarcaram 111; **** na lista constam 270, mas está incompleta, só embarcaram 260, a criança número 267 nasceu na Hospedaria de Outeiro; ***** na lista constam 295, só embarcaram 260. Lista de 30/11/1896 o número 133 consta uma recém-nascida, mas a mesma não está completa, o que impossibilita ter conhecimento se nasceu no Vapor ou na Hospedaria de Outeiro. **1897:** nas listas de 18/05 e 20/06 consta a mesma pessoa, Manuela Franco, viúva, de Orense, 54 anos, ficou com uma filha casada; 16/03 18 imigrantes retornaram para a capital porque não quiseram ficar na colônia.

observar, encontrou-se mais de uma lista em alguns meses do ano, o que indica que o volume de pessoas que foram para a colônia anualmente é bem superior aos indicados nessas listas, que já não contemplam todos os meses de um ano.

Outros documentos produzidos na colônia por seus administradores mensalmente dizem respeito ao controle da população de imigrantes espanhóis (entrada, saída, natalidade, mortalidade, existentes) indicam uma média de 600 imigrantes mensais no ano de 1897. São os “Quadros Demonstrativos” encaminhados à Direção do Fundo e Repartição de Obras Públicas, Terras e Colonização, como se verifica abaixo:

Figura 14: Quadro Demonstrativo elaborado pelo Administrador da colônia de Benjamin Constant registra a quantidade de entrada e saída dos imigrantes por idade, assim como dos que se fixaram, no ano de 1897

— Colonia Benjamin Constant —

Quadro demonstrativo das entradas, saídas e existentes de Imigrantes nesta Colônia durante o ano de 1897.

1897

Entradas										Saídas										Existentes									
N.º da Colônia		Idade dos pais de família		Sexo	Total	N.º da Colônia		Idade dos pais de família		Sexo	Total	N.º da Colônia		Idade dos pais de família		Sexo	Total												
Entradas	Idade dos pais de família	Entradas	Idade dos pais de família			Entradas	Idade dos pais de família	Entradas	Idade dos pais de família			Entradas	Idade dos pais de família																
16	8	21	8	13	6	41	38	79	6	1	14	2	14	15	14	239	84	165	54	312	310	652							

Visto

O Administrador
Augusto Cesarino Valente Silva

Fonte: Arquivo Público do Estado do Pará, Seção: Obras Públicas, Fundo: Repartição de Obras Públicas Terras e Colonização, Série: Colonização (Núcleos), pasta, Ano: 1896-1900, Caixa: 06.

Esse controle da movimentação dos imigrantes por parte do Estado se dava, também, na distribuição de alimentos para as suas famílias, assim como na evolução dos lotes agrícolas, no cultivo da terra, na criação de infraestrutura nos seus espaços internos e no da colônia, como pontes e abertura de estradas. O objetivo era transformá-los, a um só tempo, em mão-de-obra produtiva, capaz de gerar produtos que atendessem a demanda

de consumo de Belém e outros espaços, assim como pessoas independentes economicamente, donas de si, capazes de suprir necessidades existenciais familiares.

O Estado supria as necessidades das famílias dos imigrantes espanhóis até o momento que eles conseguiam autonomia econômica, se “emancipavam”, processo registrado nos documentos de distribuição dos alimentos, chamados de “ração”, como se pode observar no documento abaixo, do ano de 1898:

Figura 15: Quadro Demonstrativo de registro da movimentação de alimentos (ração) no ano de 1898. O que se pode observar é o número de pessoas, por idade e número de famílias, que deixaram de receber alimentos na sua totalidade ou parcialmente

Colônia Benjamin Constant

Quadro de movimento sobre ração

De 1º de Dezembro

<i>Movimento</i>	<i>adultos</i>	<i>De 3 a 12 annos</i>	<i>De 1 a 3 annos</i>	<i>numº de famílias</i>	<i>Obs.</i>
<i>Imigrantes que receberam ração inteira no mez anterior</i>	318	203	38	103	
<i>Imigrantes que deixaram a receber ração inteira este mez</i>	2	1	3	1	<i>Imigrantes faleceram</i>
<i>Imigrantes retirados da Colônia</i>					
<i>Imigrantes que continuaram a receber ração inteira durante o mez</i>	350	228	44	113	
<i>Imigrantes que receberam ração inteira no mez anterior</i>	91	62	3	38	
<i>Imigrantes que terminaram o prazo da ração</i>	1				
<i>Imigrantes retirados da Colônia</i>					
<i>Imigrantes que continuaram a receber ração durante o mez</i>	90	62	3	38	

Colônia Benjamin Constant 18 de Dezembro de 1898

O Administrador
Antônio Carlos Valente Dias

Fonte: Arquivo Público do Estado do Pará, Seção: Obras Públicas, Fundo: Repartição de Obras Públicas Terras e Colonização, Série: Colonização (Núcleos), pasta, Ano: 1896-1900, Caixa: 06.

Os lotes agrícolas também eram acompanhados no seu desenvolvimento, cada família que ia deixando de receber proventos alimentícios era porque ganhava autonomia em função da evolução das suas atividades produtivas, no cultivo da terra e criação de infraestrutura.

Há outros Quadros Demonstrativos que registram esse controle do Estado sobre essa relação entre a variação na quantidade de alimentos ofertados e a dinâmica produtiva das famílias de imigrantes, como se verifica no documento abaixo:

Figura 16: Quadro Demonstrativo dos Imigrantes espanhóis que deixaram de receber ração, no ano de 1898. O que se pode observar no documento é o acréscimo de informações sobre a situação dos lotes em termos de benfeitorias e condições de infraestrutura

Relação de imigrantes localizados no Nucleo Colonial Benjamin Constant, e que deixaram de receber ração -

Nome do chefe de família	Número de pessoas			Data da instalação	Situação do lote	Número de lotes	Benfeitorias ao estabelecimento, na data do lote	Condições de prosperidade do lote	Observação
	Adultos	Menores de 14 anos	Menores de 4 anos						
Manoel Durge	1	2		12 julho 1898	Cipreste, para lavoura	5	Casa e plantações	Apostro: muito pobre	
Segundo Delgado	4	2	2	12 "	Citricultura, para lavoura	1	"	"	
Joaquim de Jesus	1	1		12 "	"	2	"	"	
Rafael Maria Soares	2	1	1	12 "	"	3	Plantações	"	
Sebastião Rodrigues	3	1		12 "	Cipreste, para lavoura	4	"	"	
Antônio Adorno	1			12 "	"	1	"	"	
Francisco Gonçalves	3	1	1	12 "	"	7	"	"	
José Antônio Gonçalves	2			12 "	"	5	Casa e plantações	"	
Severino Soares	4	1		12 "	"	8	Plantações	"	
Luiz Duarte Cavale	4	1		21 "	Citricultura, para lavoura	5	Casa e plantações	"	
João Manoel Gonçalves	5	2		25 "	Cipreste, para lavoura	12	Plantações	"	
Francisco Lopes Soares	5	1		25 "	"	11	Casa, lavoura e plantações	"	
Manoel Domingos Soares	1			1 Agosto	Cipreste, para lavoura	7	Plantações	"	
Sebastião Silva Leite	1	2		1 Outubro	Cipreste, para lavoura	2	Plantações	"	
Henrique Soares Soares	3	4		25 julho	Cipreste, para lavoura	13	"	"	
Augusto Caldeira	5	1	1	12 Outubro	Cipreste, para lavoura	11	"	"	
Augusto Caldeira Soares	3	4		16 "	"	5	Casa e plantações	"	

Fonte: Arquivo Público do Estado do Pará, Seção: Obras Públicas, Fundo: Repartição de Obras Públicas Terras e Colonização, Série: Colonização (Núcleos), pasta, Ano: 1896-1900, Caixa: 06.

O acompanhamento das atividades que eram realizadas na colônia era registrado pelos Administradores da colônia. Para o Estado, os imigrantes eram, também, a mão de obra utilizada na estruturação do espaço, na sua produção. A abertura de estradas, construção de pontes, engenhos, casas de farinha, estivas, roçado, todas essas atividades foram realizadas pelos imigrantes espanhóis, são muitos os registros de folhas de pagamento pelos serviços feitos, de trabalhos realizados com identificação do que foi realizado, do local no qual se fez a benfeitoria.

Esses documentos revelam, portanto, não só o papel do Estado como sujeito no processo de produção do espaço, mas dos imigrantes espanhóis, cujo trabalho foi primordial na criação das possibilidades de realização da vida social da colônia. O que impactou na posição destacada da colônia na produção de farinha, tabaco, cachaça e outros produtos, condição que levou o governador Paes de Carvalho (1897-1901) autorizar a construção de uma Estrada de Ferro, no ano de 1.900, da margem direita do

tabaco, arroz, fazia cachaça e açúcar; a dificuldade era grande, a gente era os últimos moradores, a gente levava as mercadorias pra Bragança pelo Jejuí, Batelão encostava ou de carroça até o trem (entrevista realizada em outubro de 2023, na Vila dos Monteiro).

O entrevistado informou, ainda, que houve uma união de esforços entre as famílias, o pai dele juntamente com o “Zé Galego” (Manoel Tameron), Serafim e Lourenço Quadros (foi casado com Felipa Alonso, espanhola), abriram estradas, pois tinham engenhos, muitos fabricavam cachaça, açúcar e rapadura.

A Senhora Antônia G. Alonso (100 anos), casada com o Sr. Paulino Alonso de Quadros, filho do espanhol Domingos Alonso (chegou de Zamora em 16/12/1898, com suas filhas), relatou que os espanhóis trabalhavam com o cultivo da terra, com a criação de porcos. Moraram na localidade de Mriteua. Informou, ainda, que a sua cunhada, a espanhola Felipa Alonso, se casou com o Sr. Lourenço Quadros (paraense?), passaram a morar na região do Alto Urumajó, possuíam um engenho e produziam rapadura, cachaça e mel. A Sra. Felipa produzia sabão em barra para comercializar (entrevista realizada em novembro/2024, na sua residência, na cidade de Bragança).

O Sr. Paulo Martins Fernandes Turiel (87 anos), filho de Juan Martin Lorenzo Turiel (nome original) e Margarida Fernandes Turiel, imigrantes espanhóis vindos de Zamora, ele em 1896, com 8 anos, ela em 1898, com 2 anos, pela política de imigração conduzida pelo Estado, relatou que seu pai falava das dificuldades que os imigrantes encontraram ao chegarem na colônia. Os lotes foram entregues sem serem desmatados, no lugar de casas foram feitas cabanas de palha em madeira, com brechas que permitiam a penetração dos raios solares e das águas da chuva; ressalta, como as outras pessoas entrevistadas, das dificuldades de acesso, do escoamento da produção da colônia, das condições insalubres vividas por eles.

Essas informações dadas pelos descendentes diretos das famílias de imigrantes espanhóis vão ao encontro das contidas nos documentos da época, pesquisados no Arquivo Público, como se demonstrou acima. O documento mais expressivo do registro desse processo que envolve a relação tensa entre o Estado e os imigrantes, assim como realça o papel destacado dos mesmos na produção do espaço da colônia, data de julho de 1896, já apresentada no capítulo anterior, uma reclamação direcionada ao Governador do Estado, assinada por vários imigrantes espanhóis, divididos entre solteiros e casados. Esse documento foi encontrado em duas versões, uma no idioma espanhol e outra em Português.

Das mais de dez reclamações elencadas pelo coletivo de imigrantes, chama a atenção a que trata do tratamento desigual dado pela administração em relação aos nacionais, que se expressava em salários diferenciados, estes percebiam valores superiores, além de os trabalhos mais pesados ficarem com aqueles; houve, ainda, a suspensão de trabalhos, muitos foram demitidos e exigiam trabalho ou passagens gratuitas para os estados do Rio de Janeiro ou São Paulo; pediam o imediato cumprimento das obrigações do Governo do Estado definidas no contrato assinado pelas partes.

Fica explícito que os imigrantes espanhóis foram sujeitos centrais no processo de produção do espaço da colônia de Benjamin Constant e da sua expansão para as proximidades do rio Urumajó. SIQUEIRA, (2008) demonstra a dimensão dos espaços de produção ao comentar sobre o alcance espacial do prolongamento da Estrada de Ferro de Benjamin Constant até a “Parada do 29”, transpondo o rio Tijoca, feito em 1931, sendo responsável pelo escoamento da produção diária de Benjamin Constant, Tijoca, Patal, Caratateua, Campinho, Cacoal, Imborai e Aturiaí.

No início, a dimensão dos lotes e a falta de um eixo integrador, no caso a ferrovia, contribuiu para a formação de uma organização espacial dispersa, que se verifica na composição atual da paisagem, com realidades socioespaciais isoladas, ligadas entre si por longas estradas, a maioria sem asfaltamento, cujo entorno é dominado de capoeira, com rara presença de organização familiar ou comercial.

Essa realidade espacial dispersa que dificultava a circulação de pessoas e mercadorias, ainda é uma condição material da realidade contemporânea, como se observou no trabalho de campo feito na região, por meio do registro iconográfico. Na imagem abaixo se tem um trecho da Travessa do 29, por onde passava o trem:

Figura 18: Travessa do 29 integra a sede de Benjamin Constant à “Parada do 29”, referência ao Km 29, atravessa os antigos lotes agrícolas de colonos espanhóis; por ela o “Trenzinho do 29”. São 7 km que eram percorridos de carroça puxadas por bois, cavalos e a pé.



Fonte: Pesquisa de campo, 11/2024.

Os colonos suplantavam as distâncias levando suas mercadorias por um circuito que integrava as estradas e os cursos d'água, como o rio Jejuí, até chegarem na margem do rio Caeté, de onde seguiam de Batelão¹¹ para Bragança. Assim como procuravam estruturar seus lotes para minimizar a necessidade de deslocamentos contínuos, principalmente aqueles mais distantes do núcleo da colônia.

O estímulo à produção de açúcar, cachaça e rapadura dado pelo Estado para a colônia na época se materializou pela construção de dois engenhos a vapor de uso coletivo, o Paes de Carvalho e Lauro Sodré. Surgiram outros engenhos menores, com tração animal, em diferentes propriedades de imigrantes espanhóis, como das famílias Tameron (Jejuí), Ramalho (Tv. São Francisco), Hernandes (Tv. São Francisco), Monteiro (Tv. Santo Antonio, margem do rio Jejuí), Manim (Tauari, movido a roda d'água), Lourenço Quadros (Alto Urumajó), quase todos imigrantes espanhóis, a exceção deste

¹¹ Batelão é uma embarcação com capacidade de transportar um bom volume de mercadorias, utilizada para transportar cargas pesadas.

último, que era brasileiro, mas a esposa, a Sra. Felipa Alonso, era espanhola¹² (LUZ & ORTIZ, 2013).

Esses engenhos foram muito importantes economicamente e socialmente para a colônia, principalmente os de pequeno porte, neles o processo produtivo se dava do cultivo, colheita e transformação da cana-de-açúcar em açúcar, cachaça e, muitas vezes, rapadura. O envolvimento de quase todo o grupo familiar no trabalho não impedia a necessidade de contratar mais pessoas, aquelas famílias que tinham condições o faziam.

Os engenhos de pequeno porte com tração animal tiveram um papel importante na economia da Colônia, suas atividades regimentavam um grande contingente de pessoas e mão-de-obra (sic), como também faziam um aproveitamento das terras às margens dos igarapés, dentro dos grandes roçados chamados alagados, sendo seu ambiente propício para a cana-de-açúcar. O pessoal envolvido na atividade do engenho era na sua maioria da própria família, mas com a ajuda de contratados, sem nenhum direito social ou participação nos lucros da produção, que iniciavam com as grandes derrubadas e formação de roçados com manutenção e colheita até a confecção dos derivados de cana. (Idem, 2013, p. 50).

A senhora F. B. de Assunção dos Santos (86 anos), residente muitos anos na Vila São João do Enfarrusca, localizada a norte de Benjamin Constant, deu um depoimento sobre a contratação dos moradores de lá para trabalhar para os espanhóis, que pagavam com alimentos pelos trabalhos realizados. (entrevista realizada na sua residência, na cidade de Bragança, em 11/11/2024).

A produção de farinha também foi estimulada, a colônia recebera fornos de cobre para a produção de farinha no mesmo período da instalação dos engenhos Paes de Carvalho e Lauro Sodré, atividade que até o presente ainda é realizada pelos descendentes dos imigrantes espanhóis na região da antiga colônia¹³. Da mesma forma, o cultivo do tabaco se expandiu, principalmente pelo fato de o mesmo ser utilizado na defumação da borracha, principalmente no Estado do Amazonas.

¹² A família Tameron chegou na colônia em 12/1896, de Orense (Galícia), a Ramalho em 11/1896, vinda de Zamora, a Hernandes em 12/1896 e 07/1898, de Zamora, e 06/1898 de Salamanca, a Monteiro em 10/1896, de Salamanca, a família Alonso em 1898, vinda de Zamora. Fonte: Arquivo Público do Estado do Pará, Seção: Obras Públicas, Fundo: Repartição de Obras Públicas Terras e Colonização, Série: Colonização (Núcleos), pasta, Ano: 1896-1900, Caixa: 06.

¹³ Foi no Governo de Paes de Carvalho (1897-1900) que esses engenhos e fornos de cobre passaram a fazer parte da realidade da colônia. Paes de Carvalho e Lauro Sodré (1891-1897) foram governadores republicanos que defenderam, estruturaram e viabilizaram a imigração estrangeira na Zona Bragantina.

Pelo exposto, já se pode delinear a participação dos imigrantes espanhóis na produção do espaço não só de Benjamin Constant, mas também da cidade de Bragança, já que houve famílias que emigraram para esta cidade por oferecer serviços inexistentes na colônia, possuir melhor infraestrutura, assim como decorrência da acumulação de capital que se traduzia na ampliação e diversificação dos seus empreendimentos, as atividades socioeconômicas por eles desenvolvidas e as mudanças socioespaciais delas decorrentes.

Esse delineamento incide, ainda, sobre o destino desses imigrantes que se projetaram pela política de colonização do Estado, bem como aponta alguns caminhos daquelas pessoas que migraram por meio dessa política, mas que não ficaram, se dispersaram pelo espaço nacional e mundial. Procura-se, dessa forma, responder as questões levantadas e alcançar os objetivos propostos neste trabalho.

4.2. INSERÇÃO SOCIOESPACIAL DOS IMIGRANTES ESPANHÓIS NA COLÔNIA AGRÍCOLA DE BENJAMIN CONSTANT E CIDADE DE BRAGANÇA

4.2.1. ATIVIDADES SOCIOECONÔMICAS DESENVOLVIDAS

Pelo que já foi exposto a partir da pesquisa realizada, os imigrantes espanhóis foram inseridos na política de colonização do Estado (instância estadual) projetados ao desenvolvimento de atividades agroindustriais. O estímulo foi dado para que se plantasse, colhesse e transformasse a matéria-prima em mercadoria. Do cultivo da cana-de-açúcar à produção de aguardente (Cachaça), de açúcar, rapadura, mel. A produção de farinha, o cultivo do tabaco, do algodão, do arroz. Foram nessas atividades que participaram na dinâmica social do lugar.

Muitas pessoas vieram para o Pará registradas como agricultores, lavradores, na sua grande maioria, no entanto, se encontrou documentos que indicam outras profissões, como Alfaiate, carpinteiro, sapateiro, padeiro, fato confirmado pelos descendentes dos espanhóis entrevistados. Muitas não ficaram na colônia, foram para a cidade de Bragança, Belém e outros lugares, assim como retornaram a Espanha, sobretudo no período que a política de incentivo à imigração acabou, em 1902.¹⁴

Algumas famílias se inseriram em atividades comerciais, se tornaram comerciantes destacados, na cidade de Bragança, compravam as mercadorias dos

¹⁴ PENTEADO informou que no núcleo de Benjamin Constant foram assentados 2.551 imigrantes, distribuídos em 527 lotes agrícolas (1968).

produtores agrícolas da colônia para revender, muitas vezes para fora do Pará. Houve aquelas que migraram, mas não abandonaram as atividades agrícolas da colônia, ampliaram os seus negócios e desenvolveram um perfil agroindustrial.¹⁵

Na pesquisa realizada no Cartório do Primeiro Ofício de Bragança, no acervo do extinto Cartório do Tijoca, da Colônia de Benjamin Constant, registros de nascimentos, Livros 01 (1921-1925), 02 (1925-1929), 03 (1929-1933) e 04 (1933-1938) predominaram as atividades agrícolas nas práticas dos espanhóis, mas se observa que o comércio foi a opção para algumas famílias. Se depreendeu, ainda, que algumas famílias têm nos registros dos seus primeiros filhos, a agricultura como atividade de ocupação, mas em anos posteriores já registraram o comércio.

Foi o caso da família de Germano (Germán) Garcia Rodrigues. Nos anos de 1922 e 1923 seu trabalho era de lavrador, mas nos anos de 1924, 1925 e 1928 em diante passou a ser de comerciante. Não se conseguiu manter contato com seus descendentes, mas o que foi levantado de documentação no cartório e nos trabalhos de campo realizados no município de Bragança, se pode afirmar que o mesmo teve uma inserção socioespacial muito relevante na vida da sociedade bragantina¹⁶.

Germano G. Rodrigues se casou com Sinforosa Castanho, também imigrante espanhola, uma das primeiras famílias a chegar em Benjamin Constant, em 1896, tiveram muitos filhos/as, como comprovam os registros de nascimentos dos seus descendentes diretos. O que chamou a atenção foi o registro de Escolas públicas com o seu nome, na Vila do Treme, e de um filho seu, Manoel Julião Garcia Castanho, em uma escola na periferia da cidade e em placa de reconstrução também de uma escola estadual na Vila-Cuera, na qual indica que era Secretário da Fazenda do município de Bragança.

Figura 19: Escola Estadual de Ensino Fundamental Germano Garcia Rodrigues, localizada na Vila do Treme, no município de Bragança. A Paisagem registra e guarda o tempo histórico da imigração espanhola na Amazônia paraense

¹⁵ O termo agroindustrial é utilizado no sentido de se ter uma integração entre as atividades agrícolas e aquelas que exigiam uma transformação artesanal da matéria-prima, por meio da utilização de equipamentos mecânicos (vapor ou água), o que caracterizava a produção de produtos manufaturados, como a cachaça e o açúcar.

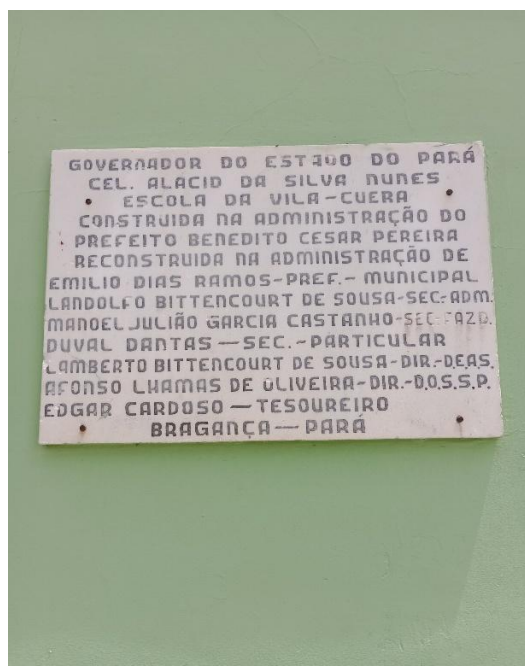
¹⁶ Germán Garcia Rodrigues chegou da Espanha (Salamanca), com 12 anos de idade, na companhia de seu pai, Angel Garcia Rodrigues (45 anos), no ano de 1898. Ambos seguiram da Hospedaria dos Imigrantes de Outeiro para Benjamin Constant em 21/04/1898. Fonte: Arquivo Público do Estado do Pará, Seção: Obras Públicas, Fundo: Repartição de Obras Públicas Terras e Colonização, Série: Colonização (Núcleos), pasta, Ano: 1896-1900, Caixa: 06.



Fonte: (trabalho de campo realizado em 11/2024).

Não se conseguiu fazer contato com descendentes da família Garcia Rodrigues e Castanho para obter informações mais precisas sobre o papel social desempenhado por Germano G. Rodrigues, mas já se tem conhecimento da inserção política de algumas famílias de espanhóis e de seus descendentes, como registra a placa da Vila Cuera, já mencionada acima:

Figura 20: esta placa é significativa da presença espanhola na produção do espaço social de Bragança. Na sua reconstrução o prefeito, Emílio Ramos, era filho de imigrantes espanhóis, assim como se tem dois descendentes, o filho de Germano Garcia Rodrigues, Julião G. Castanho e um da família Lhamas (Llamas), Afonso Lhamas Oliveira. Landolfo B. de Souza casado com filha de espanhóis



Fonte: (trabalho de campo, 11/2024).

Nos registros pesquisados do Cartório do Primeiro Ofício de Bragança foram identificadas famílias que tinham o comércio como atividade central, condição confirmada por seus descendentes entrevistados, assim como por pesquisas realizadas sobre a imigração espanhola em Benjamin Constant e Bragança (LUZ e ORTIZ, 2013; SMITH J., 2012) e pelos registros de formas espaciais na paisagem de ambos¹⁷. Foram oito (8) famílias identificadas, embora se tenha conhecimento de que algumas se envolviam em atividades diversificadas.

Essas mesmas famílias também tiveram seus estabelecimentos identificados no recenseamento rural feito pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, realizado em setembro de 1920 e publicado em 1927. De uma listagem de mais de dois mil estabelecimentos com forte presença de sobrenomes espanhóis, se fez a transcrição das propriedades dos espanhóis e suas localidades que foram identificados nos documentos do Arquivo Público e nos relatos dos informantes diretamente vinculados à imigração espanhola:

Tabela 4: Relação dos estabelecimentos rurais dos imigrantes espanhóis no município de Bragança

¹⁷ Na paisagem de Bragança se tem formas espaciais que guardam o tempo das atividades comerciais desenvolvidas pelos imigrantes espanhóis, hoje, a exemplo da Casa Madri, antiga residência e comércio de Julião Risuenho Grande e Gertrudes Castanho Peinado, hoje é um hotel referência da cidade, o prédio das lojas Liliane, antiga residência e comércio da família Turriel. (Pesquisa de campo, 11/2024).

ITEM	PROPRIETÁRIOS	NOME DO ESTABELECIMENTO (OU LOCALIDADE)	
33	Manoel Ignácio Gomes	Colonia Benjamin Constant	espanhol
47	Gregório Fidalgo	Colonia Benjamin Constant	espanhol
184	Clemente Eloy	Atoleiro	espanhol
1325	André Resueño e outros	Benjamin Constant	espanhol
1326	José Benito Vasquez	Benjamin Constant	espanhol
1363	André Resueño Grande	Colonia Benjamin Constant	espanhol
1380	Germano Garcia Rodrigues	Colonia Benjamin Constant	espanhol
1414	Gregório Castello de Martins e outros	Flor Santo Antônio	espanhol
1493	Manuel Lhamas Veiga	Bacuryteúa	espanhol
2017	João Martins Lourenço	Estrada Alta da Tijóca	espanhol
2019	Ângelo Castanho	Estrada Alta da Tijóca	espanhol
2020	Antônio Callado Benito	Estrada Alta da Tijóca	espanhol
2059	Theodoro G. Martins	Estrado do Sul	espanhol
2060	Vicenta Ramos Navarro	Estrado do Sul	espanhola
3061	João José Gonçalves	Estrado do Sul	espanhol
2062	Julião Risueño Grande	Estrado do Sul	espanhol
2085	Sebastião Calvo Benito	Colonia Benjamin Constant	espanhol
2086	Maria Penado	Colonia Benjamin Constant	espanhola
2089	Marcello Castanho	Colonia Benjamin Constant	espanhol
2091	Lazaro Gonzalez	Ramal Benjamin Constant	espanhol
2456	Manuel Maciel Monteiro	Laranjal	espanhol
2578	Pedro Rodrigues	São Benedicto	espanhol
2713	Antônio Risueño Grande	Estrada do Piriá	espanhol
2787	Segundo Delgado	Ananinteua	espanhol
2788	Nicolau Fernandes Garcia	Colonia Benjamin Constant	espanhol
2795	Urbano Gardunho Martins	Colonia Benjamin Constant	espanhol
2805	Domingos Alonso	Miryteua	espanhol
2826	Ângelo Risueño Grande	Colonia Benjamin Constant	espanhol

Fonte: BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Directoria Geral de Estatística. Relação dos proprietários dos estabelecimentos ruraes recenseados no Estado do Pará. In: **Recenseamento do Brazil**: realizado em 1 de setembro de 1920. Rio de Janeiro: Typ. Da Estatística, 1927.

São vinte e oito estabelecimentos de espanhóis que chegaram ao Pará entre 1896 e 1898, que se inseriram na sociedade local ora envolvidos em atividades agrícolas, ora

com o comércio ou em ambos, a um só tempo. Se observou, nos trabalhos de campo, a continuidade de algumas dessas atividades pelos/as descendentes, contextualizadas ao espaço-tempo presentes, portanto, com outros produtos e mercadorias, assim como outras foram subtraídas e esquecidas.

Figura 21: na feira livre de Bragança, a paisagem revela a relação de proximidade entre atividades agrícolas e comerciais dos imigrantes espanhóis. Na figura, uma banca de venda de farinha de descendentes de imigrantes espanhóis, da família Risuenho, uma das pioneiras na antiga colônia agrícola de Benjamin Constant, se destacou no segmento comercial do município



Fonte: Pesquisa de campo, 10/2024).

As atividades agrícolas e comerciais foram as que mais os imigrantes se envolveram. Como já foi comentado, muitos plantavam, colhiam e depois iam vender em Bragança. Nesse processo histórico, algumas pessoas inovaram nos seus trabalhos, com a introdução de instrumentos que otimizaram o processo produtivo, a exemplo da roda raiada, enfatizada por LUZ e ORTIZ:

Veio também com o imigrante uma revolução no transporte de cargas, a carroça com rodas raiadas e com ferragem, puxada por uma “junta de bois”, podendo transportar até 600kg, ou 10 sacos de cereais, haja vista que as práticas de transportes usadas pelos nativos da região eram nas próprias costas, em cavalos ou até mesmo em carro de boi todo de madeira puxado por um só animal, com menos capacidade de carga. (2013, p. 42).

O cultivo do tabaco também recebeu inovações dos imigrantes espanhóis, com a máquina de prensar, criada por um integrante da família Colino, Cirilo Colino, que chegara da Espanha no ano de 1896, com 9 anos de idade, acompanhado de seus pais e mais um irmão.¹⁸

Figura 22: Máquina de prensar tabaco desenvolvida pelo imigrante espanhol Cirilo Colino



Fonte: acervo pessoal do descendente de imigrantes espanhóis da família Alonso, José Maria Quadros de Alencar. (09/2023).

As produções de tabaco, farinha, cachaça, açúcar, milho receberam essa contribuição da imigração espanhola, assim como a atividade comercial local e regional, a colônia se destacou, suas atividades ganharam um grande impulso após a construção da Estrada de Ferro de Benjamin Constant, em 1908, algumas famílias migraram para a cidade de Bragança, criaram empresas, associações, farmácias, restaurante, juntaram esforços e conseguiram diversificar as suas atividades, processo que leva SMITH JR. a fazer o depoimento abaixo:

Não há dados suficientes para afirmar que houve fracasso econômico nas colônias de migração estrangeira, haja vista que os arquivos de cartório da região Bragantina guardarem documentos até os dias de hoje, que comprovam um tempo em que o comércio e a produção estavam em processo de crescimento. A economia aquecida possibilitou maior poder aquisitivo das famílias, fazendo-as saírem do núcleo de Benjamin Constant e ir morar em cidades mais próximas, como Bragança, às margens do rio Caeté. Decisão

¹⁸ No dia 30/11/1896 foram enviados para a colônia o Sr. Lorenzo Colino (47 anos), a Sra. Victoriana Colino (30 anos) e seus filhos Candido (14 anos) e Cirilo (9 anos). Fonte: Arquivo Público do Estado do Pará, Seção: Obras Públicas, Fundo: Repartição de Obras Públicas Terras e Colonização, Série: Colonização (Núcleos), pasta, Ano: 1896-1900, Caixa: 06.

tomada em virtude do (sic) comércio da cidade oferecer melhores oportunidades para negociar os produtos cultivados na colônia de Benjamin Constant. Os imigrantes morando em Bragança teriam maior facilidade para que seus produtos fossem escoados pela estrada de ferro de Belém-Bragança. (2013, p. 124).

Esse processo não foi rápido, pelo que se levantou, com algumas exceções, as famílias que se destacaram no segmento do comércio permaneceram na colônia até meados da década de 1920, como indica o recenseamento do Ministério da Fazenda acima transcrito, portanto um período posterior ao grande fluxo da imigração espanhola para Bragança (1896-1900), mas é inegável que houve um contexto de dinamização da economia de Bragança no qual os imigrantes tiveram uma participação destacada na comercialização dos produtos oriundos de Benjamin Constant, conforme demonstram documentos existentes nos cartórios de Bragança, que comprovam acumulação de capital de algumas famílias espanholas.

O que se observou entre algumas famílias foi a relação univitelina, indissociável entre os espaços de produção e os de circulação das mercadorias na organização dos seus negócios. Plantavam, colhiam e levavam para vender nos seus comércios, outras se dedicaram apenas às atividades comerciais, embora comprassem o que era produzido na colônia para revender.

A questão do fracasso econômico das colônias agrícolas que receberam imigrantes estrangeiros só pode ser vislumbrada na perspectiva dos anseios do Estado, da sua incapacidade de gerar as condições que estimulassem os imigrantes a permanecerem nesses espaços e, por meio de seus trabalhos, garantir o papel projetado à região de ser um celeiro agropecuário que desse suporte à demanda de consumo de Belém e sua hinterlândia forjada pela economia da borracha.

Pelo volume do fluxo migratório de espanhóis para Bragança, as famílias que ficaram não representam um significativo percentual desse total, isso do ponto de vista quantitativo. Então faz sentido dizer que a colonização dirigida de imigrantes estrangeiros nas colônias agrícolas foi um fracasso, sendo extinta a partir do governo de Augusto Montenegro, com a emancipação das colônias agrícolas e substituída pela imigração de nacionais.¹⁹

¹⁹ Emancipar significava que as colônias agrícolas saíram da tutela do Estado, deixavam de ter os provimentos dado por este, como alimentos e instrumentos de trabalho aos colonos, assim como a dotação de infraestrutura; Benjamin Constant foi incorporada ao município de Bragança. (OLIVEIRA, 2008).

Mas a quantificação é apenas um indicador matemático que não apreende as relações sociais nos seus desdobramentos, dessa forma se vai ao encontro da compreensão de SMITH JR., (2012) sobre o papel relevante dos imigrantes espanhóis na dinâmica econômica de Bragança. Os que ficaram contribuíram para o fortalecimento da economia pelo envolvimento na agricultura, no comércio e com a sua força de trabalho em outras atividades.

Suas contribuições tiveram níveis de intensidade diferenciadas. A literatura produzida sobre esses imigrantes indica algumas famílias que se destacaram, formaram uma elite econômica e, algumas vezes política, que se destacou na participação da vida da sociedade bragantina naquele contexto do final do século XIX e início do século XX. (GARCIA, 2017; LUZ e ORTIZ, 2013; OLIVEIRA, 2008; SIQUEIRA, 2008; SMITH JR., 2012). Essas famílias foram pioneiras na colônia de Benjamin Constant, chegaram no período de 1896 a 1898 e seus descendentes estão presentes em Bragança, assim como no entorno daquela.

As famílias Castanho Peinado, Risuenho Grande, Lourenço Turiel, Fernandes, Garcia, Garcia Rodrigues, Gardunho Espinhaço, Macias, Alonso, Monteiro, Garrido, Blanco, Dias Ramos, Valadares Martins, ainda se fazem presentes na sociedade bragantina contemporânea, assim como em outros espaços, como Belém e outras cidades do nordeste paraense. Essas famílias se internalizaram na sociedade de Bragança, construíram outros troncos familiares com portugueses, paraenses, cearenses, potiguaras e entre si.

Algumas já foram realçadas em trabalhos acadêmicos, as contribuições que deram à economia e outras atividades à sociedade bragantina. Outras ainda não tinham tido uma atenção mais aprofundada do papel social desempenhado por elas, de suas Inserções socioespaciais, muitas não se têm muitas informações e houve aquelas que se dispersaram, tomaram outros destinos.

Com o objetivo de demonstrar como se deu a Inserção Socioespacial dos imigrantes espanhóis, de revelar o papel dos mesmos no processo de produção do espaço, serão apresentadas as famílias que se conseguiu traçar suas trajetórias, suas inserções, as transformações na paisagem decorrentes das suas ações, assim como para onde foram as que não ficaram nos seus espaços de destino.

4.2.2. AS FAMÍLIAS DE IMIGRANTES ESPANHÓIS: INSERÇÃO SOCIOESPACIAL E DESTINO/DISPERSÃO

Entre as famílias pioneiras que chegaram em Benjamin Constant se destacam os Castanho Peinado. No mês de agosto de 1896 embarcaram no Vapor Paraense do Porto de Vigo, na Região autônoma da Galícia, com destino a Belém, precisamente à Hospedaria dos Imigrantes de Outeiro, a partir de contrato estabelecido por Emílio A. de Castro Martins. Vieram o Sr. Angel Castaño Cenizo (45 a.), sua esposa, a Sra. Maria Concepción Peinado Muñoz (41 a.) e seus filhos Gertrudes Castanho Peinado (15 a.), Marcelo Castaño Peinado (13 a.), Izidra Castaño Peinado (12 a.), Sinforosa Castaño Peinado (10 a.), Maria Castaño Peinado (4 a.) e Agapita Castanho Peinado (1 a.).²⁰

Saíram da Hotelaria de Outeiro no dia 7 de setembro para Belém e no outro dia (8) seguiram para Bragança, como sugere o documento analisado, já que se tem essas duas datas registradas na primeira e última página, respectivamente. Indica, ainda, o embarque de uma família de espanhóis de Belém, Llamas Veiga, que se destacou no segmento do comércio de Bragança, posteriormente.

Figura 23: Fragmento da Lista de Embarque da Hotelaria dos Imigrantes de Outeiro para a colônia de Benjamin Constant, datada de 8/09/1896, com registro da família Castanho

NOMES	Idade	SEXO	Parentesco	Origem	Profissão	Observação
1. Juan, Castaño Peinado	45	M	Cap	Galícia	Comerciante	
2. Maria, Castaño Peinado	41	F	Esposa	Galícia		
3. Gertrudes, Castaño Peinado	15	F	Filha	Galícia		
4. Marcelo, Castaño Peinado	13	M	Filho	Galícia		
5. Izidra, Castaño Peinado	12	F	Filha	Galícia		
6. Sinforosa, Castaño Peinado	10	F	Filha	Galícia		
7. Maria, Castaño Peinado	4	F	Filha	Galícia		
8. Agapita, Castanho Peinado	1	F	Filha	Galícia		

²⁰ Fonte: Arquivo Público do Estado do Pará: Seção Obras Públicas: Fundo: Inspetoria de Terras e Colonização: Série Ofícios: Ano: 1896, Caixa: (Lista de Passageiros); Pasta 01. Eram 5 famílias, que totalizavam 29 pessoas, com idade entre 1 e 60 anos.

Os Castanho Peinado vieram da Região de Castilla y León, Salamanca, o pai nasceu em Ciudad Rodrigo, a mãe é de Castillejo de Martin Viejo e o filho e as filhas são de Carpio de Azaba. Em Benjamin Constant se diversificaram, seus membros se casaram com membros de outras famílias de imigrantes espanhóis e consolidaram outros troncos familiares que tiveram uma Inserção Socioespacial que deixou marcas da mesma no espaço e na paisagem do Município de Bragança.

Outro tronco familiar de origem espanhola que se destacou pela atuação no comércio bragantino foi a família Castanho. No cartório Antônio Pereira, de Bragança, podem ser encontradas também algumas das posses do comerciante Marcelo Castanho, que apesar de morador do núcleo de Benjamin Constant fez grandes investimentos em imóveis de valor na cidade de Bragança. Foi casado com Simpliciana Gardunho, filha do espanhol Teodoro Gardunho. Marcelo Castanho fez vários investimentos na cidade de Bragança, como compra de imóveis e terrenos. Dentre vários documentos encontrados no cartório, se observa a descrição de um imóvel que tinha a dupla função de comércio e residência. (SMITH JR., 2012, p. 128).

Como enfatiza o texto acima, a atividade comercial era o negócio principal da família, embora trabalhassem, também, com agricultura, com o cultivo do milho, arroz, tabaco e mandioca. Marcelo Castaño Peinado tinha 13 anos de idade aquando de sua chegada em Benjamin Constant, conforme indica a Figura 22. Constituiu família com Cypriana Gardunho Espinaso, também imigrante espanhola, tiveram 11 filhos/as, um filho de nome Marcelino Castanho Gardunho se destacou, proprietário da “Loja Santos Castanho”, um comércio bem diversificado. Também teve inserção na vida política de Bragança, exerceu o cargo que hoje se iguala a vereador, o que explica uma Travessa ter o seu nome.

Figura 24: Travessa com a denominação relacionada à família Castanho



Fonte: Pesquisa de campo, 11/ 2024.

Um outro filho do casal Castanho Gardunho que também se destacou foi o Álvaro Castanho Gardunho, desenvolveu suas atividades no ramo da indústria metalúrgica, faleceu em 2006, mas seus descendentes deram continuidade a essa atividade, como se pode observar as formas espaciais na Paisagem contemporânea de Bragança:

Figuras 25 e 26: vista panorâmica da metalúrgica da família Castanho no centro da cidade e o arco na sua entrada são a materialidade de seu papel histórico na vida social e econômica de Bragança



Fonte: Pesquisa de campo, 10/2024.

A família criou uma associação a “Vasconcelos e Castanho”, empresa de comércio de manufaturados, bem estruturada, com veículo próprio para o transporte de açúcar, assim como de arroz já beneficiado na usina de sua propriedade, localizada em Bragança (OLIVEIRA, 2008). A relação indissociável entre a agricultura e o comércio nos negócios da família se expressava no seu Circuito Espacial da Produção²¹, desde o cultivo (tabaco, cana, arroz) em Benjamin Constant até o consumo em Bragança ou em outros lugares.

Figura 27: Chácara da família Castanho, na BR 308, no município de Bragança



Fonte: Pesquisa de campo, 10/2024.

A família Gardunho chegou dois anos depois em Benjamin Constant, no mês de outubro de 1898, conforme a lista de imigrantes espanhóis da Hotelaria de Outeiro, o que

²¹ Circuitos Espaciais da Produção é um conceito elaborado por SANTOS, (1996) que diz respeito à espacialidade das etapas do processo produtivo de um bem/mercadoria, que açambara a sua produção, distribuição e consumo. Assim, incorpora desde o espaço do plantio até o de consumo do açúcar, por exemplo.

indica que a vinda da Espanha para o Pará se deu entre os meses de setembro e outubro. Eram seis pessoas, o Sr. Teodoro Garduño Ceniso (42 anos), lavrador, sua esposa Josefa Espinaso Moro (39 a.), mais quatro filhos, a Cypriana Garduño Espinaso (14 a.), Urbano Garduño Espinaso (7 a.), Vitoriana Garduño Espinaso (4 a.) e Eladia Garduño Espinaso (10 meses), todos da Província de Salamanca, na comunidade autônoma de Castilla e León.

Figura 28: Fragmento da Lista de Embarque da Hotelaria dos Imigrantes de Outeiro, do dia 6 de outubro de 1898, com registro da família Garduño Espinaso

Nº	NOMES	IDADES		Sexo	Parentesco	Origem	Profissão	Observações
		Idade em anos	Idade em meses					
31	Teodoro Garduño Espinaso	42		M	Padre	Salamanca	Lavrador	
32	Josefa Espinaso Moro	39		F	Mulher	Salamanca		
33	Cypriana Garduño Espinaso	14		F	Filha	Salamanca		
34	Urbano Garduño Espinaso	7		M	Filho	Salamanca		
35	Vitoriana Garduño Espinaso	4		F	Filha	Salamanca		
36	Eladia Garduño Espinaso	10 meses		F	Filha	Salamanca		

Dependência de Teodoro e Josefa, 6 de outubro de 1898.
D. Bernardino, 1.º Intendente das Obras

Fonte: Arquivo Público do Estado do Pará, Seção: Obras Públicas, Fundo: Repartição de Obras Públicas Terras e Colonização, Série: Colonização (Núcleos), pasta, Ano: 1896-1900, Caixa: 06.

Um descendente da família, o Sr. D. Valadares Martins, neto de Urbano G., informou que seus antepassados eram do município de Castillejo de Martin Viejo (entrevista realizada em setembro/2025). E que os pais de seu avô, Teodoro e Josefa, exerciam a profissão de jornaleiro/a:

Nos registros de nascimento do vovô consta que os pais deles (sic) o Teodoro e a Josefa, seriam jornaleiros na Espanha. (Dário Valadares Martins, entrevista realizada por meio digital (2/10/2025).

Outras informações foram repassadas sobre as atividades desenvolvidas pela família em Benjamin Constant, as mesmas corroboraram e aprofundaram com mais riqueza de detalhes o que se tinha levantado sobre a produção agrícola e o comércio. O Sr. Urbano Gardunho chegou criança na colônia, já adulto se casou com a brasileira Aurora Valadares Martins, filha de imigrantes espanhóis que chegaram na colônia em

1896, provenientes de Lugo (Galícia)²². A inserção socioespacial deles está vinculada ao trabalho com a terra e, sobretudo, com a produção de cachaça.

Como já se comentou acima, a existência de engenhos acompanhou a produção e organização do espaço de Benjamin Constant. No trabalho de LUZ & ORTIZ (2013), as informações sobre a existência desses engenhos se deram por meio de entrevista feita com um descendente da segunda geração da família Monteiro, em 2011, na época com 63 anos. Seu pai, o Sr. A. Monteiro, relatou à autoria a existência de outros engenhos na região, na entrevista concedida no ano de 2023, como o do espanhol Urbano Gardunho Espinaso, no Km 29, informação confirmada pelo seu neto, o Sr. Dário Valadares Martins (Martin).

Outro descendente da família, também neto do Sr. Urbano Garduño, fez o seguinte depoimento:

Eu me lembro que eles plantavam tabaco, milho e a cana de açúcar, que é a que fazia cachaça, eu não sei se faziam algum derivado da cachaça, a senhora que ficou com o engenho que produzia cachaça, destilaria, Dona Laura, faleceu a pouco tempo, um ano atrás mais ou menos, era inclusive afilhada da avó Aurora e o filho dela é que hoje em dia toma conta da destilaria e que às vezes vende cachaça lá....lembrando que a cachaça Caeté que era produzida pelo vô Urbano continua sendo produzida, atualmente por esse rapaz que é filho da Dona Laura é uma cachaça artesanal que é produzida em pequena quantidade bem cara, né, eu não sei se ela é sessenta ou setenta reais a garrafa de 700 ml, né, e uma quantidade pequena. (depoimento dado por Paulo Martins César para seu primo, Dário Valadares Martins, em 2/10/2025).

A produção de cachaça de modo artesanal foi uma prática dos espanhóis que se estendeu até os dias atuais. A cachaça Caeté hoje é uma referência como símbolo da identidade de Bragança, seu envelhecimento é feito em barris de madeira de carvalho, canela e amburana, madeiras apropriadas para esse fim, mas não se pode afirmar que o nome “Caeté” tenha sido criado pelo casal Urbano Garduño e Aurora V. Martins. O Sr. Dário Martins informou que:

²² Os pais de Aurora Martins também vieram ao Pará por meio da Política de Imigração do Estado. Seu pai, Juan Manuel Dias Valladares foi identificado na lista de espanhóis da Hotelaria dos imigrantes que foram para Bragança, do dia 30/11/1896; (faleceu em Belém, em 1961); não se encontrou nessas listas o registro da sua mãe, Balbina Billa Galego, já nos de Cartório há registros de nascimento de netos/as que indicam que havia falecido em Benjamin Constant. Fonte: Arquivo Público do Estado do Pará, Seção: Obras Públicas, Fundo: Repartição de Obras Públicas Terras e Colonização, Série: Colonização (Núcleos), pasta, Ano: 1896-1900, Caixa: 06.

Documentação do antigo Cartório do Tijoca; Registro de Nascimentos, (1921-1925); Cartório do Primeiro Ofício, Bragança-Pará.

A um tempo atrás, um dos primos mandou um artigo de jornal, onde aquele sr (sic) que fabrica cachaça em Bragança, disse na entrevista que aprendeu a fazer cachaça com o meu avó, e q a minha avó é que era a linha de frente, tanto que sofreu um acidente na moenda e perdeu 3 dedos da mão (sic), já procurei esse artigo queria mandar p o sr, mas não achei e o meu primo também, mas vou continuar buscando por aqui (depoimento dado à autoria por meio de mensagem escrita enviada por celular, em 01/10/2025).

A família diversificou suas atividades econômicas, integrou agricultura e comércio e, gradativamente, se consolidou neste. Os registros de Cartório apontam essa mudança, eram agricultores/lavradores, inicialmente até a década de 1920 e comerciantes na década de 1930, reforçada pelos depoimentos dos familiares e de outras pessoas de Bragança.

Essa mudança se deu espacialmente, pois migraram para Bragança, abriram uma padaria, “Padaria Aldeense”, localizada no Bairro da Aldeia, sendo a mais antiga da cidade. Posteriormente, após o falecimento do Sr. Urbano e da Sra. Aurora Martins, em Belém, a sua administração ficou sob a responsabilidade do seu filho, Oswaldo Gardunho Martins, depois do seu neto, Oswaldo S. Martins, que encerrou suas atividades no ano de 2022. Não se conseguiu obter informações sobre as motivações que levaram à finalização das suas atividades.

Com a obrigatoriedade de Registro permanente estabelecido por Getúlio Vargas no período do Estado Novo (1937-1938), por meio do Decreto-Lei de número 406, de 4 de maio de 1938²³, o Sr. Urbano realizou o seu em 1938, no qual declara a existência de uma empresa, J. Martins & Irmãos (ANEXO I). Nesse documento, suas declarações relacionadas ao ano de chegada no Brasil, sua idade, não são as mesmas encontradas nos documentos do Arquivo Público²⁴, uma situação constante na história documental dos imigrantes espanhóis do período analisado. O Sr. Dário V. Martins, neto de Urbano Gardunho, apresentou o registro de nascimento deste, que vai ao encontro do seu depoimento, em 1938.

Do mesmo modo se identificou nos documentos analisados, uma mudança nos sobrenomes da família, tanto na grafia, como pela substituição de um sobrenome por

²³ Esse Decreto-Lei tinha como objetivo o controle da população estrangeira no Brasil, seja de entradas e permanências. Todas as pessoas estrangeiras com idade menor que 60 anos eram obrigadas a fazer o Registro Permanente.

²⁴ Nos documentos do Arquivo Público sua data de embarque para a colônia é no ano de 1898, com idade de 7 anos, diferente das afirmações dadas no Registro Permanente sem comprovação documental, no qual sua chegada é no dia 2/11/1896, sendo que não se encontrou documentos com essa data.

outro, sem a sua identificação na árvore genealógica. O sobrenome “Espinaso” aparece escrito “Espinazo” no mesmo período, posteriormente foi subtraído e no seu lugar colocaram “Martin” (abrasileirado virou Martins). Um descendente afirmara que a substituição se deu porque Espinaso era motivo de “zombarias” por parte das pessoas, foi que dissera o Sr. Urbano.

Como outras famílias de imigrantes espanhóis, a família Garduño/Gardunho Espinaso/Martins se diversificou, criou outros troncos pela união das filhas e filho com imigrantes espanhóis e nacionais, alguns filhos/filhas de espanhóis, a exemplo do Sr. Urbano que construiu família com a Sra. Aurora, paraense, mas filha de imigrantes espanhóis, e sua irmã, Cypriana com Marcelo Castanho (ambos chegaram criança da Espanha para a colônia), como já se demonstrou.

Da família que chegou em 1898, o casal, Teodoro e Josefa, mais quatro filhos, três mulheres (Cypriana, Victoriana e Eladia) e um homem (Urbano Garduño), todos se inseriram na sociedade, constituíram outras famílias e terminaram de escrever as suas histórias no território paraense, conforme se levantou a partir de documentos e depoimentos de seus descendentes, alguns em Bragança (Teodoro faleceu em Bragança, no ano de 1935 e Josefa na colônia de Benjamin Constant, o filho Urbano em Belém, na década de 1950).

Sobre Eládia, a família informou apenas que era cega e que teve um filho, mas os levantamentos de cartório indicaram que ela casou com um paraense, de nome Roberto Moraes dos Santos, com o qual teve um filho e três filhas.²⁵ Viviam da agricultura em Benjamin Constant, o que demonstra que compôs e fez parte da história local. Faleceu na colônia. Não se tem informações sobre o destino de Victoriana, nenhum documento, nem relatos da sua família.

Outra família que conseguiu uma inserção socioespacial bem significativa em Bragança, envolveu a junção dos Castanho Peinado com os Risuenho Grande, o que resultou nos Risuenho Castanho, pelo casamento de Gertrudes C. Peinado com Julião Risuenho Grande, no início do século XX. Os Castanho Peinado chegaram em 1896, como já se demonstrou, Gertrudes veio com quinze anos de idade, com seus pais, irmão e irmãs.

²⁵ Izaura (29/07/1922), Antenor (29/04/1925), Alzira Moraes (01/07/1927) e Maria Moraes (07/11/1929). Fonte: Livros de Nascimentos, Livros 01 A (1921-1925), 02 (1925-1929) e 03 (1925-1933), do antigo Cartório do Tijoca, hoje sob a guarda do Cartório do Primeiro Ofício de Bragança. (outubro/novembro, 2024).

Os Rizoño (Risuenho) não vieram por meio da colonização subvencionada do governo estadual, mas espontaneamente, os primeiros registros que se tem da família é de 1895, no Porto de Santos, vindos de Fuentes de Oñoro, em Salamanca. De todos que se tem conhecimento há um único registro da sua ida para a colônia de Benjamin Constant, das Listas de Embarque da Hotelaria dos Imigrantes, que é de Angel (Angelo) Risueño Grande (Family Search). Já se encontram registros nos documentos produzidos na colônia, de casamento na Paróquia do Rosário em Bragança, nos registros de nascimento do cartório do Tijoca, dos irmãos Julian, Antônio e André. Da parte do sobrenome “Grande” há documentação de um de seus tios, o Sr. Julian Grande Bravo²⁶, assim como de outras irmãs e irmãos que residiram e findaram suas vidas na colônia.

O imigrante Julian Risuenho foi um comerciante que teve um papel destacado na sociedade de Bragança, tanto na cidade, como em Benjamin Constant, é o que os documentos dizem, mais do que os seus descendentes. Desenvolveu atividades comerciais e sociais nesses espaços, seus herdeiros diretos criaram novos laços familiares com outras famílias de imigrantes espanhóis, assim como de nacionais e paraenses. Se pode afirmar que foi o tronco familiar de imigrantes espanhóis que mais se ampliou, o que fica perceptível ao se analisar a paisagem urbana de Bragança.

A presença de formas espaciais existentes na cidade relacionadas às atividades da família é densa. Se tem as mesmas, tanto nos espaços de predomínio da economia formal, como informal, de hotel à banca de venda de farinha no espaço da feira livre, no bairro da Aldeia, o que denota o caráter diversificado das suas atividades comerciais.

O imigrante Julião se casou com a imigrante Gertrudes em fevereiro de 1906, na colônia de Benjamin Constant. Proprietários do Lote de número 08 da Estrada Sul, se mudaram para Bragança em 1927 e passaram a morar na Travessa Senador José Pinheiro, número 22 (GARCIA, 2017), local que passou a ser residência e comércio. Antes há registro das atividades da família em Benjamin Constant, no Recenseamento realizado em 1920, conforme a figura (número), dos irmãos Ângelo, Antônio, André e Julião.

²⁶ O Sr. Julian Grande Bravo era irmão de Margarida G. Bravo, mãe dos irmãos acima citados, seu nome consta na Lista de Embarque da Hotelaria de Outeiro, de 08/09/1896, acompanhado por duas filhas e dois filhos, assim como de um sobrinho. Nessa Lista, constam os nomes das famílias Llamas e Castanho Peinado. Fonte: Arquivo Público do Estado do Pará, Seção: Obras Públicas, Fundo: Repartição de Obras Públicas Terras e Colonização, Série: Colonização (Núcleos), pasta, Ano: 1896-1900, Caixa: 06.

Em Bragança, Julião fundou a “Casa Madri”, especializada na venda de todo o tipo de tecidos. A estrutura arquitetônica da Casa Madri guarda os traços e valores cultuados do período da borracha, da Belle Époque, caracterizado pelo ecletismo.

Figura 29: Casa Madri, antiga residência e comércio da família Risuenho, atualmente funciona um hotel. Uma Rugosidade, nas palavras de SANTOS (1996), uma forma espacial herdada do passado com uma nova função no presente. Observa-se, ainda, o estilo eclético da edificação, bem ajustado, ao período do “boom” da borracha, ainda que tardio



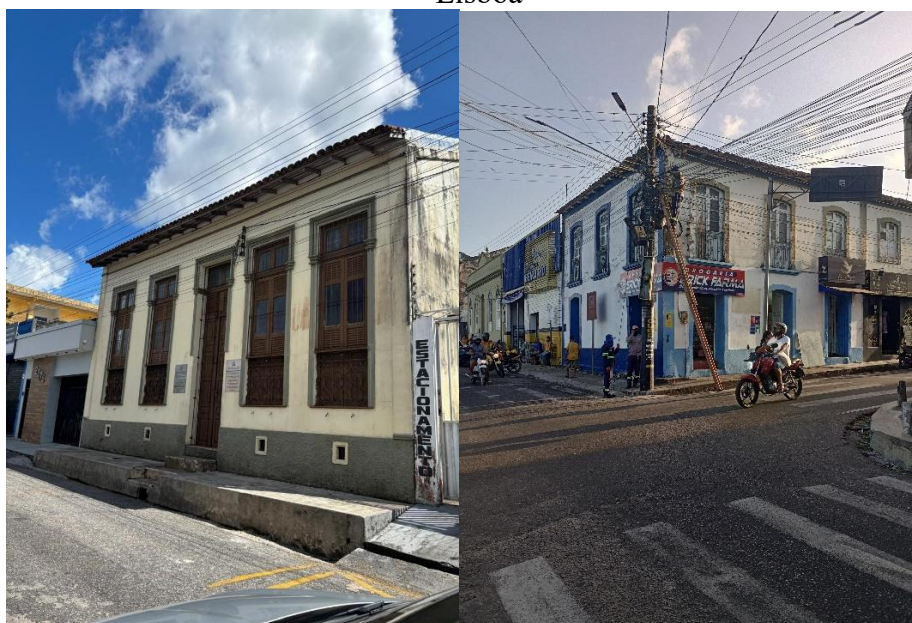
Fonte: Pesquisa de campo realizada em outubro/novembro de 2024.

Após a sua morte, no mês de maio de 1954, na cidade de Bragança, a Casa Madri passou para as mãos de seu filho, Antonio Risuenho Castanho. Nos dias atuais, a Casa Madri, que foi a residência e comércio da família, hoje é um Hotel de luxo voltado ao atendimento de turistas, uma Rugosidade, uma forma espacial produzida no passado que perdeu a sua antiga função social e se reintegrou ao presente com novas funções sociais (SANTOS, 1996, 2006)²⁷.

²⁷ No passado uma casa de comércio, no presente um hotel, uma função social que atende ao turismo, uma das principais atividades econômicas da realidade contemporânea de Bragança.

Um outro filho de Julião e Gertrudes, André Isidoro Risuenho Castanho, também seguiu a tradição da família nas atividades comerciais, só que no segmento farmacêutico, foi proprietário de uma farmácia, a Farmácia Achilles Lisboa, localizada na orla da cidade, onde funciona uma farmácia denominada “Drogaria Erick Farma”, assim como foi sua residência o prédio que já foi o alojamento dos professores/as do Campus de Bragança da Universidade Federal do Pará (UFPA) e no presente funciona o laboratório do seu curso de História.

Figuras 30 e 31: A figura 30 se tem a antiga residência de André Risuenho Castanho, hoje laboratório do curso de História, da Universidade Federal do Pará, Campus de Bragança e a figura 31 é o prédio onde funcionava sua farmácia, denominada Achilles Lisboa



Fonte: Pesquisa de campo realizada em outubro/novembro de 2024.

Da família que chegou primeiramente na colônia, os irmãos Julião, Antonio, Ângelo e André, pelos registros encontrados na pesquisa, os quatro concluíram suas vidas em Bragança. Antonio Risuenho Grande foi comerciante na colônia, se casou com a imigrante espanhola Isabel Calvo Benito²⁸, também comerciante, o registro de sua residência e estabelecimento indica a Estrada do Piriá, conforme a figura (?). Nos

²⁸ Isabel Calvo Benito embarcou de Belém para Benjamin Constant, no dia 8/09/1896 com seus pais Miguel Calvo Gualloso/Collaso e Fernanda Benito Gualloso/Collaso. Fonte: Arquivo Público do Estado do Pará: Seção Obras Públicas: Fundo: Inspetoria de Terras e Colonização: Série Ofícios: Ano: 1896, Caixa: (Lista de Passageiros); Pasta 01; após a morte do Sr. Miguel Calvo, na colônia, a Sra. Fernanda Benito migrou para Belém; Isabel Calvo Benito faleceu em Belém, no ano de 1964. Fontes: acervo do Cartório do Tijoca, Livro 01 A (Nascimentos), Folha 16, Número 28 e documento disponibilizado pelo Family Search, respectivamente.

documentos do Cartório do Tijoca, há a informação que Antonio falecera na colônia e que a sua esposa lá residia.²⁹

O Sr. Angelo Risuenho se casou com a espanhola Olaia/Olalla (Eulália) Sanches Campos³⁰, residiram em Benjamin Constant, ambos comerciantes, tiveram filhos e netos. Foram encontrados registros no Cartório do Tijoca, dos seus filhos nas décadas de 1900 e 1920, assim como de seus netos e netas, na década de 1930. Angelo faleceu em 1940, em Bragança, assim como Olaia, em 1962 (FAMILYSEARCH, 2025).

Sobre André Risuenho Grande se obteve poucas informações, não se encontrou registros documentais que pudessem esclarecer a sua inserção socioespacial, apenas do falecimento da sua esposa, também imigrante espanhola, a Sra. Narciza Gonçalves Martins, falecida em Bragança, no dia 14/07/1946. (Family Search, pesquisa realizada em 2024).

O contato com as pessoas descendentes dos irmãos Risuenho ficou restrito às netas de Julião e Gertrudes Peinado, que deram poucas informações sobre seus avós, filhas de André Risuenho Castanho com a brasileira Virgilina de Faria Lisboa (entrevista realizada na residência de Graci Risuenho Lauande, Belém, em 05/2023). O que se observou é que a família Risuenho se diversificou bastante, a partir do matrimônio dos filhos e filhas da primeira geração nascida no território paraense, com outros troncos familiares de imigrantes espanhóis e nacionais.

A família Llamas Veiga também é pioneira, teve uma inserção socioespacial notável na sociedade bragantina, também no segmento de comércio de produtos oriundos da produção agrícola da colônia de Benjamin Constant, principalmente o tabaco, o qual exportou para além das fronteiras paraenses, como para os Estados do Acre, Manaus e Porto Velho. (OLIVEIRA, 2008, LUZ & ORTIZ, 2013, SMITH JÚNIOR, 2012). Esses autores coadunam da mesma explicação sobre o ano e a chegada da referida família que, ao que parece, foi construída a partir das informações de seus descendentes, como bem enfatiza o texto abaixo:

A família Lhamas Veiga, originária de Zamora, se destacou pela figura patriarcal de Manoel Lhamas Veiga, que em pouco tempo de chegada a zona

²⁹ No registro do nascimento de uma filha sua, Amelia Risuenho Calvo, realizado por seu irmão em 02/11/1926, retroativo de 01/06/1915, realizado por Angelo Risuenho Grande, o qual declarou o falecimento de Antonio Risuenho Grande, seu irmão. Fonte: acervo do Cartório do Tijoca, Livro 01 A (Nascimentos), Folha 16, Número 28.

³⁰ Olalla Sanches chegou com 16 anos de Salamanca, juntamente com sua irmã, cunhado e seus filhos. Fonte: Arquivo Público do Estado do Pará: Seção Obras Públicas: Fundo: Inspetoria de terras e Colonização: Série: Colonização (Núcleos): Ano: 1898, Caixa: 06.

bragantina (sic) tornou-se um grande comerciante da cidade de Bragança. Manoel Lhamas Veiga chegou à colônia de Benjamin Constant em 1904 e logo abriu um pequeno restaurante na cidade de Bragança, no mesmo lugar fez sua residência, depois abriu um comércio conhecido como *Flor da Espanha*, onde comercializava tabaco, açúcar, álcool, um comércio de secos e molhados. Destacou-se na política bragantina na condição de vogal (equivalente a vereador) e participou da Intendência Municipal de Bragança no início do Século XX. (SMITH JÚNIOR, 2013, p. 125).

Essas informações foram dadas por seus descendentes, conforme informam os autores citados. No entanto, não se sustentam quando se verifica a documentação da chegada da família ao Pará. Verificou-se, nos documentos do Arquivo Público do Estado do Pará, que Manoel Llamas Veiga era bem jovem aquando da sua chegada em Belém, tinha apenas 15 anos e veio com o seu pai, o Sr. Athanasio Llamas, com 45 anos e seu irmão Pascoal Llamas, 7 anos de idade, de Zamora, conforme a Lista de Embarque de Imigrantes que foram para a colônia de Benjamin Constant, datada de 7 e 8 de setembro de 1896, conforme fragmentos da mesma abaixo:

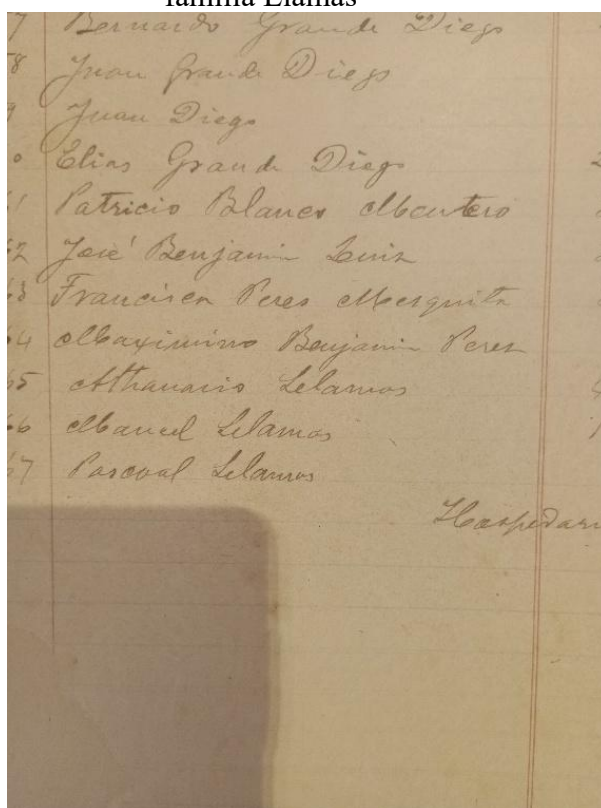
Figura 32: Fragmento da lista de embarque da Hotelaria dos Imigrantes de Outeiro para o núcleo de Bragança, de 7/09/1896, com registro do embarque da família Llamas da capital, Belém

Nº	NOMES	IDADES				Parentesco	Origem	Profissão	Observação
		Maior de 12 anos	De 7 a 12 anos	De 3 a 7 anos	Menor de 3 anos				
55	Felipe Grande Diego	20				Filho	Colômbia	Levante	
56	Alfonso Grande Diego	16				"	"	"	
57	Benito Grande Diego	15				"	"	"	
58	Juan Grande Diego			5		"	"	"	
59	Juan Diego				2	Filho	"	"	
60	Elías Grande Diego	41				Filho	"	Levante	
61	Patricio Llamas Alberto	32				"	"	"	
62	Juan Benjamim Luis	33				Filho	Zamora	"	
63	Francisco Luis Alberto	33				Filho	"	"	
64	Athanasio Benjamin Luis	8				Filho	"	"	
65	Athanasio Llamas	45				Filho	"	Levante	Quilômetro da Capital
66	Manoel Llamas	15				Filho	"	"	"
67	Pascoal Llamas	8				Filho	"	"	"

Nota: Embarque da família Llamas para o núcleo de Bragança, 7 de setembro de 1896. Manoel Llamas Veiga.

Fonte: Arquivo Público do Estado do Pará, Seção: Obras Públicas, Fundo: Repartição de Obras Públicas Terras e Colonização, Série: Colonização (Núcleos), pasta, Ano: 1896-1900, Caixa: 06.

Figura 33: Fragmento do fragmento da figura 31, com destaque para os integrantes da família Llamas



Nessa lista, constam, ainda, como já se comentara, as famílias Peinado Castanho, assim como um tio dos irmãos Risuenho, Julian Grande Bravo. Informa, ainda, que o pai e irmãos Llamas Veiga não embarcaram na Hotelaria dos imigrantes, mas da capital, Belém.

Outra lista de 1897 há o registro do patriarca da família, o Sr. Athanasio Llamas, indo de Belém para Bragança, o que demonstra a sua movimentação em função de negócios ou contato com familiares na capital ou na Espanha.

Figura 34: lista com três tripulantes a bordo do Vapor Cabral. O primeiro nome é do imigrante Athanasio Llamas

Aquiram mais da Capital. P. Bragança no vapor Cabral em 2 de Maio de 1897.

Nº de ordem	NOMES	IDADES				Parentesco	Origem	Profissão	Observação
		Menor de 12 anos	De 12 a 18 anos	De 18 a 25 anos	Maiores de 25 anos				
1	Manoel Llamas								
2	Tanquinho Labilanis e								
3	duas filhas								
4									

Repartição de Obras Públicas, 2 de Maio de 1897.
O seu filho
José Llamas

Fonte: Arquivo Público do Estado do Pará, Seção: Obras Públicas, Fundo: Repartição de Obras Públicas Terras e Colonização, Série: Colonização (Núcleos), pasta, Ano: 1896-1900, Caixa: 06.

Se identificou, ainda, a presença de outra família, Fuente Llamas, que fora para a colônia de Benjamin Constant, em novembro de 1896³¹. Da mesma forma, se encontrou outros troncos familiares nesta mesma condição de diversificação com outros troncos vindos da Espanha para a colônia, o que demonstra que houve redes familiares no processo da imigração espanhola, muitas famílias possuíam vínculos entre si (Sogros, noras, concunhados, primos, tios, sobrinhos), quem estava no Pará se comunicava com familiares da Espanha, outros voltavam para buscar os que tinham ficado, há documentos comprovadores dessas relações.

Na pesquisa de campo houve a tentativa de contato com descendentes da família Llamas no município de Bragança, se conseguiu, em um primeiro momento, com um de seus netos, via telefonia celular, na oportunidade se concluiu que o conhecimento sobre seus ascendentes é o que está nos trabalhos e pesquisas já produzidos sobre a imigração espanhola em Bragança. Se conseguiu manter contato com o mesmo em Bragança, que permitiu acesso ao seu acervo particular na antiga residência do imigrante Manoel Llamas Veiga³².

³¹ Barthalamas Fuente (44 a.), sua esposa Agustina Llamas (49 a.), suas filhas Maria Fuente Llamas (15 a.), “Teresa” Fuente Llamas (13 a.), Clara Fuente Llamas (10 a.), Gregória Fuente Llamas (2 a.), e Juan Fuente Llamas (7 a.). Fonte: Arquivo Público do Estado do Pará, Seção: Obras Públicas, Fundo: Repartição de Obras Públicas Terras e Colonização, Série: Colonização (Núcleos), pasta, Ano: 1896-1900, Caixa: 06.

³² SMITH JR. (2013, op. cit.), realizou levantamento no Cartório Antônio Pereira, em Bragança, no qual encontrou documentos de propriedade de terras, casas residenciais e comerciais, dos Llamas Veiga. Há o registro, no ano de 1911, da aquisição de um terreno, local onde construiu a sua residência, na Praça

Tudo muito rápido, não houve entrevista porque a pessoa não demonstrou interesse em dar informações sobre o seu avô, mas comunicou que a residência e o acervo foram arrendados aos proprietários do Hotel Vitória, localizado do lado da residência, a intenção era construir uma réplica de um vagão da antiga Estrada de Ferro de Bragança e estruturar uma exposição do seu acervo particular, o que posteriormente foi feito, sendo a localização do Vagão no antigo quintal, onde funciona um restaurante e criaram um museu no interior da residência, onde estão expostos o seu acervo particular.

Seguem as figuras da residência de Llamas Veiga anterior e posterior à sua transformação em museu, respectivamente:

Figura 35: Antiga residência de Manoel Llamas Veiga, na oportunidade estava fechada para a realização de reformas estruturais, com o objetivo de adaptação para o funcionamento de um Museu



Fonte: Pesquisa de campo realizada em 11/2024.

No ano de 2024 a residência estava fechada para reforma e estruturação de um “Museu Vagão”, como se observa na iconografia. Recentemente foi inaugurado o “Museu Dilamar Castanho”, descendente das famílias Llamas Veiga e Castanho.

Deodoro de Mendonça (atualmente Pça. Antônio Pereira), de canto com a rua General Gurjão, atrás da Igreja de São Benedito.

Figura 36: A residência já com as mudanças funcionais e estruturais para o funcionamento do Museu “Dilamar Castanho”



Fonte: SANTOS, 2025.

Essa mudança de residência para um museu é expressão da relação do espaço e do tempo, da sociedade e suas sucessivas formas de intervir na paisagem, daí o porquê de se afirmar que esta é um documento que registra os diferentes momentos históricos daquela de produzir e reproduzir a sua vida. Nesse processo, os registros são reconfigurados, antigos podem ser suprimidos e substituídos por novos, que nem sempre refletem o passado como se realizou enquanto “presente de então” (Abreu, 2000, *Ibidem*). A paisagem pode enganar, ocultar o tempo que criou condições para a sua existência, por isso a necessidade de suplantá-la. (SANTOS, 1996, 2006).

As mudanças funcionais e estruturais sofridas pela antiga residência são expressões do dinamismo da paisagem e, neste, se tem um movimento de adição e supressão que reorienta o sentido do tempo histórico da imigração espanhola do final do século XIX, para o município de Bragança, pois, ao se redefinir o conteúdo histórico da forma espacial, para os interesses das demandas econômicas contemporâneas, o turismo e a hotelaria, tendo como atratividade a memória social, a história de temporalidades passadas, foi adicionado um tronco familiar, o Castanho, que pouca relação estabeleceu com a casa do imigrante Manoel Llamas e família.

São dois troncos familiares de imigrantes pioneiros em Benjamin Constant, que precisam ser estudados com mais acurácia para impedir a elaboração de uma história pouco conectada àquele momento da imigração espanhola, como já se apresentou

anteriormente. É o que se observa na estruturação do museu, logo na sua fachada pública, a data de chegada da família Castanho e Llamas Veiga são de 1895, um ano anterior ao que os documentos de época registram, 1896, como se verifica na imagem abaixo:

Figura 37: Como se pode observar, o acréscimo do tronco familiar Castanho. Mais ao alto se tem o brasão da família Llamas



Fonte: SANTOS, 2025.

Há, portanto, uma adição que confunde e distancia ainda mais a história da família Llamas Veiga em Bragança desde a sua chegada, primeiro em 1904, relatada em diversos trabalhos académicos e livros de autores locais, como se demonstrou, agora mais recente, em 1895. Talvez seus descendentes tenham encontrado algum documento atual que confirme essa nova data, pois não se encontrou da sua entrada no Brasil, somente de partida de Belém para Bragança, porque na ocasião do contato que se teve com um de seus membros, a versão que passou foi a mesma, a de 1904. Na oportunidade, se repassou o registro documental da partida da família para Bragança, em setembro de 1896.

A escolha de um descendente de Manoel Llamas do nome do museu se não subtrai, oculta ainda mais o conteúdo temporal, abrigado na forma geográfica. Por ser um descendente também da família Castanho, este sobrenome prevalece sobre o daquele imigrante. A informação que a forma geográfica dá é que ali esse tronco familiar teve uma base territorial no processo da sua inserção na vida social bragantina, o que não procede, historicamente. Aqui, o que está sendo levantada é a possibilidade perdida de se

fazer que uma instituição como um museu possa exercer o papel de salvaguardar a memória histórica de uma sociedade.

Tampouco se faz considerações sobre o uso museológico do acervo utilizado como produto no interior da instituição, pelo fato de não se conhecer, as colocações estão restritas à nova fachada apresentada na forma geográfica. Se tem consciência da liberdade do uso pessoal de todo esse acervo, por ser de propriedade privada, mas há embutido no mesmo, um tempo social, o da imigração espanhola, que deixou escrito na paisagem, a sua passagem na história local de Bragança, transpondo os limites do privado.

Nesse sentido, com a consciência de que a paisagem urbana de Bragança é um grande museu, porque como toda paisagem produzida pela ação do trabalho humano, guarda momentos diferentes de se produzir a vida em sociedade, materializados nas formas espaciais (SANTOS, 2006). E a imigração espanhola do séc. XIX, forjou o seu circuito, o que falta é trabalhar a sua contextualização, o que resultará em um museu aberto, contextual, no qual a antiga residência e seu acervo será uma de suas peças, um fragmento de seu acervo espacializado ao longo do espaço da cidade.

No acervo que se teve acesso, permitido por seu proprietário, se observou uma rica diversidade de iconografias de Bragança, da locomotiva, dos imigrantes na colônia de Benjamin Constant, da ponte de ferro sobre o rio Caeté, frente da cidade, seu porto, a grande maioria já conhecida e publicada em livros e outros trabalhos acadêmicos, assim como uma movelaria, uma prensa de tabaco, uma mala de transporte de dinheiro e dois documentos do Banco Nacional Ultramarino que seriam, como afirmara seu proprietário, de uso pessoal de seu avô, Manoel Llamas. Esses documentos deixam evidente as atividades comerciais do referido imigrante voltadas à exportação do tabaco, dentre outros produtos.

Figuras 38 e 39: A figura 38, do lado esquerdo, é um registro de conta corrente do Banco Ultramarino, com saldo bancário, de junho de 1921; a figura 39 apresenta uma máquina manual de prensar tabaco, em cima de uma mala que Llamas Veiga levava dinheiro para Belém, mais um criado mudo feito em madeira de lei. (Informações dadas por seu descendente, acervo pessoal do mesmo



Fonte: Pesquisa realizada em 11/2024).

No recenseamento de 1920, transcrito na Tabela 04, o estabelecimento de Manoel Llamas se localizava na Vila de Bacuryteúa (Bacuriteua), um ano anterior à data do documento do Banco Nacional Ultramarino, apresentado acima. Suas atividades foram além das atividades comerciais, participou da vida política municipal. Nota-se a relevância da sua inserção socioespacial em Bragança, expressa nas marcas deixadas na paisagem. A criação de um museu vinculado à sua pessoa, ainda que apresente um produto com necessidade de reconciliação com o tempo histórico, é a materialidade da sua importância.

Manoel Llamas Veiga se casou com uma bragantina, Maria Luiza de Oliveira, tiveram 8 filhos. Faleceu em 46, em Bragança. Como se disse, outras famílias Llamas chegaram no mesmo ano de 1896³³, os Fuente Llamas, em novembro e os Llamas Losano um mês depois, em novembro, mas não se conseguiu elementos que indicassem parentesco entre as mesmas, no entanto, todos têm a mesma origem, Zamora, da comunidade autônoma de León e Castilla.

Outro tronco familiar de imigrantes espanhóis cuja inserção socioespacial e destino foi objeto de atenção são os Martin Lorenzo (Turiel). Os mesmos partiram do Porto de

³³ Lista de Embarque da Hospedaria dos Imigrantes, de 6 de dezembro de 1896, constando 113 imigrantes, entre homens, mulheres e crianças. Fonte: Arquivo Público do Estado do Pará, Seção: Obras Públicas, Fundo: Repartição de Obras Públicas Terras e Colonização, Série: Colonização (Núcleos), pasta, Ano: 1896-1900, Caixa: 06.

Vigo, na região da Galícia, em 15 de setembro de 1896, sendo também pioneiros no município de Bragança. Vieram de Rábano de Aliste, província de Zamora, região de Castilla e León. Eram 5 pessoas, o Sr. Gregório Martin Turiel (Chefe, 35 anos, lavrador), Dominga Lorenzo (esposa, 30 anos, do lar) e os filhos Silvestre Martin Lorenzo (10 anos), Juan Martin Lorenzo (8 anos) e Buenaventura Martin Lorenzo (1 ano). (documento cedido por Emília Velloso, neta de Juan Martin Lorenzo, entrevista realizada em 10/2024).

No levantamento das listas de embarque dos imigrantes espanhóis, da Hotelaria dos Imigrantes de Outeiro com destino à colônia agrícola de Bragança, se identificou a família Martin Lorenzo Turiel no documento datado de 6 de outubro de 1896:

Figura 40: Lista de Embarque da Família Turiel para a colônia de Bragança, são identificados do número 26 ao 30, como mostram as figuras. Nesta primeira, se tem o registro de Gregório M. Turiel (26) e Dominga Lorenzo Fernandez (27), Chefe e esposa, respectivamente

Relação de emigrantes de Bragança para a colônia agrícola de Bragança em 6 de Outubro de 1896

Número de ordem	NOMES	TOTAL DE...			Profissão	Origem	Observação
		Idade de 12 anos	Idade de 12 a 18 anos	Idade de 18 a 25 anos			
1	Benito Sanchez Lago	65			Idoso	Salamanca	Lavrador
2	Gerardo Rodriguez Alarino	50			Idoso	"	"
3	Mano Sanchez Rodriguez	18			Jovem	"	"
4	Gerardo Sanchez Rodriguez	16			Jovem	"	"
5	Isabel Viente Alarino	65			Idoso	"	"
6	Gerardo Alarino	40			Idoso	"	"
7	Isabel Viente Alarino	14			Jovem	"	"
8	Alarino Viente Alarino	12			Jovem	"	"
9	Isabel Viente Alarino		9		Jovem	"	"
10	Gerardo Alarino	60			Idoso	"	"
11	Isabel Viente Alarino	40			Idoso	"	"
12	Gerardo Alarino	17			Jovem	"	"
13	Isabel Viente Alarino	38			Jovem	"	"
14	Gerardo Alarino Alarino	40			Idoso	"	"
15	Isabel Viente Alarino	12			Jovem	"	"
16	Gerardo Alarino Alarino		10		Jovem	"	"
17	Isabel Viente Alarino		7		Jovem	"	"
18	Gerardo Alarino Alarino			3	Jovem	"	"
19	Mano Sanchez Alarino	34			Jovem	"	"
20	Isabel Viente Alarino	20			Jovem	"	"
21	Gerardo Rodriguez Alarino	60			Idoso	"	"
22	Isabel Viente Alarino	29			Jovem	"	"
23	Gerardo Rodriguez Alarino		7		Jovem	"	"
24	Isabel Viente Alarino				Jovem	"	"
25	Gerardo Rodriguez Alarino	23			Jovem	"	"
26	Gregorio Alarino Alarino	35			Idoso	"	"
27	Dominga Lorenzo Fernandez	30			Idoso	"	"

Fonte: Arquivo Público do Estado do Pará, Seção: Obras Públicas, Fundo: Repartição de Obras Públicas Terras e Colonização, Série: Colonização (Núcleos), pasta, Ano: 1896-1900, Caixa: 06.

realizada em outubro de 2024, Bragança, residência de seu sobrinho Jader Turiel).

Como afirmou o Sr. Paulo, seus avós, Gregório Turiel e Dominga Lorenzo, mais seus filhos que vieram consigo retornaram para a Espanha, como demonstram os registros de nascimento de sua irmã, Maria Martins Fernandes, em 1924, e de Boaventura Martins Lourenço Fernandes, em 1925. Em ambos constam que seus avós paternos residiam na Espanha³⁵.

João Martins Lourenço Turiel se casou com a imigrante espanhola Margarida Fernandes Turiel, tiveram 13 filhos, entre homens e mulheres, embora considerado lavrador nos documentos da época, ampliou os seus negócios para o segmento do comércio. Produziu cana de açúcar, farinha, tabaco, álcool e cachaça. Articulou um circuito produtivo no qual agia como sujeito no cultivo, na transformação da matéria-prima e comercialização dos produtos na cidade. Possuía um espaço de produção, a roça, a casa de farinha e o engenho de produção de cachaça.

Esse espaço de produção na colônia resultou de quase 20 anos de trabalho dos seus pais, Gregório Martin Turiel e Dominga Lorenzo que, após o retorno para a Espanha, deixaram nas mãos de João Martins Lourenço, já adulto no momento que partiram. Foram encontrados documentos da situação dos lotes agrícolas no ano de 1898, nos quais se identificam representantes das famílias pioneiras que se consolidaram na sociedade bragantina, por meio do desenvolvimento de atividades agrícolas, do cultivo da terra e/ou da comercialização do que era produzido na colônia.

Figura 42: Fragmento do registro da situação dos lotes agrícolas, com nome dos espanhóis ocupantes, suas localizações e numerações, com data de janeiro de 1898.

Logo no início da listagem o nome de Manoel Llamas aparece, com o seu lote de número 4, na Estrada direita do rio Tijoca, assim como o terceiro nome é de Gregório Martins Turiel, lote 6, também na Estrada direita do rio Tijoca

³⁵ Fonte: Acervo de Nascimento do Cartório do Tijoca, que se encontra sob a responsabilidade do Cartório do Primeiro Ofício, Livro 01 A. (pesquisa realizada em outubro/novembro de 2024).

Nº	Nomes	Atuação dos lotes	Nº	Nomes	Atuação dos lotes
8	Manoel Vicente Chaves	lotado diretamente	4	Joaquim Porto	lotado diretamente
9	Francisco Romão Fidalgo	" " " "	5	Júlio Grande Brás	" " " "
10	Gregório Martins Sureda	" " " "	6	Luiz Durand	" " " "
11	Agelo Bastião	" " " "			
12	Eliz Mes y Reis	" " " "			
13	Caetano Sanches	" " " "			
14	Antônio Bento Colhado	" " " "			
15	Agostinho Sanches Paço	" " " "			
16	Luiz Aires Manjane	" " " "			
17	Luiz Gonzalo Hernandez	" " " "			
18	Teófilo Rodrigues	" " " "			
19	Antônio Campos	" " " "			
20	Antônio Gomes e Gomes	" " " "			
21	Pedro José Garcia	" " " "			
1	Manoel Simões	lotado diretamente			
2	Miguel Martins	" " " "			
3	Manoel Crespo	" " " "			
4	Manoel Fernandes Guedes	" " " "			
5	Manoel Antônio Aires	" " " "			
6	Pedro Rodrigues Fernandes	" " " "			
7	Mathias Beltrão Fernandes	" " " "			
8	Pedro Gonçalves	" " " "			
9	Manoel Domingos Aires	" " " "			
10	Pedro Garcia Sanches	" " " "			
1	Agelo Bastião Sanches	lotado diretamente			
2	Pedro Martins	" " " "			
3	Agelo Sanches	" " " "			
4	Agosto Sanches	" " " "			
5	Agosto Sanches	" " " "			
6	Agosto Sanches	" " " "			
7	Agosto Sanches	" " " "			
8	Agosto Sanches	" " " "			
9	Agosto Sanches	" " " "			
10	Agosto Sanches	" " " "			

Fonte: Arquivo Público do Estado do Pará, Seção: Obras Públicas, Fundo: Repartição de Obras Públicas Terras e Colonização, Série: Colonização (Núcleos), pasta, Ano: 1896-1900, Caixa: 06.

Para suprir necessidades da família, como escola e outros serviços não disponíveis na colônia, o imigrante João M. Lourenço se mudou com a família para a cidade de Bragança, porém o Sr. Paulo não soube precisar a data, afirmou que criou um armazém de venda de tabaco e farinha, com o capital oriundo do cultivo da roça. A relação entre esses dois espaços era dificultada pelo difícil acesso que se alternava entre a via terrestre e a fluvial. Que a rota dos imigrantes seguia o trajeto por navio, barco até o porto de Araçateua, depois era de carroça pelas matas, o tempo gasto até a colônia era de 8 dias.

As figuras abaixo são a mesma casa comercial em momentos históricos diferentes:

Figura 43: Prédio do antigo Armazém e residência do imigrante espanhol João Martins Lourenço Turriel, em 1946



Fonte: acervo pessoal de sua neta, Emília Velloso, cedido na ocasião da sua entrevista, em 10/2024).

Figura 44: O mesmo prédio do antigo comércio e residência de João Turiel, onde atualmente funciona a loja Liliane



Fonte: Pesquisa de campo realizada em outubro/2024.

A produção de tabaco se dava por etapas, primeiro as mudas eram plantadas na colônia, quando ainda estavam pequenas eram transportadas para a cidade e vendidas no armazém da família aos colonos das regiões dos campos, essa prática estimulou a produção nesses espaços, assim como o aumento da produção de cachaça no engenho forçou a contratação de colonos em Benjamin Constant. Esse procedimento se dava, comentou o Sr. Paulo Turiel, pelo fato de o tabaco não se “criar” nos campos, somente depois de uma certa idade se firmava.

Posteriormente, transferiram a produção de cachaça para a cidade, passaram a produzir no armazém, montaram uma firma, denominada “Turiel Irmãos”, por meio da qual comercializavam a cachaça “TURIEL”, como se pode verificar abaixo:

Figura 45: A logomarca da “Cachaça Especial TURIEL”. O seu engarrafamento era realizado no armazém na família, assim como a sua produção



Fonte: acervo pessoal cedido por Jader Turiel, neto do Sr. João M. Turiel.

O aumento das vendas pressionava o aumento da produção de cana, de farinha, assim como outros comerciantes espanhóis, as relações se davam com outros produtores agrícolas na base do financiamento da produção na sua totalidade, em troca de açambarcar todo o seu produto final. O Sr. Paulo afirmara que seu pai alugava navios para poder transportar suas mercadorias para Manaus:

O navio com Pontão (balsa atracada nele) ficava uma semana atracado no Porto sendo abastecido de mercadorias que iam para Belém e depois para Manaus.
(Paulo Martins Turiel, entrevista realizada em novembro de 2024).

O estreitamento das relações com Manaus trouxe como decorrência o aumento das exportações de tabaco e farinha, assim como a expansão das atividades da família para a capital do estado do Amazonas. Com a administração geral dos negócios pelo espanhol João Turiel, foi comprado o antigo prédio do Banco Ultramarino em Manaus, dois de seus filhos passaram a morar lá e gerenciaram os negócios, abriram um depósito, chamado “Depósito Turiel Irmãos”.

Com o passar do tempo, substituíram o comércio do tabaco por materiais de construção, atividade que ficou restrita a Manaus, com cada um dos irmãos com competências definidas na estrutura da empresa, esclarece o Sr. Paulo Turiel:

O Raimundo ficou com a contabilidade, o Ezequiel com as relações públicas e o Miguel ficou com o gerenciamento das mercadorias. O Gregório se casou em

1948 com a Raimunda Maia e ficou em Bragança. Os negócios deram certo, o Miguel até emprestava dinheiro para o Banco do Brasil quando faltava dinheiro na cidade. Eu não me envolvi com o comércio, meu pai me perguntou o que eu queria, disse que queria estudar em Belém, fazer faculdade, fui para Belém, fiz o curso de medicina, ele pagava uma pensão pra eu morar lá por trás da rodoviária, mandava a despesa todos os meses. Sei que o fim da Estrada de Ferro, a firma quebrou, ainda fretaram 2 ou 3 vezes o navio. (Entrevista realizada em 11/2024).

Como se pode observar, o trabalho integrado da família propiciou uma acumulação de capital, que se traduziu na sua concentração e se expressou espacialmente. O depoimento acima revela, ainda, a importância que a Estrada de Ferro de Bragança teve no contexto posterior à grande imigração do final do século XIX e início do XX. Os imigrantes que se consolidaram nos espaços agrícolas da bragantina, fossem nacionais ou estrangeiros, garantiram a inserção socioespacial, tendo como suporte integrador a ferrovia. Sua extinção impactou na economia local, como esclarece o depoimento do Sr. Paulo.

O imigrante João Turiel faleceu na cidade de Bragança, no mês de outubro de 1967 e a sua esposa, Margarida Fernandes Turiel, em janeiro de 1984 (informações e documentos dados por Emília Velloso (entrevista feita em 10/2024). Na escrita da paisagem de Bragança, seja na cidade ou na antiga colônia de Benjamin Constant, há um parágrafo referente à família Fernandes Turiel. Antigas residências, hoje restaurantes, bares, assim como a presença de seus descendentes, inclusive na capital, Belém, sobretudo no meio acadêmico³⁶.

Na figura abaixo, um bar conhecido na rotina noturna de Bragança, de propriedade de um descendente da família Fernandes Turiel:

Figura 46: Bar Museu “ADEGA DO REI”, fica na Travessa Vigário Mota, centro, de propriedade do Sr. Jader Augusto Turiel da Silva

³⁶ A Sra. Emília Velloso é professora de uma Universidade Federal em outro estado. Descobriu-se, ainda, que um antigo colega de trabalho na Universidade Federal do Pará, Prof. Do curso de Matemática, é também neto dos imigrantes João M. L. Turiel e Margarida Fernandes Turiel.



Fonte: pesquisa de campo, 10/2024.

A família Monteiro foi da Hospedaria dos Imigrantes no ano de 1896, precisamente no dia 30 de novembro, para o núcleo de Bragança. Foram identificados os imigrantes Manuel Montero Arias, chefe, lavrador, 40 anos e sua esposa Carmen Arias, de 25 anos³⁷, oriundos de Lugo, região da Galícia.

Da pesquisa cartorária se identificou o registro de nascimento de várias pessoas tendo como pai o espanhol José Maria Monteiro, filho de Manoel Monteiro e Carmen Arias Monteiro, embora não tenham entrado no Brasil com filhos/as. Um desses registros é de A. Monteiro Moreira, de janeiro de 1932, filho do José Maria com a paraense Maria Monteiro Moreira, lavradores e residentes em Benjamin Constant. Há, ainda, a informação de que a sua avó paterna, a espanhola Carmen Monteiro, já estava falecida³⁸. No segundo registro de nascimento, datado de janeiro de 1934, há a indicação de que Manoel Monteiro Arias residia em Benjamin Constant.

Foram identificados 6 registros de nascimento do casal José Maria Monteiro Arias/Areas e Maria Monteiro Moreira, nos anos de 1928 (neste a avó paterna, Carmen

³⁷ Fonte: Arquivo Público do Estado do Pará, Seção: Obras Públicas, Fundo: Repartição de Obras Públicas Terras e Colonização, Série: Colonização (Núcleos), pasta, Ano: 1896-1900, Caixa: 06.

³⁸ Fonte: Acervo do Cartório do Tijoca, Livro 03 A (Nascimentos) (1929-1933), Folha 94, Número 270; a pessoa que nasceu foi entrevistada em 2023, na Vila do Tijoca.

Monteiro, ainda estava viva, residia na colônia), 1932, 1934, 1935, 1929 (registrado em 1937) e 1937. Os mesmos informam que a família residia no Km do 29.

No ano de 2023, se conseguiu entrevistar o Sr. A. Monteiro, filho do espanhol José Maria Monteiro, na sua residência na Vila Tijoca, o mesmo informara que o seu pai cultivava cana, maniva, algodão, tabaco, arroz, cachaça e açúcar. Falou das dificuldades do escoamento da produção, do uso dos cursos d'águas (rio Jejuí) como vetores de integração conjugados às estradas de chão, que eram abertas pelos colonos, liderados por seu pai, mais o espanhol José Maria Tameron, o “Zé Galego”, seu pai, Pedro Rodrigues Sampaio, Serafim e o nordestino Lourenço Quadros, todos imigrantes. Relatou, ainda, sobre a criação de porcos por parte de muitas famílias espanholas, o que foi constatado na pesquisa de campo.

Não foi possível ir à Vila Santo Antonio dos Monteiros naquele ano, somente em novembro de 2024. Foi a realidade espacial mais significativa no que diz respeito à escrita de uma família de imigrantes espanhóis na paisagem, a começar pela sua entrada, a Estrada dos Monteiros, uma longa rua de chão, cujo entorno é preenchido por fazendas de gado:

Figura 47: Estrada dos Monteiros, feita pelos próprios colonos, hoje seu entorno é caracterizado pela presença de imensos pastos de gado, a maioria pertencente à família Monteiro



Fonte: Pesquisa de campo, 11/2024.

A estrutura espacial da Vila denota o caráter familiar, com várias residências, uma Igreja, uma Unidade de Saúde, denominada “Santo Antonio dos Monteiros”, uma Escola

de Ensino Fundamental, cujo nome homenageia o imigrante espanhol José Maria Monteiro Aires (Aires é o abasileiramento do sobrenome Arias/Areas), assim como uma casa de farinha que funciona no antigo engenho de produção de cachaça.

Figura 48: Unidade de Saúde da Vila dos Monteiro



Fonte: Pesquisa de campo, 11/2024.

A produção de farinha é forte na Vila, o espaço da sua produção expressa o padrão tradicional dos espaços ribeirinhos, com algumas mudanças, a localização das Casas de Farinha próxima de cursos d'água, recurso imprescindível para trabalhar com a mandioca, assim como o trabalho envolve a família quase na sua totalidade e, dependendo da dimensão da produção, em situações de maior produtividade, ocorreria a contratação de pessoas de fora do núcleo familiar.

Figura 49: Rio Jejuí, nos fundos o antigo Engenho, hoje casa de farinha da família Monteiro. Este curso d'água foi muito importante para o escoamento da produção dos colonos no período da imigração espanhola



Fonte: Pesquisa de campo, 11/2024

Figura 50: colonos descascando a mandioca, depois de ficar de molho por um determinado período



Fonte: Pesquisa de campo, 11/2024.

Não se conseguiu ter acesso a outros membros da família Monteiro, além do Sr. A. Monteiro, condição que restringiu a abordagem da família à interpretação da paisagem atual. Esta demonstrou a prática da família com a economia da farinha e atividade pecuária, como se verifica nas figuras abaixo:

Figura 51: Farinha da família Monteiro, pronta para a comercialização



Fonte: Pesquisa de Campo, 11/2024

Figura 52: Fazenda de gado na estrada dos Monteiro, atividade que membros da família passaram a desenvolver



Fonte: Pesquisa de campo, 11/2024.

A permanência da cultura de criação de suínos, muito enfatizada em trabalhos relativos aos costumes dos imigrantes espanhóis, foi registrada na Vila dos Monteiro:

Figura 53: Presença da cultura de criação de suínos, comum entre os imigrantes espanhóis



Fonte: Pesquisa de campo, 11/2024.

Não se tem informações sobre os destinos das pessoas que imigraram para o Pará no período analisado, apenas que a Sra. Carmen Monteiro faleceu na colônia. Pela

quantidade, apenas o casal, registrado nas listas de embarque da Hospedaria dos Imigrantes de Outeiro, do ano de 1896, e seu filho, José Manoel Monteiro Arias, identificado somente nos registros de nascimento dos seus filhos no acervo do Cartório do Tijoca.

Outro tronco familiar identificado nas listas de embarque da Hotelaria dos Imigrantes de Outeiro, com a presença de seus descendentes na colônia de Benjamin Constant, foram os Tameron. Chegaram no ano de 1896, de Ourense, região da Galícia, foram para a colônia de Benjamin Constant no dia 06/12/1896, Pedro Rodrigues Sampayo (43 anos, chefe), sua esposa Sabina Tameron (34 anos), mais os/as filhos/as Rogelio Rodrigues Tameron (9 anos), José (Manuel) Rodrigues Tameron (7 anos), Domitila Rodrigues Tameron (5 anos), Pedro Rodrigues Tameron (3 anos) e Generosa Rodrigues Tameron (6 meses)³⁹.

Ressalta-se, ainda, que uma filha, Francisca Rodrigues Tameron (15 anos) e um filho, José Rodrigues Tameron (13 anos), não embarcaram para a colônia. O que se conseguiu levantar sobre essa família foi a partir da pesquisa documental e de relatos de pessoas que foram entrevistadas no período dos trabalhos de campo nos anos de 2023 e 2024, como o Sr. A. Monteiro e o Dr. Paulo Turiel, assim como de seus descendentes, na Vila do Tijoca, como a neta da espanhola Generosa Tameron.

Toda a família que chegou teve sua inserção socioespacial por meio do cultivo da terra, da produção de farinha, tabaco e cana, assim como terminaram suas vidas no município de Bragança, como se registrou nas lápides do cemitério da antiga colônia de Benjamin Constant nos registros cartorários do acervo do Tijoca. Segue abaixo um dos registros na referida necrópole:

Figura 54: Túmulo de José (Manoel) Rodrigues Tameron, conhecido como “Zé Galego”. Tamerão é o abasileiramento do sobrenome, teve participação destacada na vida social de Benjamin Constant, seja na abertura de estradas, no incentivo à criação de escolas. Como se pode observar na figura, ainda é presente em Benjamin Constant, seus e suas descendentes, muitas velas foram acesas no Dia de Finados, pois se esteve dias depois do mesmo para a realização desses registros iconográficos.

³⁹ Fonte: Arquivo Público do Estado do Pará, Seção: Obras Públicas, Fundo: Repartição de Obras Públicas Terras e Colonização, Série: Colonização (Núcleos), pasta, Ano: 1896-1900, Caixa: 06.



Fonte: Pesquisa de campo, 11/2024.

José Rodrigues Tameron se casou com a imigrante espanhola Maria (Delfina foi nome suprimido no Brasil) Calvo Benito⁴⁰, nos registros cartorários as informações dão conta do destino dessas famílias, dos seus pais, no caso dessas, fincaram raízes na colônia e Bragança até o final das suas vidas. No registro de nascimento de um de seus filhos, de nome Angelo Rodrigues Calvo, no dia 14/04/1921, há a indicação de que o pai de José Tameron e a mãe de Maria Benito faleceram na colônia, assim como sua mãe daquele e o pai desta, continuavam residindo em Benjamin Constant.

Maria Calvo Benito faleceu em Benjamin Constant, como demonstra a figura abaixo:

⁴⁰ Maria Calvo Benito chegou com 4 anos de idade, na companhia de seus pais e mais 5 irmãos. Se consolidaram na colônia, alguns se casaram com membros de outras famílias de imigrantes, portugueses e espanhóis, como a Risuenho, assim como de nacionalidade brasileira. Fontes: Arquivo Público do Estado do Pará, Seção: Obras Públicas, Fundo: Repartição de Obras Públicas Terras e Colonização, Série: Colonização (Núcleos), pasta, Ano: 1896-1900, Caixa: 06; acervo do antigo Cartório do Tijoca. (pesquisa realizada em 11/2024).

Figura 55: Túmulo de Maria Calvo Benito e de sua filha e de “José Galego”. A figura informa a presença desse tronco familiar na vida social local na contemporaneidade, pelos restos de velas acesas no “Dia de Finados”. (Trabalho de campo, 11/2024).



Fonte: Trabalho de campo, 11/2024.

Do casal se identificou o registro de nascimento de 5 filhos, assim como de seu irmão, Rogério (Rogelio), casado com a imigrante espanhola, Manoella Hernandez Peinado, 7 filhos, entre homens e mulheres. Na necrópole de Benjamin Constant se encontrou uma lápide com um filho do casal, como se verifica na figura abaixo:

Figura 56: A lápide é de um membro descendente da família Rodrigues Tameron/ Hernandez Peinado. A figura informa que o registro dos sobrenomes dos filhos/as dos imigrantes perpetuava a tradição da Espanha de colocar o primeiro do pai e o segundo da mãe, neste caso, Rodrigues Hernandez; os restos de velas que foram acesas no Dia de Finados é um testemunho da inserção socioespacial dessas famílias na sociedade local em Benjamin Constant e cidade de Bragança



Fonte: Pesquisa de campo, 11/2024.

A filha caçula dos Rodrigues Tameron, Generosa, se casou com um paraense, de nome Manoel Correa da Silva, nos registros de nascimento tiveram um casal de filhos. Na pesquisa de campo realizada na Vila do Tijoca, em novembro de 2024, se conheceu uma neta sua, Teresa Rodrigues, a qual confirmara a permanência de seus antepassados na colônia até a conclusão de suas vidas. Recentemente, um bisneto de José Tameron, o “Zé Galego”, que repassou alguns documentos dele e da sua filha, Aurora, da década de 1930. Segue abaixo a residência da Teresa Rodrigues, na Vila do Tijoca:

Figura 57: Residência de Teresa Rodrigues, na Vila do Tijoca, neta da imigrante espanhola Generosa Rodrigues Tameron



Fonte: Pesquisa de campo, 11/2024.

A realidade espacial da sua residência demonstra, ainda, o hábito da criação de suíno, tradição da alimentação entre os espanhóis, com pratos típicos que foram introduzidos na alimentação de Bragança, como a Morsilla, um preparado feito com o sangue do porco temperado com várias ervas e condimentos, colocados na tripa do animal, levados ao cozimento e depois à defumação, iguaria que se encontra à venda na feira livre da cidade. (LUZ & ORTIZ, 2013).

Sobre o destino/ dispersão dos imigrantes espanhóis, muitas famílias retornaram para a Espanha, é o que apontam os documentos analisados na plataforma Family Search, assim como os do acervo do Cartório do Tijoca. Esse retorno era assegurado pela Lei 223, de 1894. Das primeiras que chegaram, no ano de 1896, algumas retornaram para a Espanha, outras foram para a Argentina. Os Collado eram uma rede familiar muito numerosa, voltaram para a Espanha, mas Collado Pacheco seguiram para a Argentina, os Galache Pacheco se dividiram entre a Espanha e Argentina.

O imigrante Higino Galache Pacheco, veio de Salamanca, mais precisamente de Gallego de Argañán, região de Castilla e León, com a esposa, Euzebia Colla(do)so Pietro e suas 3 filhas e foi para Benjamin Constant no dia 08/09/1896. Nesta lista, constam, também, a família de sua irmã Gregória Galache Pacheco, esposa de Juan Colla(d)so Peres. Higino depois foi para a Argentina e Gregória retornou para a Espanha. No ano de 1908, uma das filhas de Higino casou em Carlos Tejedor, Buenos Aires, Argentina, com

outro espanhol. Vale ressaltar que essa lista revela as redes familiares que caracterizaram a imigração espanhola subvencionada espontânea do final do século XIX e início do XX.

Um exemplo dessas redes é que nessa mesma lista se encontra a família do imigrante Miguel Calvo Colla(do)so, com sua esposa e seus 6 filhos, entre homens e mulheres. Ainda, se observou que a quase totalidade dos sobrenomes identificados na mesma têm parentesco entre si.

O mesmo movimento foi realizado pela família de Martin Cidon Gonsales e Casimira Perez, provenientes de Zamora, que embarcara da Hospedaria dos Imigrantes de Outeiro para a colônia de Bragança no dia 6/12/1896⁴¹.

As informações contidas nos registros de nascimentos (1921-1938) informam sobre a profissão dos pais, lugar de residência, assim como o destino de muitas pessoas, sobretudo dos avós, onde estavam, falecidos/as, o que guarda e revela, a um só tempo, os movimentos de deslocamentos e a finalização da vida das primeiras famílias espanholas cujo destino foi Benjamin Constant.

No Livro 01 A (Nascimentos) foram registrados 13 óbitos, no período de 1921 a 1925, sendo 2 na cidade de Bragança e 11 na colônia de Benjamin Constant. Essas pessoas pertenciam aos troncos familiares que chegaram entre 1896 a 1898 (Grande Bravo, Martins Sanches, Rodilla Benito, Calvo Collado, Tameron Vaqueiro, Collino, Hernandez, Castanho Cenizo, Espinhaço, Billa Gallego, Rodrigues Tameron. (Pesquisa no acervo do Cartório do Tijoca, Bragança, 10/2024).

No Livro 02 A, de 1925-1929, foram 5 óbitos, também de troncos familiares pioneiros, os Risuenho Grande, os Sanches, Campos, Rodrigues Sampayo e Garcia, sendo 01 em Belém e 4 em Benjamin Constant. No Livro 03 A, de 1929-1933, houve 01 óbito, do tronco familiar Concepcion Peinado. No Livro 04 A, de 1933-1938, houve 4 óbitos dos troncos familiares Rodrigues Tameron, Ernesto Hernandez, Gonçalves Ernesto Hernandez e Gardunho Martins. (Pesquisa no acervo do Cartório do Tijoca, Bragança, 10/2024).

Há registros de famílias nas quais após o falecimento de um dos cônjuges, o viúvo ou viúva, se deslocou para Belém, Espanha ou outro município da Zona Bragantina, Zona do Salgado e Baixo Amazonas. SMITH JÚNIOR (2013) relata a mobilidade de imigrantes espanhóis e nordestinos (cearenses) dos núcleos coloniais para realidades

⁴¹ Fontes: Arquivo Público do Estado do Pará, Seção: Obras Públicas, Fundo: Repartição de Obras Públicas Terras e Colonização, Série: Colonização (Núcleos), pasta, Ano: 1896-1900, Caixa: 06; Family Search; sobre a família Gonsales e Perez a informação foi dada por um descendente da família.

próximas, o que contribuiu para o povoamento e criação de vilarejos, a exemplo dos que surgiram às margens do rio Caeté.

Ao longo do texto se identifica o destino de muitos integrantes das famílias de imigrantes espanhóis aquando da análise das inserções socioespaciais em Benjamin Constant e cidade de Bragança. Muitas famílias de imigrantes que foram para esses espaços no período histórico aqui analisado não se conseguiu informações sobre suas participações no processo de produção do espaço social, decorrentes da dificuldade de se manter contato com seus descendentes, assim como da falta de um tempo mais dilatado para a realização da pesquisa, muito embora se tenha verificado a presença de descendentes das mesmas na vida contemporânea desses lugares.

Dentre esses troncos familiares identificados, mas não analisados, se pode destacar os seguintes: Rodilla Peres (z) /Pires, Macias (Massias) Jorge, Sanches, Fernandez, Garrido Blanco, Dias (z) Ramos, Ramalho, Castello Martin, Collino Bermejo, Hernandez, Lobato Martins, Bezerra Martins, Peres Carvalho, Alfonso, Arias, Gonsales, Vasquez, Lopes, Mendes, Delgado, Castro, Garcia e Martin Bezerra.

4.3. IMIGRAÇÃO ESPANHOLA E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS NO ESPAÇO URBANO DE BRAGANÇA E NA ANTIGA COLÔNIA DE BENJAMIN CONSTANT

Procura-se neste apresentar os rebatimentos socioespaciais da imigração espanhola no espaço urbano de Bragança e no espaço da antiga colônia de Benjamin Constant, visíveis na paisagem. Com já se fundamentou, a paisagem é um livro cuja escrita resulta de diferentes maneiras de uma sociedade fazer a sua história, de produzir e reproduzir o seu espaço. (SANTOS, 2006).

O final do século XIX e início do XX é um momento de ruptura nas relações de produção globais que se refletiram nas estruturas de pensamento, nas formas de pensar e de intervir na realidade material. A Revolução Industrial impactou nas relações internacionais entre os continentes e, naquele contexto, a Amazônia se consolidou como uma região provedora de matéria-prima, vindo a sofrer mudanças espaciais que pudessem dar suporte à exploração do látex, recurso imprescindível para alavancar as indústrias de pneumáticas emergentes, assim como as indústrias bélicas.

A imigração estrangeira no Brasil é produto dessas transformações e está associada, de um modo geral, ao fortalecimento das atividades agrícolas que serviram de suporte às atividades vinculadas diretamente à economia global, como a agricultura na

região sul, importante para a produção de café no sudeste brasileiro. Da mesma forma, se deve compreender a convergência da imigração espanhola para a Zona Bragantina, pensada pelo Estado como um celeiro agrícola provedor de produtos vindos do cultivo da terra para o consumo de uma população que crescera vertiginosamente nos centros urbanos, como Belém e seu entorno.

Assim, ainda que não fosse um espaço de exploração do látex, a bragantina sofreu mudanças espaciais significativas, implementadas pelo Estado, como já se demonstrou, com o projeto de instalação de uma via ferroviária, a criação das colônias agrícolas e a imigração estrangeira subvencionada, sobretudo de população espanhola. Esta deu densidade à formação de uma mão-de-obra voltada ao cultivo da terra e ao comércio que, se não teve visibilidade imediata, a longo prazo confirmou sua contribuição à consolidação de celeiro agrícola à região.

O município de Bragança foi parte integrante dessa realidade espacial, sofreu mudanças que ficaram perceptíveis na sua paisagem. Surgiram praças, mercado, casas, com o estilo arquitetônico nos moldes dos padrões universais. O uso do ferro, matéria-prima básica da Revolução industrial, foi intenso nas construções, assim como o estilo arquitetônico, como se observa no conjunto da paisagem atual da cidade.

Figura 58: Mercado de Bragança, construído em 1911, sua arquitetura reflete o ideário daquele “presente de então”, com influência das construções europeias, sobretudo francesas



Fonte: Acervo pessoal da autoria.

Figura 59: Coreto da antiga Praça Marechal Deodoro, no período republicano, atualmente Praça Antônio Pereira



Fonte: Acervo pessoal da autoria.

Algumas construções de famílias espanholas na cidade de Bragança refletem essa tendência de época, a exemplo da Casa Madri, atualmente um hotel, e a antiga residência de Manoel Llamas, hoje um museu, outras seguiram na mesma direção, como se pode verificar abaixo:

Figura 60: Residência da família Antunes Castanho Como se observa, a forma espacial está identificada com os sobrenomes



Fonte: Pesquisa de campo, 10/2024.

Outras residências seguiram outros padrões, mas sempre com arquitetura inovadora, como as figuras abaixo:

Figura 61: Residência da família de Gregório Turiel, filho de Juan Lourenço Turiel



Fonte: Pesquisa de campo, 11/2024.

O prédio do antigo alojamento da Universidade Federal do Pará, Campus de Bragança, hoje funciona o laboratório do curso de História, também é um exemplo de residência do período:

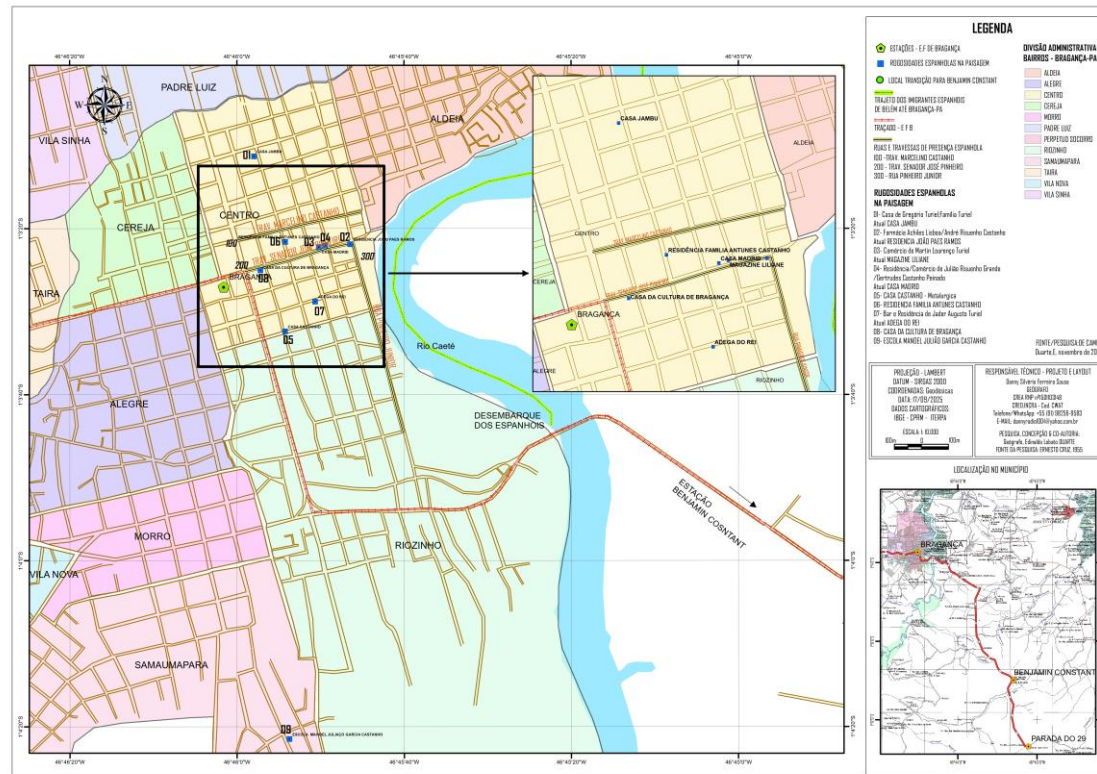
Figura 62: Antiga residência de André Risuenho Castanho, filho de Julião Risuenho Grande e Gertrudes Castanho Peinado



Fonte: SANTOS, 2025, acervo pessoal.

A partir do levantamento de campo no espaço urbano de Bragança, se elaborou uma cartografia na qual se identifica na paisagem formas espaciais vinculadas à presença de imigrantes espanhóis:

Figura 63: Cartografia com o registro da imigração espanhola do final do século XIX e início do XX, na atual paisagem do espaço urbano de Bragança. Antigos comércios e residências, na atualidade exercem outras funções sociais, como espaços de instituições, lojas de departamentos, bares, restaurantes; rua e escolas de ensino Públicas com nomes de famílias de imigrantes espanhóis



Na realidade espacial da antiga colônia de Benjamin Constant as dificuldades foram bem maiores, o que se tem de informações já indicadas ao longo do texto dizem respeito à abertura de estradas, aterramento e outras atividades desenvolvidas pelos imigrantes e registradas pelos administradores da colônia, a exemplo do documento abaixo:

Figura 64: documento indica as atividades feitas pelos imigrantes espanhóis, como abertura de estradas, construção de estivas, pontes, aterramento

Atividade	Quantidade	Valor	Data	Assinatura
Abertura da estrada da Colônia	12,500	32	30/05	1865
Construção da estrada, esquerda do rio Jirau	10,000	14	15/05	1865
Construção de estiva, na estrada esquerda do rio Jirau	31,000	16	10/05	1865
Abertura da estrada, esquerda do rio Jirau	12,500	14	10/05	1865
Construção de estiva, na estrada esquerda do rio Jirau	10,000	35	15/05	1865
Construção de estiva, na estrada esquerda do rio Jirau	12,500	22	15/05	1865
Abertura da estrada da Colônia	12,500	16	17/05	1865
Abertura da estrada da Colônia	12,500	29	10/05	1865
Abertura da estrada, esquerda do rio Jirau	12,500	11	10/05	1865
Abertura da estrada da Colônia	12,500	21	10/05	1865

Fonte: Arquivo Público do Estado do Pará, Seção: Obras Públicas, Fundo: Repartição de Obras Públicas Terras e Colonização, Série: Colonização (Núcleos), pasta, Ano: 1896-1900, Caixa: 06.

Há vários documentos que comprovam a participação dos imigrantes espanhóis no processo de produção e organização do espaço da colônia de Benjamin Constant. Porém, a realidade socioespacial do lugar já foi bastante alterada, dado o tempo dilatado em relação ao período da imigração, ocorreram muitas mudanças ao longo do tempo, houve a subtração de muitas formas geográficas, assim como novas foram adicionadas, outras antigas reconfiguradas. Segue abaixo, os registros realizados no trabalho de campo dos espaços da antiga colônia:

Figura 65: antigo caminho do trem da 29 até a Estação Ferroviária de Benjamin Constant



Fonte: Pesquisa de campo, 11/2024.

A rota acima registrada leva até Benjamin Constant, oficialmente denominada pelo Estado de Vila Tijoca atualmente, mudança que não é reconhecida pelas pessoas que moram na realidade socioespacial, para eles Tijoca fica mais à frente. Na figura abaixo há uma bifurcação que divide a rota para Benjamin Constant e Vila Tijoca, sendo a mesma que vai para a Vila dos Monteiro:

Figura 66: Bifurcação na entrada de Benjamin Constant, à esquerda se chega na antiga estação e no Terminal de Cargas, à direita segue para o Km 29 (parada do 29), Tijoca e Vila Santo Antonio dos Monteiro.



Fonte: Pesquisa de campo, 11/2024.

Logo mais adiante na estrada de asfalto se encontram o prédio da antiga estação, já reformado, e o prédio do antigo depósito, como se pode ver as figuras abaixo:

Figura 67: A Estação Ferroviária de Benjamin Constant transformada. Na atualidade é uma forma espacial viúva de seu tempo, sem qualquer função social no tempo presente, apesar de inserida na chamada Rota da Estrada de Ferro de Bragança. Vive fechada, serve de moradia para morcegos, segundo relatos dos moradores locais.



Fonte: Pesquisa de campo, 11/2024.

Na frente da antiga estação, o depósito de mercadorias se encontra nas mesmas condições, como se pode observar abaixo:

Figura 68: Terminal de Cargas de Benjamin Constant está na mesma situação na qual se encontra a Estação na sua frente, fechado, sem qualquer uso social, uma forma viúva (SANTOS, 1996)



Fonte: Pesquisa de campo, 11/2024.

Seguem abaixo, as duas formas espaciais em uma visualização panorâmica, o final da linha do trem:

Figura 69: No sentido da chegada do trem na Estação de Benjamin Constant à direita, e o Terminal de Cargas à esquerda. Tem-se a adição do asfalto, com a devida sinalização contemporânea, que veio substituir os trilhos



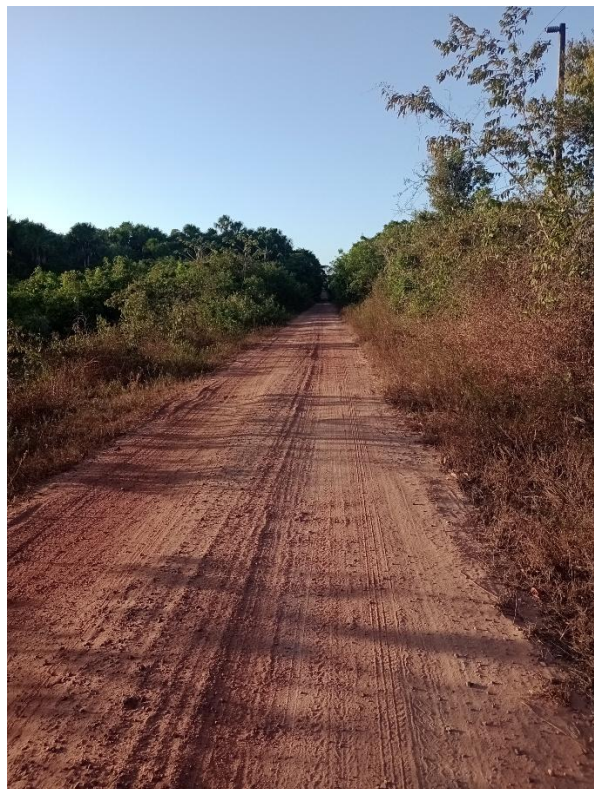
Fonte: Pesquisa de campo, 11/2024.

Como se pode observar, essas formas espaciais sofreram mudanças estruturais, perderam as suas funções, hoje não possuem qualquer uso social. Mas, apesar das mudanças, guardam em sua essência, adormecido, aquele espaço-tempo que permitiu as suas origens, da colonização e produção agrícola realizadas pelos colonos, sobretudo imigrantes espanhóis, os que conseguiram ficar depois do grande *boom* da imigração (1896-1902), se consolidaram pelo cultivo da terra e/ou comércio, tendo como suporte de escoamento da sua produção, o “Trenzinho do 29”⁴².

A Travessa do 29, que ligava a sede da colônia até o Km 29, também foi aberta pelos colonos, conjuntamente com o Estado. Nela moraram muitas famílias espanholas, havia uma forte produção agrícola, de farinha, assim como engenhos que produziam cachaça. Algumas famílias que chegaram e ficaram, tiveram uma origem naquele espaço, como os Monteiro e Gardunho. Atualmente, a Travessa do 29 registra pouco povoamento, com algumas fazendas, com preparos de pasto, mas a sua totalidade é de capoeira.

Figura 70: Travessa do 29, por onde passava o trem, na atualidade, o que se observa é a expansão de fazendas, aos poucos os antigos colonos têm vendido as suas terras para fazendeiros que expandem as suas fazendas de gado, relataram alguns moradores, informalmente

⁴² Termo usado carinhosamente pelos colonos ao trem que fazia a linha até Benjamin Constant, depois prolongou-se até a “Parada do 29”. (SIQUEIRA, 2008).



Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

Abaixo, a Parada do 29 e sua condição atual:

Figura 71: Parada do 29, hoje composta por duas casas, ainda se encontram restos de trilhos, assim como da base de um pequeno comércio onde o trem parava.



Fonte: Pesquisa de campo, 11/2024.

Foram encontrados pedaços dos trilhos do trem no quintal da residência exposta na imagem acima:

Figura 72: Pedaços dos trilhos são utilizados como apoio nos fundos do quintal de uma das residências na Parada do 29



Fonte: Pesquisa de campo, 11/2024.

Como se pode observar houve uma subtração intensa do que foi o espaço da antiga colônia de Benjamin Constant, o que resulta no apagamento da memória histórica, já que as formas geográficas são documentos, porque contém o tempo que as produziram. Abaixo, alguns artefatos da antiga estrada de ferro:

Figura 73: Utensílio da Estrada de Ferro, semelhante a uma prensa



Fonte: Pesquisa de campo, 11/2024.

Figure 74: Resquícios do antigo comércio, local da parada do trem, ao fundo, a estrada por onde o mesmo passava.



Fonte: Pesquisa de campo, 11/2024.

Esses espaços, hoje reconfigurados, com pouca dinâmica de vida social, foram criados por imigrantes espanhóis e nacionais (nordestinos), ainda se consegue identificar seus descendentes na Vila de Benjamin Constant. Paraenses, mas descendentes dos imigrantes que iniciaram a organização da vida social da colônia e que a tornaram importante economicamente para o município de Bragança.

Um objeto geográfico que guarda o padrão socioespacial do cotidiano das principais atividades produtivas é a Casa de farinha, próxima do rio, mas que pode ter sido um engenho, como a figura abaixo:

Figura 75: Casa de Farinha da família Monteiro, na Vila dos Monteiro, antes funcionava o antigo engenho da família, hoje o domínio é da produção de farinha lavada



Fonte: Pesquisa de campo, 11/2024.

A Vila dos Monteiro é a materialidade do papel de sujeitos dos imigrantes espanhóis no processo de produção e organização do espaço da antiga colônia agrícola de Benjamin Constant, toda estruturada, com serviços de saúde, uma Igreja e uma escola de ensino fundamental, com denominações que se reportam à família ou a um dos seus patriarcas, resiste ao tempo, entremeando o tempo bom e saudável de uma vida rural cabocla, com a modernidade do mundo contemporâneo.

Figura 76: Vila dos Monteiro, uma realidade socioespacial produto da ação de uma família de imigrantes espanhóis que se consolidou na região de Bragança



Fonte: Pesquisa de campo, 11/2024.

Figura 77: Vista da entrada da Vila dos Monteiro, a estrutura espacial da sua paisagem torna evidente que há uma hierarquia econômica na família, à esquerda uma residência com o terreno bem maior que os das outras, à direita



Fonte: Pesquisa de campo, 11/2024.

É necessário aprofundar os estudos sobre o papel da imigração estrangeira do final do século XIX e início do XX na história e geografia da Amazônia, principalmente dos espanhóis, que foram numerosos, ficaram atrás somente dos portugueses, os mesmos fortaleceram a formação da sociedade paraense, dos diversos municípios da Zona Bragantina, Salgado, mas principalmente de Belém, destino principal de muitos que não fincaram suas raízes no seu primeiro lugar de destino.

Muitas pessoas com as quais se teve ou se tem um convívio descendem de imigrantes espanhóis, colegas de infância, de trabalho, vizinhos ou algum nome público. Esses imigrantes se inseriram na sociedade paraense, exerceram um papel importante nos seus espaços imediatos, alguns os transcenderam, indo além dos seus limites. Um tema um pouco esquecido, de interesse da demografia regional, mas que possui um banco de dados rico, com uma documentação que necessita, primeiro, de um tratamento voltado à sua recuperação para, posteriormente, ser analisado por diversos segmentos científicos, o que permitirá trazer à tona a importância das migrações espanholas na formação da sociedade paraense.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pode verificar, as migrações possuem várias motivações, que envolvem, a um só tempo, fatores sociais e individuais, condição que não as prendem somente a um marco teórico. Por outro lado, a formação histórica das sociedades é marcada por imigrantes que se internalizam nas dinâmicas sociais dos lugares e passam a contribuir socialmente, sobretudo com o desenvolvimento econômico e a formação do mercado de trabalho, mas também na vida cotidiana, com suas culturas e conhecimentos, no aprendizado constante sobre seus espaços de destino.

A imigração espanhola do final do século XIX e início do XX para a Amazônia e, especificamente para o estado do Pará é um fragmento de um processo global, as Grandes Migrações, no qual a Europa expurgou milhares de camponeses e trabalhadores que não conseguiram se inserir no trabalho das emergentes indústrias e a América passou a ser a opção e destino dos mesmos, necessitada que estava, com o fim do trabalho escravo, da formação de um mercado de trabalho livre, principalmente no segmento da agricultura.

Se observa que os fatores externos dos espaços de origem foram ao encontro dos fatores internos dos espaços de destino. No Pará houve diversos esforços para estimular a imigração estrangeira desde o período imperial, como se demonstrou, o que se materializou com o advento da República, a partir da autonomia que os estados-membros adquiriram.

O Estado foi um agente central no contexto da imigração estrangeira ao Pará, por meio das Políticas de colonização implementadas no período, que tiveram como um dos seus eixos centrais aquela, principalmente a de espanhóis, segmento majoritário que se espacializou na Zona Bragantina. (EMMI, 2008).

A colônia agrícola de Benjamin Constant (1894) foi a que mais recebeu imigrantes espanhóis, no período de 1896 a 1902, sendo registrada a presença de quase 2 mil imigrantes em 1910, mesmo tendo a localização mais isolada, sem o apoio do trem no momento de maior fluxo de pessoas. Esta condição, associada à falta de cumprimento das obrigações estabelecidas nos contratos feitos a partir da Lei 223, de 1894, por parte do Estado, são dois fatores que explicam a não permanência da maioria dos imigrantes na colônia, associadas às intenções de o Pará ser um trampolim para outros países vizinhos, cujo idioma fosse o espanhol.

As famílias de imigrantes que ficaram, que conseguiram inserção socioespacial, chegaram entre 1896 e 1898, contribuíram para alavancar os setores agrícola e comercial de Bragança, criaram um circuito que integrava esses dois setores da economia sendo, a um só tempo, agricultores, comerciantes e, muitas vezes, ferreiros, trabalhavam com

metalurgia. Algumas se restringiram à economia local, outras foram além nos seus negócios, a exemplo dos Turiel, Castanho e Llamas Veiga.

Os registros cartorários confirmaram a inserção socioespacial por meio da agricultura, majoritariamente, seguida da atividade comercial. Com essas atividades os imigrantes participaram da história da Amazônia paraense naquele contexto, se estendendo aos dias atuais, com a continuidade dessa participação por alguns de seus descendentes da primeira e segunda geração.

A pesquisa desenvolvida revelou a grande incidência de imigrantes vindos do norte e noroeste, das regiões de Castilla e León (principalmente de Salamanca e Zamora) e Galícia (Orense, Lugo), poucas informações se conseguiu levantar sobre o que faziam nos seus espaços de origem, apenas que havia uma tradição na criação de suínos, sobretudo na província de Zamora, onde se tinha uma concentração de indústrias de laticínios. De um modo geral, os poucos descendentes contactados não tinham conhecimento sobre as atividades de trabalho que seus antepassados desenvolviam nos seus espaços de origem, assim como na colônia de Benjamin Constant.

Esses imigrantes que se consolidaram nas colônias agrícolas, ainda que em número inferior à grande leva que o Pará recebera naquele contexto histórico, deram suas contribuições aos espaços do nordeste paraense, assim como à capital, Belém, que foi o grande pólo receptor de imigrantes espanhóis, conforme indica o Censo de 1920.

Os documentos do Arquivo Público do Estado do Pará demonstram a presença de imigrantes que chegaram à colônia com a formação profissional diferenciada da predominante, que era a de *lavrador*, condição imprescindível para a garantia dos direitos estabelecidos nos contratos da imigração subsidiada pelo Estado. Foram identificados sapateiros, costureiros, músicos, cozinheiros, ferreiros. Suas formações e experiências foram introduzidas no espaço da colônia, na cidade de Bragança, no aprendizado das técnicas de cultivo dos produtos locais.

Um exemplo de contribuição dos espanhóis às atividades produtivas na colônia foi a criação de uma máquina de prensar tabaco, obra do espanhol Cirylo Collino Bermejo, ação que otimizou o processo de preparação do tabaco para a comercialização. A produção de aguardente realizada pelas famílias Gardunho e Turiel, com as cachaças Caeté e Turiel, atividade que mostrou a polivalência desses imigrantes, agricultores, industriais e comerciantes, a um só tempo, o que explica a variação na identificação profissional dos mesmos na documentação pesquisada no cartório do Tijoca.

O desenvolvimento do comércio atacadista pelos espanhóis também expressa essa habilidade de se inserir em atividades diversas, mas articuladas entre si, como a família Castanho, no processo de produção de arroz, no qual forjou todos os espaços do circuito produtivo e participava de todas as suas etapas.

Na análise da documentação pesquisada, o confronto de informações oriundas do Arquivo Público com as do Cartório do Tijoca, da plataforma Family Search e as de descendentes da família foi reveladora de uma condição que caracterizou a imigração espanhola, a contradição/desencontro entre as mesmas sobre a origem, o parentesco, o destino, expressos no conflito de datas, quantidade de filhos/as, de esposos/as, de locais para onde se deslocaram.

Um exemplo foi sobre a data de chegada da família Llamas Veiga, a quantidade de integrantes, sua vida na colônia, exposto neste trabalho, mas que não aparece nos trabalhos acadêmicos e não acadêmicos, que se referem à temática da imigração espanhola nos quais é citada. Outras famílias apresentaram o mesmo desencontro, como as informações dadas pelo espanhol Urbano Gardunho sobre a data de sua entrada no Pará, assim como Julião Risuenho Castanho, sobre o destino da sua mãe. Suas informações foram de encontro com as dos documentos oficiais do Estado e do cartório do Tijoca.

O que se depreendeu, a partir da análise dos documentos, especificamente das Listas de Embarque para a colônia de Benjamin Constant, foi a existência de uma rede familiar extremamente complexa entre os imigrantes, que revela diferentes estratégias para garantir o direito da imigração subsidiada pelo Estado. Algumas informações registradas nem sempre condiziam com o nível de parentesco entre eles.

Sobre o destino e/ou dispersão se concluiu que houve uma mobilidade muito intensa desses imigrantes da colônia para outros espaços do nordeste paraense, assim como para Belém, Argentina, Cuba, mas, majoritariamente, a considerar a densidade de pessoas que vieram para Bragança, o retorno para a Espanha, conforme indicam documentos encontrados em datas posteriores na plataforma Family Search. Ainda se faz necessário aprofundar as pesquisas sobre essa mobilidade, o que permitirá se fazer um mapeamento mais acurado do destino/dispersão dos espanhóis e isso levará a um entendimento mais claro sobre a importância das migrações espanholas na história da Amazônia, sobretudo paraense.

De forma conclusiva, para que se realize esse aprofundamento, tão necessário para o reconhecimento da importância não só da imigração espanhola, mas estrangeiras de um

modo geral, para a história da Amazônia, urge de maneira extrema, que seja realizado um esforço de recuperação da documentação existente produzida no final do século XIX e início do XX, principalmente as que se encontram no Arquivo Público do Estado do Pará, em condições deploráveis, situação já vislumbrada no ano de 2008, no primeiro acesso que se teve a elas.

Um esforço realizado para se recuperar documentos em estado de deterioração foi o do Cartório do Primeiro Ofício de Bragança. Na ocasião da pesquisa no acervo de Nascimentos do Cartório do Tijoca, hoje sob a responsabilidade daquele se tomou conhecimento da contratação de uma empresa especializada no restauro de documentos e houve a oportunidade de se observar o resultado do trabalho, muito bem feito. Da mesma forma, o Estado poderia fazer um movimento nesse sentido, dada a densidade do acervo que necessita ser restaurado, um trabalho que precisa integrar todas as suas instâncias (federal, estadual e municipal).

No município de Bragança há muita documentação para ser analisada, sistematizada, dispersa em cartórios, igrejas e outras instituições, de períodos históricos bem recuados da história do Pará, apesar da existência de trabalhos já realizados por pesquisadores do Campus da Universidade Federal do Pará local, principalmente do curso de História. Sobre a Imigração espanhola, ainda deve haver um acervo mais denso espalhado nas mãos de descendentes, alguns trabalhos acadêmicos apresentam Diários de Família, passaportes, iconografias da época e outros objetos⁴³.

Pelo exposto há o imperativo de se realizar um trabalho integrado entre as partes acima citadas, com o protagonismo do Estado, por sua condição soberana e legítima de mediar as relações e disponibilizar os meios necessários para a realização de tamanha envergadura.

O espaço urbano de Bragança é um museu aberto, possuidor de um acervo de eventos históricos que se espacializaram e deixaram escrito na sua paisagem, o seu momento de existência. Como se apresentou, sobre a imigração espanhola há um conjunto de formas geográficas que pode ser transformado em um circuito sistematizado contextualmente ao período histórico que ocorrera. Um Sistema de Objetos, produzido em um presente passado, cujo Sistema de Ações criou as condições de realização daquela, mas que perecera.

⁴³ Alguns descendentes dos imigrantes que se conseguiu contato, deram documentos dos seus parentes, a exemplo da família Gardunho, Turiel e Tameron.

6. REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. Construindo uma geografia do passado: Rio de Janeiro, cidade portuária, século XVII. **Geosp: Espaço e Tempo**, n. 7, p. 13-25, 2000.

ABREU. Maurício de Almeida. (Org.). **Rio de Janeiro: Formas, Movimentos, Representações: estudos de geografia histórica carioca**. Rio de Janeiro: Da Fonseca Comunicação, 2005.

_____. **Construindo uma Geografia do Passado: Rio de Janeiro, cidade portuária, século XVII**. Geosp, São Paulo, vol. 7, p.p. 13-25, 2000.

ARAGÓN, Luís E. **Amazônia, conhecer para desenvolver e conservar: cinco temas para um debate**. São Paulo: Hucitec, 2013.

BASSANEZI, M. S. Imigrações internacionais no Brasil: um panorâmica histórico. In: PATARRA, N. **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: FNUAP, 1995. (p. 02-37)

BECKER, Bertha K.; MIRANDA, Mariana; MACHADO, Lia O. **Fronteira Amazônica: questões sobre a gestão do território**. Brasília: Universidade de Brasília, Rio de Janeiro Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.

CABRAL, Geovane Rodrigues. **Das trilhas aos trilhos, e volta ao “chão batido”: memórias dos colonos de Benjamin Constant (Bragança – PA, 1959-1966)**. 2017. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Pará, Campus de Bragança, Bragança, 2017.

CASTRO, I. E. de.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989. (Série Princípios).

CUNHA, Almir Lima da. **Migração e colonização na Vila do Almoço (Bragança-PA, 1875-1930)**. 2019. Monografia. (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Pará, Bragança, 2019.

CRUZ, Ernesto. **A estrada de ferro de Bragança: visão social, econômica e política**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1955.

DAMIANI, Amélia Luisa. **População e geografia**. São Paulo: Contexto. 1991.

EMMI, Marília Ferreira. **Raízes Italianas no desenvolvimento da Amazônia, 1870-1950: pioneirismo econômico e identidade**. 2007. 227 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

EMMI, Marília Ferreira. **Italianos na Amazônia (1870-1950): pioneirismo econômico e identidade**. Belém, NAEA, 2008.

EMMI, Marília Ferreira. **Um século de imigrações internacionais na Amazônia brasileira (1850-1950)**. Belém: Editora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, 2013. 251 p.

FARIAS, Érika. **A influência da migração francesa no século XIX na produção do espaço de Benevides-PA**. Belém, 2006.

FARIAS, Érika. Imigração e memória: a produção do espaço de Benevides/PA (1875-1889). Monografia (Especialização em História da Amazônia) – Faculdade de História, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

FUNDAÇÃO E DESATIVAÇÃO DA COLÔNIA BENJAMIN CONSTANT: PROJETO MIGRATÓRIO ESPANHOL EM BRAGANÇA-PA, (1894-1920), ANTONIO ALDO DE SOUSA HERNANDES, 03/2019 (UFPA - Campus de Bragança).

FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GUEDES, Roberto; DE SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá (Ed.). **Arquivos paroquiais e história social na América lusa, séculos XVII e XVIII: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

GARCIA, Antônio Luís dos Santos. **Imigração espanhola e relações familiares no núcleo colonial Benjamin Constant em Bragança (1895-1920)**. (2017). 1-96 pág. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - UFPA, Bragança-PA, 2017.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1991.

GONZÁLEZ MARTÍNEZ, Elda Evangelina. **Los inmigrantes escogidos: los pequeños propietarios españoles en la Amazonía brasileña**. Anuario Americanista Europeo, n. 3, p. 12, 2005. Consejo Europeo de Investigaciones Sociales de América Latina.

HAESBAERT, Rogério. **O mito desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, David. **População, Recursos e a Ideologia da Ciência**. In: Seleção de Textos (AGB), n. 7, p.p. 1-35, 1981.

KLEIN, H. Migração internacional na História das Américas. In: FAUSTO, Boris (org). **Fazer a América**. São Paulo: Edusp, 2000.

KRAUSE, Silvana. **Migrantes do tempo: vida econômica, política e religiosa de uma comunidade de imigrantes alemães na República Velha**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

LIPIETZ, Alain. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1988.

LOWY, Michael. **Método Dialético e Teoria Política**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. **IDEOLOGIAS e Ciência social: Elementos para uma análise marxista**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 1993.

LUZ, Manoel de Lima; Walcir ORTIZ. **Colônia Agrícola Benjamin Constant - Uma História Sobre A Imigração Espanhola No Pará (1892 - 1964)**. (2013). 1-76 pag. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura em História) - Faculdades Integradas Ipiranga, Belém-PA, 2013.

LIMA, Aline de Kassia Malcher. **Belém dos Imigrantes: espanhóis na capital paraense. (1890-1920)**. Revista Discente Ofícios de Clio, Pelotas, vol. 5, n. 8, p.p. 149-164, jun. de 2000.

_____. **“Em auxílio dos seus”**: Mutualismo espanhol numa cidade Amazônica (Belém-Pará, 1890-1920). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Universidade Federal do Pará, 2021.

MACEDO NETO, João Pereira de. **Querelas da ferrovia: disputas em torno da implantação da Estrada de Bragança (1876-1886)**. 2018. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Pará, Campus de Bragança, Bragança, 2018.

MANESCHY, Maria Cristina. **Ajuruteua, uma comunidade pesqueira ameaçada**. Belém: UFPA. CFCH, 1993.

MARTINEZ, Elda Evangelina González. O Brasil como país de destino para os migrantes espanhóis. In: FAUSTO, Boris (org.). **Fazer a América: a imigração em massa para América Latina**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2000.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão Social e a Nova Desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MARTINS, José de Souza. Migrações e tensões sociais na Amazônia. In: _____. **Expropriação e Violência**. São Paulo: Hucitec, 1991. P. 61-83.

Migração e Colonização na Vila do Almoço (Bragança-Pa, 1875-1930), ALMIR LIMA DA CUNHA, 03/2019 (UFPA - Campus de Bragança).

MINAYO, Maria Cecília de Souza **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 5. ed. Petrópolis, Rj. Vozes, 1994.

MONTEIRO, R. **A contribuição da estrada de ferro Belém-Bragança para o surgimento de Nova Timboteua**. Castanhal, 2006.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia**. São Paulo: Annablume, 2011.

_____. **Geografia histórica do Brasil: cinco ensaios, uma proposta e uma crítica**. São Paulo: Annablume, 2009.

_____. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **RATZEL**. São Paulo: Ática, 1990.

PAULINO, Cassiano Lobato. Contribuições de Milton Santos, **DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL E O DIREITO À CIDADE: REFLEXÕES A PARTIR DE PARINTINS-AM**. Ciência Geográfica, Bauru, vol. XXVI-(2), p.p. 879-903, 2022.

PATARRA, N; CUNHA, J. M. C. **Migração um tema complexo**. São Paulo, Perspectiva, n. 1, v. 2 1995, 32-35.

PEIXOTO, João. **As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro-sociológicas** Lisboa Universidade Técnica de Lisboa, 2004.

Projeto de imigração espanhola no Pará, fim do século XIX, ANTONIO ALDO DE SOUSA HERNANDES, 12/2016 (UFPA - Campus de Bragança).

SALIM, Celso Amorim. **Migração: o fato e a controvérsia teórica**. VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Brasília, 1992.

SANTOS JÚNIOR, Pedro Azevedo dos. **Imigrantes espanhóis nas terras do Caeté: colonização e contribuição à economia de Bragança (PA), entre 1898 e 1911**. 2017. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Pará, Campus de Bragança, Bragança, 2017.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 3 ed. São Paulo: Nobel, 1992. (Coleção espaços).

_____. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987. (Coleção espaços)).

_____. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional**. 2ª edição. São Paulo: Editora HUCITEC, 1994.

SANTOS, Terezinha Assunção dos. [antiga casa da família Risuenho Castanho & Alonso que hoje pertence a UFPa, Campus Bragança] [fotografia]. 7 jul. 2025.

SANTOS, Terezinha Assunção dos. [antiga casa da família de Manuel Llamas Veiga, hoje com a inscrição na fachada: casa da família Castanho, desde 1895 e família Lhamas, desde 1895] [fotografia]. 10 out. 2025.

SARGES, Maria de Nazaré. **Temporada Tauromachica no Colyseu paraense: migrantes galegos e práticas culturais em Belém (XIX/XX)**. Disponível em: http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/download/1221294373_ARQUIVO_TEMPORADATAUROMACHICA-ANPUH.doc.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

SASAKI, E; ASSIS, G. **Teorias das migrações internacionais**. XII Encontro Nacional da ABEP, Caxambu, 2000.

SCHRODER, Ferdinand. **A imigração alemã para o sul do Brasil**. Rio Grande do Sul: UNISINOS, 2003.

SMITH JÚNIOR, Francisco Pereira. **Imigração espanhola na Amazônia: as colônias agrícolas e o desenvolvimento socioeconômico do Nordeste paraense (1890-1920)**. 2012. 212 f. 2012. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Tropicó Umido) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém.

UEBEL, Roberto Rodolfo Georg. **TEORIZAÇÃO E ABORDAGEM DA IMIGRAÇÃO NA CIÊNCIA GEOGRÁFICA: APORTES PARA O ESTUDO DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS ATUAIS**. ACTA Geográfica, Boa Vista, vol. 11, n. 25, p.p. 40-56, 2017.

WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)**. Estudos Históricos, vol. 20. 1. ed. São Paulo: Hucitec; Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

ANEXOS

Anexo A – Carteiras de Identidade para Estrangeiros (1947; 1963)

Descrição: Documentos referentes às carteiras de identidade para estrangeiros de José Rodrigues Tamerão (1947) e Maria Benito Calvo (1963).
Origem: Documento cedido por Alex Miranda, bisneto dos imigrantes.

Anexo B – Declaração de Passageiro da Família Turiel (1896)

Descrição: Documento emitido para a família Turiel no ano de 1896.
Origem: Documento cedido de Emília Velloso, neta do imigrante Juan Martin Lorenzo Turiel.

Anexo C – Declaração de Passageiro da Família Mangas Mediero (1897)

Destino da família: colônia de Jambu- Açu (atual Igarapé Açu).

Origem: Documento cedido de Denise Mangas, bisneta de Urbano Mangas Mediero

Anexo D – Ordem Judicial para Acesso à Documentação Cartorária

Descrição: Autorização Judicial para pesquisa aos documentos do cartório do Primeiro Ofício de Bragança.

Origem: Corregedoria do Estado.

Anexo E – Documentação de Registro de Estrangeiro de Urbano Gardunho Martins (1947)

Descrição: Conjunto documental referente ao registro de estrangeiro de Urbano Gardunho Martins, incluindo registro e prontuários permanentes.

Origem: Material cedido por seu neto, Dario Valladares Martins.

Conteúdo:

Documento 1: Registro de Estrangeiro no Brasil (1947).

Documento 2: Prontuário de Estrangeiro – Registro Permanente (1947).

Documento 3: Prontuário de Estrangeiro – Registro Permanente (1947).